

Marineide Maria Silva

**Trabalho, saúde e risco na fumicultura:
um estudo de caso no Município de Içara – SC**

Florianópolis
1999

Marineide Maria Silva

**Trabalho, saúde e risco na fumicultura:
um estudo de caso no Município de Içara – SC**

Orientadora: Dr^a Maria Ignez Silveira Paulilo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

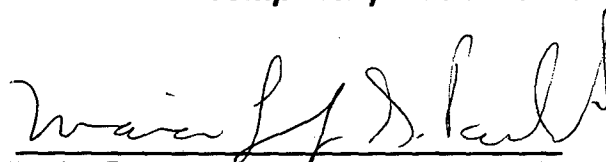
**Florianópolis
1999**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**“Trabalho, Saúde e Risco na Fumicultura:
um estudo de caso no Município de Içara”**

Marineide Maria Silva

*Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pelo Orientador e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:*



Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo
Orientadora



Profa. Dra. Ângela Damasceno Ferreira
Membro

Profa. Dra. Luzinete Simões Minella
Membro



Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant
Coordenadora

Florianópolis, dezembro de 1999.

SUMÁRIO

Lista das siglas utilizadas.....	I
Lista das tabelas.....	II
Lista das figuras.....	III
Resumo.....	IV
Abstract.....	V
Agradecimentos.....	VI
Dedicatória.....	VII
Epígrafe.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 - DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO.....	05
1. 1 Construindo estratégias defensivas.....	06
1. 2 O corpo e o trabalho.....	11
1. 3 Sobre a prática dos indivíduos.....	16
1. 4 Os procedimentos metodológicos.....	19
CAPÍTULO 2 - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FUMICULTURA	
2. 1 Modernização agrícola e o início da integração.....	23
2. 2 Breve histórico do fumo.....	31
2. 3 A produção e o mercado de fumo na atualidade.....	35
CAPÍTULO 3 - FUMO E SAÚDE: UMA QUESTÃO EMINENTE	
3. 1 Agrotóxicos e saúde na fumicultura.....	42
3. 2 O Município de Içara e o problema das intoxicações.....	51
3. 3 Na outra ponta do problema: custos econômicos e sociais do cigarro.....	53
3. 4 O início da luta antitabágica.....	61
3. 5 A posição das indústrias fumageiras.....	64
CAPÍTULO 4 - CARACTERIZANDO OS FUMICULTORES E A FUMICULTURA	
4. 1 Caracterizando o município de Içara.....	68
4. 2 Perfil dos entrevistados e familiares.....	71
4. 3 Perfil das propriedades fumicultoras.....	72

4. 4 O trabalho na fumicultura.....	74
4. 5 A fumicultura em Içara.....	80
4. 6 O contrato de integração e relação fumageira x fumicultor.....	85
CAPITULO 5 - AS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS NA FUMICULTURA.....	90
5. 1 A negação e o desafio aos riscos.....	92
5. 2 A valorização positiva do corpo.....	100
5. 3 A vergonha de adoecer.....	102
5. 4 Os “macetes” no trabalho.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	114
ANEXOS	

LISTA DAS SIGLAS UTILIZADAS

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria de Fumo

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural

ADEF - Associação em Defesa dos Fumantes

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

CITs - Centro de Informações Toxicológicas

**EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de
Santa Catarina**

EPIs - Equipamentos de Proteção Individuais

FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat de Medicina do Trabalho

IEA - Instituto de Economia Aplicada

INCA - Instituto Nacional de Câncer

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPS - Organização Panamericana de Saúde

PNB - Produto Nacional Bruto

PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SINDIFUMO - Sindicato dos Fumicultores

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

LISTA DAS TABELAS

- Tabela 01 - Taxa de Juros do Crédito Rural e IGP-DI (inflação), 1970/80.
- Tabela 02 - Regiões e Participação no Crédito Rural (C) Comparada com a Produção (P).
- Tabela 03 - Participação percentual no valor bruto da produção (VPB) e no crédito de custeio (C).
- Tabela 04 - Tipo de Produtor agrícola e participação no Crédito Rural.
- Tabela 05 - Utilização dos insumos químicos por estrato de área.
- Tabela 06 – Principais países produtores de fumo (Toneladas).
- Tabela 07 - Principais países exportadores de fumo (Toneladas).
- Tabela 08 – Volume produzido na Região Sul do Brasil (Toneladas).
- Tabela 09 – Área plantada de fumo na Região Sul do Brasil (Hectares).
- Tabela 10 - Produção de fumo de acordo com as Mesorregiões Catarinense.
- Tabela 11 - Consumo anual de cigarros no Brasil (bilhões).
- Tabela 12 - Produção de cigarros no Brasil (bilhões).
- Tabela 13 - Evolução da renda dos produtores de fumo no período 1994/99.
- Tabela 14 - Casos de intoxicações registrados em 1985 pelos CITs, segundo o tipo de produto utilizado.
- Tabela 15– Vendas de Agrotóxicos em US\$ 1.000 na fumicultura.
- Tabela 16-Distribuição dos impostos do cigarro no Brasil.
- Tabela 17– Produção e produtividade agrícola das principais culturas de Içara-1992.
- Tabela 18 - Distribuição das propriedades em hectares.
- Tabela 19 – Tempo de fumicultura depois de casado.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 01 - Representação dos casos de intoxicações - hipopótamo.

Figura 02 - Mortes relacionadas ao tabagismo no mundo.

Figura 03 - Consumo de cigarros per capita nas Américas de 1970-1990.

Figura 04 - Consumo de cigarros per capita e câncer de pulmão no Rio Grande do Sul– Brasil.

Figura 05 - Mapa da Microrregião Sul do Estado.

RESUMO

O presente estudo, "Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no Município de Içara - SC", tem como objetivo levantar as estratégias de resistências que os agricultores utilizam para tornar possível o cultivo de uma planta que emprega quantidade intensa de agrotóxicos. Esta cultura é percebida de maneira negativa pelos agricultores porque, além de não ser alimento, os produtos dela derivados são nocivos à saúde e por isto os fumicultores necessitam construir estratégias defensivas que visam amenizar o sofrimento do risco que constantemente correm no trabalho. Utilizou-se questionários e realizou-se entrevistas com os fumicultores do município de Içara e informantes-chaves além de leituras na área de saúde, trabalho e agricultura familiar. DEJOURS (1992, 1994), BOLTANSKI (1989), VOLPATO (1984 e 1989) e BOURDIEU (1994 e 1996) serviram de suporte teórico. Percebe-se que a fumicultura é um cultivo que tem historicamente utilizado-se de recursos públicos para subsidiar seus produtores ao mesmo tempo em que ocasiona danos irreparáveis à população em geral e aos fumicultores em particular. Neste sentido, considera-se a rentabilidade da fumicultura apenas aparente quando se leva em consideração os males que o fumo e o cigarro causam.

ABSTRACT

The present study, "Work, health and tobacco cultivation risk: a case study in Içara Municipality", has the objective to raise the resistant strategies that the farmers use to become possible the cultivation of a plant that employs intensive quantity of agrochemical. This cultivation is realized in a negative way by the farmers because, besides of not being a nourishment, the products derived from it, are harmful for the health and because of this the tobacco producers need to build defensive strategies that try to mild the risk suffering that constantly happens in the work. It was used questionnaires and it was held interviews with tobacco producers of Içara Municipality and key-informants, besides the readings in health area, family work and agriculture. DEJOURS (1992 and 1994), BOLTANSKI (1989), VOLPATO (1984 and 1989) and BOURDIEU (1994 and 1996) helped as a theoretical support. It was realized that tobacco cultivation is the one that has been historically used the public resources to subsidize its producers at the same time that causes irreparable harms to the population in general and to the tobacco producers in particular. In this way, it is regarded the profitability of tobacco cultivation only apparently when it is taken into account the damages that tobacco and cigarettes cause.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado é um trabalho muitas vezes solitário e angustiante, algumas pessoas ajudaram a torná-lo um momento prazeroso. Entre estas pessoas estão:

Minha orientadora Maria Ignez Silveira Paulilo a mais profunda gratidão pelo aprendizado nestes anos que estamos trabalhando juntas, e, particularmente, pela forma competente com que acompanhou todas as etapas deste trabalho. Agradeço a paciência, a amizade e todos os minutos de orientação.

A meus pais e avós que souberam despertar a vontade e a necessidade de aprender.

A minhas irmãs Marlete e Mari, ao meu irmão Marcos e ao cunhado Valter, fontes de inspiração e estímulo.

A todos os amigos e em especial a Alessandra, pelas descobertas na sociologia que juntas fizemos e a Julinha, alegria na minha vida.

Aos fumicultores de Içara que com tanta simpatia nos receberam em suas casas, falando de suas vidas e de seus sentimentos.

Aos funcionários da EPAGRI de Içara pelas informações e todo apoio no momento da pesquisa.

A banca de qualificação, pelas sugestões dadas, Professora Júlia Guivant e Leila D. Dias.

A todos que me cederam material para a pesquisa: Francisco Batista Neto, Paulo Nóbrega, Paulo Vieira, Luzinete S. Minella, Leila Dias, Júlia Guivant, FUNDACENTRO, CIT e EPAGRI de Florianópolis e ao ICEPA.

A Fátima e a Albernina sempre prontas a ajudar.

Aos que financiaram meu curso de mestrado, os trabalhadores brasileiros.

Ao Vander,

*Que entre tantas coisas me
ensinou a amar a terra e os que
nela trabalham.*

" Desconfiai do mais trivial na aparência singela.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Nada deve parecer natural.

Nada deve parecer impossível de mudar"

(Brecht, 1977. Ontologia Poética)

INTRODUÇÃO

Meu interesse em estudar a fumicultura em Santa Catarina iniciou-se em 1995 quando entrei para o grupo de pesquisa, coordenado pela professora Maria Ignez Paulilo, denominado "Agricultura Familiar em Santa Catarina". O contato com a literatura e com o "mundo rural" fez crescer a vontade de pesquisar neste espaço. Na infinidade dos temas tratados pela Sociologia Rural, chamou-me atenção, particularmente, a questão da saúde dos trabalhadores na agricultura. A crescente divulgação na imprensa de casos de intoxicações em virtude do uso de agrotóxicos e a vontade de ingressar no Mestrado em Sociologia Política me instigaram a aprofundar esta temática, o que deu origem ao projeto de pesquisa cujo tema era: "Fumicultores: percepções e práticas de sua condição". Tal projeto resultou na presente dissertação intitulada: **"Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara-SC"**.

As questões-norteadoras que sustentam este estudo são: como e por quê um agricultor, que tem sua identidade social ligada ao fato de produzir alimentos, se torna um produtor de fumo com todas as implicações negativas que esta lavoura comporta, se sujeitando a condições de trabalho tão desgastantes, inseguras e sem prestígio social? Como ele percebe sua condição e que práticas adota?

Na tentativa de compreender tais questões construímos duas hipóteses para servirem como guia de pesquisa. A primeira: a decisão de plantar fumo é objetiva, comporta elementos como pouca terra, preços estáveis, mão-de-obra disponível, ciclo de cultivo curto e venda garantida. Mas para iniciar e permanecer nesta atividade o agricultor necessita reelaborar valores e construir estratégias de resistências que visam amenizar os efeitos negativos de ser um produtor de fumo. A segunda hipótese é a de que: as percepções e práticas dos agricultores referentes ao trabalho, à saúde e aos

agrotóxicos estão diretamente vinculadas à insegurança econômica em que os agricultores se encontram e são construções mentais que lhes permitem permanecer nesta atividade perigosa e desgastante.

Tínhamos como objetivo geral compreender como se dá a construção social dos agricultores frente à fumicultura. Tal objetivo derivava de uma preocupação nascida a partir da constatação de que pairava entre alguns especialistas (técnicos, agrônomos e mesmo sociólogos) a idéia de que as intoxicações decorrentes do uso dos agrotóxicos se originam na falta de cuidados dos fumicultores e/ou desconhecimento dos riscos que tais produtos representam à saúde, por parte deles. A solução para o problema seria educá-los para que abandonassem suas práticas inseguras e passassem a adotar as medidas de segurança conhecidas. Tentando desvelar esta questão levantamos os seguintes objetivos específicos: conhecer as estratégias adaptativas e de resistência que os agricultores utilizam para se tornarem fumicultores integrados; investigar quais os valores mais importantes para os fumicultores; investigar as condicionantes sócio-econômicas que influenciaram na adoção da fumicultura integrada; e levantar as percepções e as práticas dos fumicultores referentes ao trabalho, à saúde e aos agrotóxicos.

Consideramos que a compreensão das práticas e percepções dos agricultores plantadores de fumo se justifica teoricamente, enquanto objeto de análise, pela lacuna existente em publicações acerca da vida dos agricultores familiares, privilegiando o recorte sobre a qualidade de vida. Os poucos trabalhos que encontramos sobre o meio rural se debruçam especificamente sobre os trabalhadores rurais assalariados, ficando os agricultores familiares excluídos desse universo de pesquisa. Parece persistir ainda a idéia de que somente os assalariados sofrem e são explorados ao exercer seus trabalhos e que o meio rural é o lugar "bom de se viver", o lugar saudável, de pessoas felizes. Mas essa construção idílica do rural acaba por fazer dele um lugar de ausência de pesquisas e de precariedade dos direitos sociais.

Assim, pensamos que esta pesquisa contribuirá para preencher, mesmo que em pequena parte, uma lacuna de conhecimento sobre o mundo rural. Ao mesmo tempo, acreditamos ser esta pesquisa capaz de revelar

elementos até então ausentes nos discursos que são elaborados sobre os agricultores, que colocam estes como ignorantes e passivos frente aos danos (físicos e sociais) inerentes à fumicultura, ou como culpados por sua condição e pelos efeitos que a lavoura do fumo traz à saúde dos produtores e dos consumidores, assim como pelos danos que causam ao meio ambiente.

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos: no primeiro capítulo – **Delimitando o objeto de estudo** – procuramos fornecer as concepções teóricas que nos orientam. Utilizamos principalmente dos escritos de DEJOURS (1992, 1994), BOLTANSKI (1989), VOLPATO (1984 e 1989) e BOURDIEU (1994 e 1996). A escolha destes se deve ao fato de que através deles tornou-se possível estudar as práticas e as percepções dos fumicultores de Içara, no que tange ao trabalho, à saúde e aos riscos em decorrência do uso dos agrotóxicos, fazendo-se a junção da subjetividade e da objetividade. Neste capítulo também explicitamos os procedimentos metodológicos que orientaram nosso trabalho de campo. No segundo capítulo – **Modernização agrícola e a fumicultura** - fizemos uma incursão sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, tentando desde situar o início do sistema de integração da fumicultura, chegando até a análise da produção e do mercado deste setor na atualidade. No terceiro capítulo: **Fumo e saúde: uma questão eminente** – procuramos levantar os problemas ocasionados à saúde pelo uso dos agrotóxicos na lavouras de fumo, iniciando com um panorama mundial deste problema e chegando até o município pesquisado. Também apontamos um outro aspecto da questão: o cigarro e as disputas que se travam no interior da luta antitabagista. No quarto capítulo - **Caracterizando os fumicultores e a fumicultura** – realizamos uma breve descrição do município de Içara utilizando fontes oficiais, dentre elas o Censo Agropecuário Catarinense e o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Construimos a partir da nossa pesquisa de campo um perfil dos fumicultores entrevistados e de suas propriedades. Procuramos descrever passo a passo o trabalho na fumicultura em Içara enfatizando a questão dos riscos decorrentes dos agrotóxicos. Analisamos também a relação estabelecida entre fumageira x fumicultor a partir do contrato de integração. No

quinto capítulo: **As estratégias defensivas na fumicultura** – Tentamos desvelar e analisar as estratégias defensivas dos fumicultores a partir do material colhido na pesquisa de campo à luz dos elementos teóricos colocados por DEJOURS (1992, 1994), BOLTANSKI (1989), VOLPATO (1984 e 1989) e BOURDIEU (1994 e 1996).

Por último, tecemos algumas considerações finais sobre a elaboração de estratégias defensivas por parte dos fumicultores como forma de sobrevivência frente à necessidade econômica de prosseguir plantando fumo e retomamos a discussão da rentabilidade na fumicultura considerando os custos econômicos e sociais que ela envolve.

CAPÍTULO 1

DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO

Para pensar o problema proposto utilizamos principalmente alguns elementos que estão agrupados nos escritos de DEJOURS (1992, 1994), BOLTANSKI (1989), VOLPATO (1984 e 1989) e BOURDIEU (1994¹ e 1996). Selecionamos de cada autor apenas os conceitos e pressupostos que de alguma forma ajudam a orientar nossa leitura sobre os fumicultores. Isto significa que nosso trabalho não deve ser enquadrado dentro de uma perspectiva teórica única, mas como não há ciência neutra, explicitamos que nosso olhar sobre os fumicultores tem o objetivo de conhecer para transformar². Estes autores nos permitem conhecer o subjetivo e o objetivo, unindo as hipóteses deste estudo, ao mesmo tempo que abrem brechas para pensarmos em mudanças sociais.

DEJOURS nos ajuda a pensar na hipótese de que, para se tornarem e permanecerem como fumicultores, os agricultores reelaboram valores, constróem percepções, práticas e resistências. BOLTANSKI E VOLPATO permitem avançar na outra hipótese, ao mostrarem que as percepções estão orientadas pelas condições econômicas. BOURDIEU contribui por discutir as práticas dos sujeitos sociais, através da busca por uma sociologia da prática. Serve neste trabalho como unificador das duas hipóteses, através dos conceitos de "habitus" e "senso prático" que carregam em si a tentativa da junção da subjetividade e da objetividade. Aliás, a junção da subjetividade e da

¹ *Esta publicação foi organizada por Ortiz e Fernandes, contém uma introdução escrita por Ortiz e os demais textos escritos por Bourdieu. Para facilitar as citações, com exceção da introdução, os textos de Bourdieu cito como Bourdieu (1994). Porém na bibliografia aparecerá como Ortiz e Fernandes (1994).*

² Entendemos que a transformação da realidade passa pelo fornecimento de subsídios que auxiliam na compreensão dos problemas e na busca por novas alternativas.

objetividade representa o fio condutor deste trabalho. Procuramos não estudar os fumicultores de Içara de forma isolada; em nossas análises nos esforçamos para situar o particular no contexto social mais amplo.

1. 1. Construindo estratégias defensivas no trabalho

A psicodinâmica do trabalho estuda as relações entre indivíduos e trabalho. Uma de suas preocupações está voltada para o desgaste mental relacionado à atividade repetitiva. DEJOURS é um dos teóricos mais destacados desta “psicopatologia”; seu enfoque abrange principalmente o sofrimento no trabalho alienado. Embora os fumicultores, agricultores familiares, não possam ser igualados aos operários urbanos assalariados, pois os primeiros tem relativa autonomia sobre a organização do trabalho, eles se aproximam no que se refere ao sofrimento, resultado da falta de significação social e da impossibilidade do desejo no trabalho. Ambos são trabalhadores despossuídos de desejos, clivados³ pela necessidade econômica de produzir seu sustento.

O trabalho de DEJOURS é de grande utilidade para a presente pesquisa pois permite articular as dimensões subjetivas do trabalhador (agricultor), possibilitando compreender suas percepções e práticas, levando em conta a dimensão macro-estrutural na qual este agricultor está inserido. O autor parte da seguinte pergunta: como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques provocados pelo trabalho ao seu funcionamento psíquico? Levanta a seguinte hipótese: o desafio ao risco⁴ é uma estratégia que pretende

³ SILVEIRA (1989) fala do homem clivado - um homem dividido entre o subjetivo, que age pelo desejo e o objetivo, que age de acordo com as estruturas - e da necessidade de juntar os dois, na tentativa de construir um homem completo.

⁴ Embora alguns autores façam distinção entre risco e perigo, optamos por usá-los como sinônimos por considerarmos que para este estudo tal distinção é desnecessária, visto que não estamos nos guiando pela “teoria do risco”.

ridicularizar e conjurar a percepção que os operários tem do perigo e do medo em seus trabalhos.

Há três pontos fundamentais que norteiam a teoria de Dejours: sofrimento, organização do trabalho e estratégia defensiva.

O sofrimento implica regulações para adaptar o sujeito ao trabalho. Ele surge quando a organização do trabalho - divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa e as relações de poder - se choca com os desejos dos sujeitos. O sofrimento é fruto de um sentimento de indignidade (por ser robotizado) e de inutilidade de seu trabalho. O momento em que o trabalhador não vê "*significação humana*" em sua atividade e percebe que este nível de insatisfação não pode mais diminuir marca o início do sofrimento relacionado ao trabalho. O autor fala da "*dominação/ocultação*" dos desejos; o trabalho alienado oculta os desejos dos trabalhadores que passam a não desejar mais e a não sentir mais prazer em suas atividades, seu desejo passa a ser estritamente o trabalho pela subsistência. Esta, entendida não como cálculo do "mínimo necessário para se manter vivo". Falamos de reprodução social, onde entram fatores como "status", "conforto da família" e outros. E para poder continuar em suas atividades, evitando e diminuindo o sofrimento, estes sujeitos elaboram socialmente estratégias que DEJOURS denomina de estratégias defensivas.

As estratégias defensivas são caracterizadas por:

- a) Mascararem e conterem ansiedades graves.
- b) Serem um mecanismo de defesa elaborado socialmente.
- c) Lutarem contra perigos reais e não conflitos psíquicos.
- d) Exigirem a participação de todos para que funcione; os que não participam são excluídos.
- e) Terem uma certa coerência para ser funcional.
- f) Serem vitais pois substituem os mecanismos de defesa.

O autor utiliza o exemplo da construção civil na França para mostrar como funcionam as estratégias defensivas no trabalho arriscado. Entre estes

trabalhadores, apesar do grande número de acidentes que ocorre nos canteiros de obra, existe uma desconsideração por certas medidas de segurança. Segundo o autor, o desprezo e a ignorância em relação aos riscos é uma farsa, não é falta de conhecimento sobre eles pois vivem no dia-a-dia estes riscos e os conhecem⁵. O que existe é uma tentativa de mascarar o medo através das estratégias defensivas. *“As atitudes de negação e de desprezo pelo perigo são uma simples inversão da afirmação relativa ao risco”* (DEJOURS, 1992:70). Porém, ignorar os riscos não é suficiente, é preciso aguçá-los e agravá-los para se ter a sensação de domínio. Sendo assim, para estes operários, ser obrigado a usar os equipamentos de segurança é relembrar a todo momento que o risco existe e que está próximo. Eles têm consciência dos riscos, porém sabem também que as medidas de segurança não podem afastá-los por completo, pois elas são incipientes em relação ao grau do perigo. É necessário então encobrir o medo para poder continuar exercendo sua função. Portanto, a inconsciência do risco *“constitui o preço que devem pagar para superar a carga de medo que pressupõe o trabalho”* (1992: 72). Deste modo, lembrar a todo momento do perigo inviabilizaria o trabalho pois estabeleceria um permanente estado de aflição e medo.

Esta “inconsciência” dos riscos acaba por dificultar a apreensão das estratégias defensivas entre os trabalhadores. Pois embora o medo esteja presente, provocando um permanente estado de alerta, ele é contido, mascarado e negado. Quando as estratégias defensivas funcionam o medo não é percebido, mas ele existe. Sendo assim, estas estratégias defensivas são as pistas para se estudar o medo e o sofrimento entre os trabalhadores, pois justamente é a presença delas que oculta e ao mesmo tempo denuncia a presença destes sentimentos.

O autor pontua algumas estratégias defensivas. Nós consideraremos apenas as que auxiliam a nossa pesquisa. São elas: “macetes no trabalho”, vergonha de adoecer, valorização positiva do corpo e desafio aos riscos. Estas

⁵ Para DEJOURS é um conhecimento adquirido pela experiência, através de acontecimentos passados.

estratégias não estão isoladas, formam como um “bloco” defensivo, que dá a sustentação e a coragem para os sujeitos prosseguirem no trabalho. Todavia, para a presente pesquisa, é importante tentar conceituar cada uma das estratégias defensivas com vistas a identificação da existência ou não delas entre os fumicultores.

Os macetes são saberes construídos pelos muitos anos de experiência no trabalho. É a existência do medo que faz com que o trabalhador elabore formas diferentes de realizar certas tarefas, muitas vezes contradizendo as recomendações dos peritos. Estes macetes têm o potencial de lhe dar uma certa tranquilidade para evitar os riscos. O trabalhador reconhece que há espaço vazios e excessos nas recomendações e opta pela inventabilidade com a intenção de preencher e ultrapassar todas as incoerências, impossibilidades e inconveniências presentes no seu trabalho. A prática dos macetes ou quebra-galhos, para DEJOURS (1992), proporciona grande satisfação ao trabalhador pois mobiliza a inteligência astuciosa. Desta forma, os macetes servem para ajustar a diferença entre o trabalho prescrito pelos peritos e o trabalho possível (*real*) ao mesmo tempo que simbolizam fontes de prazer.

A vergonha de adoecer se caracteriza por uma tentativa de mascarar a doença até o limite do possível. O trabalhador resiste em perceber e sentir qualquer indício de enfermidade. Somente quando esta se torna impossível de ser escondida, ou seja, quando o impede de prosseguir trabalhando, é que sua existência será admitida.

A valorização positiva do corpo caminha junto com a vergonha de adoecer. Resiste-se às doenças, aos riscos, contrapondo a eles a força física, a virilidade masculina. O trabalhador elabora uma imagem positiva do seu corpo que lhe dá confiança perante o perigo.

O desafio aos riscos é elaborado a partir da percepção de que seu trabalho é perigoso é que o risco é inerente a ele. Na impossibilidade de adotar medidas totalmente seguras, a forma encontrada é agravar ainda mais a situação, desafiando os riscos. Consequentemente, não usar capacete ou cinto de segurança quando se está em cima dos andaimes, assim como não

usar botas e luvas são estratégias elaboradas socialmente para criar entre os trabalhadores a sensação de controle dos riscos. Funciona como se a existência do perigo dependesse da vontade do próprio operário e não como se fosse constituinte da sua condição no trabalho.⁶

Mas como havíamos dito, as estratégias devem ser compartilhadas por todos os membros do grupo para que tenham êxito, tornando-se valores coletivos; todos os que pertencem ao grupo reconhecem a legitimidade das estratégias. Aliás, esse é um pressuposto fundamental para que elas funcionem, pois se alguém não acredita na sua eficácia está excluído do “*sistema defensivo*”. Quando ocorre um acidente, por exemplo, o trabalhador está rompendo com as estratégias defensivas, ele terá que enfrentar o medo e o sofrimento individualmente, como resultado de um fracasso ou imprudência pessoal.

As estratégias são produções dos trabalhadores e revelam que eles não estão inertes em seus postos de trabalho. Mostram que eles reconhecem a situação objetiva e que sentem descontentamento em relação a ela; e onde existe descontentamento há sempre possibilidades de mudanças. Com isso, podemos dizer que elas são resistências dos trabalhadores. Entretanto, por outro lado, elas acabam funcionando como mecanismos de alienação do trabalhador, na medida em que tendem a esconder os riscos, os sofrimentos, os medos e a sujeitar os trabalhadores a condições inseguras e sofridas. Este processo de sujeição dos trabalhadores levado ao extremo resulta no surgimento das “*ideologias defensivas*”. Portanto, as estratégias defensivas deixam de ser estratégias e passam a ser ideologias defensivas quando o trabalhador passa a ver o sofrimento e o perigo como enfraquecimento da estratégia defensiva e não como elementos decorrentes do trabalho.

É necessário aqui estabelecer o limite da utilização do conceito de estratégia defensiva no nosso estudo sobre fumicultores. Uma diferença visível é quanto ao tipo de risco a que o autor se refere. Se para os operários da

⁶ DEJOURS (1992 e 1994) define as condições de trabalho a partir da Ergonomia. Para ele as condições de trabalho comportam o ambiente físico, químico e biológico, bem como as condições de higiene e de segurança.

construção civil os perigos são bastantes visíveis e conhecidos – cair do prédio, ser atingido por objetos, levar choques - para os fumicultores os riscos são “abstratos” e não são totalmente conhecidos. Ele pode usar por muitos anos determinados agrotóxicos e aparentemente nenhum sintoma de intoxicação aparecer. O uso de agrotóxicos comporta riscos que para serem bem compreendidos necessitam de conhecimentos para além de seu cotidiano de trabalho, como noções de biologia e química. Além disto, há produtos que nem mesmo os cientistas estão de acordo quanto aos seus efeitos nocivos, e outros que ainda não foram pesquisados detalhadamente.

1.2 O corpo e o trabalho

BOLTANSKI (1989) parte do princípio de que a relação de cada pessoa com seu corpo e com sua saúde varia conforme a classe social. Cada classe constrói sua percepção e a partir desta elabora suas práticas cotidianas. Assim, percebemos nosso corpo através da situação sócio-econômica em que vivemos⁷. O autor parte da seguinte hipótese: as percepções acerca do corpo e da saúde são fatores socialmente condicionados.

A partir de uma pesquisa, realizada na França, sobre a percepção da doença, do remédio, do médico e das práticas ligadas à saúde, ele mostra que estas percepções estão intimamente ligadas à estrutura de classes. O autor escolheu três comunidades distintas para realizar esta pesquisa: um subúrbio parisiense, uma cidade de tamanho médio e uma comunidade rural. Como resultado desta pesquisa e de outras realizadas por outros autores, BOLTANSKI levanta vários pontos sobre a saúde/doença/corpo e práticas médicas entre os membros das classes populares.

Diz que os membros das camadas populares têm conhecimentos sobre suas doenças e orientam a partir destes suas práticas. Adotam o tipo de

⁷ MEDINA (1987) fala sobre a construção do “corpo excluído” do brasileiro a partir da situação sócio-econômica.

remédio a ser usado e o tratamento de acordo com os sinais que consideram indicar a doença. É uma medicina familiar, feita por não-médicos, essencialmente imitativa pois reproduz as palavras dos especialistas e o uso dos medicamentos que os médicos já receitaram algum dia, a eles ou a conhecidos.

BOLTANSKI diz que há uma necessidade das camadas populares de compreender seu próprio corpo e seu estado de saúde, como não têm informações detalhadas, somente conhecimentos esparsos sobre o assunto, elas elaboram representações a partir de esquemas de classificação construídos socialmente. Como há dificuldade em compreender as doenças, elas tendem a acreditar mais nas doenças visíveis, como pedra nos rins e na vesícula. Estas são doenças palpáveis, que podem ser “facilmente explicadas” em casa, basta trazer as pedras retiradas e “mostrar a doença”.

Para o autor, isto ocorre porque o pensamento popular só consegue assimilar o conhecido, o que ele desconhece é captado e imediatamente trazido para próximo do conhecido⁸. Ou seja, *“as novas categorias tomadas da ciência, ao mesmo tempo que as palavras-suportes, são imediatamente submergidas pelas categorias mais antigas e mais gerais, das quais os membros das classes populares fazem uso corrente e que lhes são familiares”* (BOLTANSKI, 1989:87). Portanto, o pensamento popular parece “enriquecer-se” e no entanto sua base permanece praticamente sem se transformar, pois as concepções mais profundas permanecem iguais. Embora pareça que estão falando da mesma coisa, há entre as camadas populares e o discurso médico científico uma grande diferença. Há apropriação de conhecimento por parte das primeiras, mas não podemos falar em incorporação do discurso médico. O que ocorre é uma reinvenção do discurso e das práticas médicas. Funciona como se um elemento de um contexto integrado fosse arrancado e colocado em outro lugar; ele será percebido e compreendido de outra forma, com uma nova leitura.

⁸ Este processo de identificação do desconhecido está sendo bastante estudado pelos teóricos das “representações sociais” através na noção de ancoragem. Ver GUARESCHI e JOVCHELOVITCH (1995) e SPINK, (1993).

O autor identifica também uma diferença significativa entre as camadas médias e populares quanto ao interesse e atenção que estas concedem ao corpo. As camadas populares, ao contrário das médias, tem um baixo índice quando se fala destes sentimentos. Isto reflete na forma como as mulheres, por exemplo, encaram os cuidados corporais de saúde e de beleza⁹. Para elas o valor está em não “escutar a si próprias” e resistir à dor; resistir à dor é esperar até que ela atinja uma intensidade insuportável. Somente quando não é mais possível aguentar se procura ajuda médica.

O autor ressalta que a leitura que devemos fazer sobre a resistência à dor não deve partir de uma análise dos “princípios morais” como “desejo de ascetismo” - a dor como algo purificador do ser humano. O que cria essa resistência, segundo BOLTANSKI, são as coerções econômicas como custo médico, dificuldade de deixar o trabalho e as tarefas cotidianas.

A hipótese levantada pelo autor é que quanto mais se utiliza o corpo físico, menos ele é percebido.

“Pois a interdição que inibe a expressão das sensações físicas (e sua percepção) tem como corolário a regra positiva que prescreve fazer do corpo, em qualquer circunstância (inclusive no jogo), a máxima utilização: conseqüentemente a experiência que os membros das classes populares têm do corpo tende a se concentrar na experiência que têm de sua força física, ou seja, de sua maior ou menor aptidão a fazer funcionar o corpo e a utilizá-lo o mais intensamente e o mais longo tempo possível” (1989: 154).

Alimentados por esta valorização da força e da resistência à dor, a doença é sentida como um entrave à atividade física, ao trabalho e como um acidente. A doença passa a ser a ausência de força, ou seja, a fraqueza. A doença para as classes populares é então *“aquilo que interrompe o tempo, que*

⁹ Para BOLTANSKI (1989), as mulheres têm uma maior predisposição a cuidados corporais e preocupação com sensações doentias do que os homens.

corta inutilmente o desenvolvimento normal da vida e oblitera o futuro inteiro" (1989: 166).

Podemos dizer então que as classes populares estão impossibilitadas de prestarem atenção ao seu corpo por dois motivos que se encontram entrelaçados: desenvolvem atividades que exigem grande esforço físico, o que torna o corpo dolorido impedindo que as sensações dolorosas sejam percebidas como algo extraordinário e porque necessitam tirar de seu corpo o máximo de proveito. Escutá-lo pode resultar numa necessidade de diminuição do esforço no trabalho e elas precisam fazer seu corpo produzir o máximo, pois é sua única fonte de renda. Assim, quanto mais se utiliza fisicamente o corpo, menos consciência se tem dele. O autor considera que *"talvez ... o estabelecimento de uma relação reflexiva com o corpo é pouco compatível com uma utilização intensiva do corpo"* (1989: 167). Portanto, esperam dele apenas que funcione, permitindo que se prossiga no trabalho. Vão resistindo em perceber sintomas de doenças, só admitindo que estão doentes quando o corpo já não pode mais aguentar o peso do esforço.

"...as regras que, nas classes populares, organizam a relação dos indivíduos e seus corpos e que, quando presentes à consciência, aparecem apenas sob a forma de regras de moral, têm talvez uma função de regulação com o fim de impedir aqueles que, coagidos pela sua condição econômica, utilizam intensamente o corpo, a estabelecerem uma relação reflexiva e consciente com o corpo, porque a instauração de tal relação não poderia ter outro efeito senão o de diminuir a resistência que são capazes de opor ao corpo, e portanto reduzir em qualidade e quantidade o trabalho que este fornece" (1989: 168).

Para DEJOURS (1992 e 1994), essa necessidade objetiva de mascaramento da doença se concretiza na estratégia defensiva da vergonha em adoecer. A solução para eles não é evitar a doença, mas domesticá-la, contê-la e viver com ela. Para isto se resiste ao máximo em procurar um

médico, chegando a fazê-lo somente quando a doença impede por completo as atividades. O médico, além de significar uma figura fora do meio, pode descobrir doenças que estavam escondidas e que é melhor que continuem desconhecidas. *“O corpo só pode ser aceito no silêncio dos órgãos, somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, o corpo trabalhador da mulher são aceitos; tanto mais aceitos quanto menos se tiver necessidade de falar deles”* (DEJOURS, 1992:32/33).

Dentro desta mesma linha, NARDI (1996) e SOUZA e VERAS (1982) dizem que o sofrimento de adoecer quando relacionado ao trabalho não se restringe aos fatores patológicos, tem uma dimensão subjetiva muito acentuada. A identidade do trabalhador é construída pelo que produz. Adoecer e ficar incapacitado para o trabalho é visto de maneira depreciativa e negativa. Portanto, o trabalhador afastado do trabalho por doença ou acidente ocupa um lugar marginal no processo produtivo, ele não é um membro útil à sociedade. O trabalho comporta um valor moral, que tem a capacidade de qualificar o que é honesto e tem valor (os que trabalham) e o que é desonesto e não tem valor (os que não trabalham). Como reflexo desta valorização do corpo enquanto objeto, os trabalhadores vão escondendo a dor e o sofrimento.

VOLPATO (1989) também discute as percepções sociais do corpo/trabalho. Salienta que os trabalhadores que executam tarefas onde é necessário um intenso esforço físico não têm em relação ao seu corpo uma postura reflexiva. Diz que eles estão coagidos pela condição econômica a utilizar intensamente seu corpo. As ações reflexivas com o corpo são incompatíveis com a utilização intensiva dele. Como estratégia, a autora aponta que os trabalhadores naturalizam o desgaste, o medo e os riscos, tornando-os elementos cotidianos e inseparáveis de seu trabalho.

VOLPATO (1984 e 1989) aponta que esta relação de "não escuta" do corpo é resultado de uma necessidade objetiva. A autora reforça que, entre os mineiros por ela estudados, a garantia de um nível de vida acima dos demais trabalhadores não qualificados faz com que estes ignorem a ameaça de doenças, de acidentes e o desgaste físico. Para ela, a estrutura familiar na qual o trabalhador está inserido e as necessidades que sua família demanda

determinam o tipo de relação que este vai ter com seu corpo, com sua saúde e com seu trabalho. Sendo assim, a necessidade de produzir resulta na elaboração de esquemas construídos socialmente que naturalizam o desgaste, o risco e o medo possibilitando prosseguir na atividade.

Neste ponto, a nosso entender, os autores se fundem. A resistência à dor como princípio moral regulador das classes que necessitam utilizar intensamente o corpo se liga à vergonha de adoecer e à valorização positiva do corpo como estratégias defensivas. São elementos presentes na vida cotidiana dos trabalhadores que tem a função de tornar possível a continuidade da atividade, apesar das doenças, do sofrimento e dos riscos.

1. 3 Sobre a prática dos indivíduos

BOURDIEU (1994 e 1996) ao propor uma sociologia da prática, a "*praxiologia*", auxilia-nos a pensar, juntamente com os autores já citados, a relação subjetivo/objetivo e o papel que estas esferas desempenham na conformação das percepções e ações sociais. Diz ele que as discussões atuais se centram em duas esferas de pensamento, a fenomenologia e o objetivismo, sendo que a primeira repousa na experiência primeira do indivíduo, enquanto a segunda considera as práticas dos indivíduos como sendo estruturadas pelas relações objetivas. Para ele, tanto uma como a outra devem ser superadas. O objetivismo deve ser superado na medida em que não dá conta da complexidade do social por considerar o agente social como simples executor da estrutura, algo que está exteriormente programado. Por outro lado, a fenomenologia não considera a existência do mundo objetivo, este aparece apenas enquanto encontro de intersubjetividades, sendo o indivíduo considerado como um ser livre para pensar e agir.

O autor propõe, então, uma sociologia que seja capaz de articular dialeticamente o sujeito e a estrutura social¹⁰. E para articular estas duas esferas (estrutural e subjetiva), ele vai reinterpretar a noção de *habitus*, criar a noção de *campus* e refletir sobre as práticas dos agentes sociais. Define assim *habitus*:

“... sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU, 1975: 175, apud ORTIZ e FERNANDES, 1994: 15).

O *habitus* pode ser compreendido como um sistema que preside todas as nossas escolhas, a partir de um sistema de classificação que é anterior à ação, que adquirimos através das experiências sociais passadas. Assim, gostos, valores, percepções e crenças não são frutos de escolhas individuais a partir da subjetividade, mas fruto da objetividade interiorizada que aparece ao nossos olhos como escolhas próprias. Isto faz com que surja uma relativa homogeneidade do *habitus* em determinado grupo ou classe; cada

¹⁰ CHAUI (1996) contribui para este debate ao discutir a noção de percepção. Para a autora, a percepção é uma sensação que está sempre carregada de sentido para a nossa vida; sentido que é dado pelo contexto a ela relacionado. Em outras palavras, sempre percebemos não sensações isoladas, mas sensações relacionadas com contextos. Podemos então definir a percepção como “*uma relação do sujeito com o mundo exterior*” (1996: 122). E nesta relação os sujeitos são ativos, pois estão sempre interagindo com o mundo, se comunicando com o mundo, atribuindo-lhe valor e orientando suas ações a partir dele. Podemos dizer também que a percepção é valorativa por envolver sempre toda nossa personalidade, história pessoal, desejos e vida social. Através destes meios percebemos o mundo e lhe atribuímos valor. Sendo assim, o subjetivo e o objetivo constroem conjuntamente nossas percepções.

indivíduo interioriza a objetividade que está a sua volta, que faz parte da sua posição social.

Entendido desta maneira, o *habitus* tende mais a reproduzir as práticas já conhecidas do que possibilitar a elaboração de novas. Isto porque as possibilidades de mudanças estão inscritas dentro de um “espaço de possíveis”, onde os agentes vão optando pelas escolhas já conhecidas, legitimadas pela tradição e que fazem parte da sua posição social. Mas há também escolhas com potencial de mudanças, ou seja, escolhas não predominantes que poderão ser mobilizadas e provocar novas percepções e novas práticas (BOURDIEU, 1996).

Sendo assim, o que faz com que as esperanças subjetivas estejam ajustadas às condições objetivas é a presença de disposições duradouramente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, liberdades e necessidades, facilidades e proibições que estão inscritas nas condições objetivas e que vão marcando o sujeito, fazendo com que ele recuse o impensável e o evitável, ou seja, as práticas que não condizem com sua posição de classe.

A esse espaço já estruturado, onde os sujeitos agem, Bourdieu denomina “*campo*”. O campo pode então ser definido como o *locus* onde se travam as lutas pelos interesses específicos e onde as relações de poder se expressam. Todo agente social opera dentro de um campo. Os indivíduos que fazem parte de um certo campo estabelecem entre si disputas. Nestas disputas, dominantes e dominados estabelecem uma forma de convivência baseada em um consenso que encobre a existência do mundo social enquanto espaço de conflito. Este desconhecimento está ligado à existência de uma crença coletiva, dentro do campo, que tem o poder de “*soldá-lo*”, fazendo com que os agentes não questionem as hierarquias das diferentes posições sociais. Deste modo, o campo é o *locus* do consenso. “*O reconhecimento da legitimidade dos valores produzidos e administrados pela classe dominante implica o desconhecimento social do espaço onde se trava, simbolicamente, a luta de classes*”. (1994:25).

Podemos a partir deste dois conceitos, *habitus* e *campos*, pensar que as percepções e as práticas dos fumicultores no que se refere à saúde, ao

corpo, ao risco e ao trabalho são construções sociais elaboradas a partir das condições objetivas que marcaram e que continuam a marcar suas vidas e que, embora em certos momentos pareçam irracionais, elas são frutos de experiências passadas, legitimadas socialmente.

1. 4 Procedimentos metodológicos

A escolha de Içara como unidade de análise se deu em virtude de ser este o segundo maior município produtor de fumo de Santa Catarina e estar localizado na Microrregião Sul do Estado, próximo do local onde moramos, o que nos facilitou a pesquisa.

A pesquisa se deu em dois momentos. No primeiro, no mês de março de 1999, fomos fazer um reconhecimento do local, contatos com informantes-chaves, verificar o modelo adequado de amostragem e realizar um pré-teste do roteiro das entrevistas. Realizamos entrevistas semi-estruturadas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, com o Secretário de Saúde, com a enfermeira-chefe do hospital municipal, com dois técnicos da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e com duas famílias de fumicultores. Ao todo entrevistamos cinco informantes chaves e quatro fumicultores. As entrevistas com os fumicultores foram mais abertas e praticamente coletivas, não tínhamos um roteiro, apenas algumas questões iniciais. O objetivo desta conversa era descobrir pistas para elaborarmos o questionário a ser aplicado no segundo momento da pesquisa.

No planejamento da segunda etapa algumas decisões precisavam ser tomadas com referência à forma de realização das entrevistas e o tipo de amostragem mais indicado. Optamos pela elaboração de um questionário que contivesse no final um roteiro para uma breve entrevista, dando aos informantes a oportunidade de falar um pouco mais livremente. Iniciamos com perguntas gerais de identificação sócio-econômica e aos poucos fomos

entrando nas questões propriamente da pesquisa. Quanto ao modelo de amostragem, pretendíamos garantir a representatividade através da divisão das entrevistas entre pequenos, médios e grandes fumicultores e alguns ex-fumicultores. Como não conseguimos uma lista de todos os fumicultores do município, decidimos escolher 3 comunidades. Uma onde o fumo fosse a principal atividade, outra onde ele tivesse uma participação média e uma terceira onde a participação fosse pequena. As três comunidades escolhidas foram: Terceira Linha, Linha três Ribeirões e Campo Mãe Luzia. Escolhida as três comunidades com ajuda dos técnicos da EPAGRI e da Prefeitura, a indicação dos entrevistados foi aleatória. Fazíamos uma entrevista no começo da rua, entrávamos em atalhos e fazíamos outra, voltávamos para a rua principal e fazíamos outras. Tínhamos o cuidado de escolher os entrevistados em pontos diferentes da comunidade.

Por sugestão de colegas decidimos realizar a entrevista em casal, eu, a mulher, entrevistaria preferencialmente as mulheres fumicultoras, o outro pesquisador, um homem, ficaria responsável por entrevistar os maridos. Esta divisão tinha o intuito de facilitar o entendimento entre pesquisador/pesquisado e de verificar a distinção entre as percepções e práticas das mulheres e dos homens. Algumas leituras prévias já haviam apontado para uma maior preocupação feminina com a questão da saúde. Infelizmente isto não foi possível. Ao chegar às casas, normalmente era o homem que se dispunha a falar; mesmo quando explicávamos que a entrevista era com a mulher, o marido considerava que as perguntas não "eram coisa de mulher" e tomava à frente nas respostas. Deste modo, em algumas entrevistas a conversa foi entre três pessoas, pesquisador, mulher e marido. De um total de 16 nove foram feitas com homens, embora em algumas destas as mulheres também opinassem, e quatro foram feitas com as mulheres. Mas mesmo destas quatro mulheres entrevistadas, apenas duas estavam sozinhas. Em algumas também houve participação de outros parentes. Não consideramos estas entrevistas coletivas prejudicadas. Em alguns pontos elas foram até mais frutíferas que as realizadas a dois: pesquisador/pesquisado. Como era um grupo, a inibição se

desfazia pois diluía a presença do pesquisador¹¹. No entanto no momento da transcrição das fitas e tabulação dos dados, consideramos apenas um ou dois informantes principais, diferenciando a fala de cada um. As falas dos demais foram anotadas como ilustração em separado.

Iniciávamos as entrevistas explicitando o motivo da pesquisa, os objetivos e os encaminhamentos finais depois de pronta a dissertação. Também ressaltávamos o compromisso em não divulgar nomes para não haver possibilidade de identificação dos citados. Este último compromisso foi importante na medida em que os fumicultores estavam apreensivos pois havia saído uma reportagem no Jornal Diário Catarinense sobre os casos de intoxicações entre agricultores do município. Não pudemos averiguar se estava havendo represálias por parte das empresas fumageiras, mas constatamos uma grande cautela de certos fumicultores em falar sobre doenças e sobre as empresas integradoras. Neste sentido é ilustrativo o fato de um entrevistado tentar nos esconder na cozinha de sua casa quando avistou o carro do instrutor da Souza Cruz.

Ao todo foram entrevistados, nesta segunda etapa do trabalho de campo, 16 agricultores, três deles ex-fumicultores. Este total, 16, foi definido em campo a partir da constatação da existência de uma grande semelhança entre os fumicultores. Verificamos que já nas primeiras entrevistas as falas pareciam se repetir e não apareciam elementos novos. Além disso, leituras anteriores sobre os agricultores integrados também nos apontavam para a existência de tal semelhança.

Para a análise do material colhido no trabalho de campo optamos por analisar as 13 entrevistas com os fumicultores sem considerar a comunidade a qual pertenciam e o sexo dos entrevistado. Tomamos este procedimento após perceber que as três comunidades, embora pudessem ser caracterizadas como grande, média e pequena produtora de fumo, não podiam

¹¹ BECKER (1993) considera positiva a presença de outros membros do grupo durante uma entrevista porque tem o poder de sancionar possíveis mentiras, assim serve de termômetro, pois ninguém quer passar por mentiroso na frente do grupo. Mas, por outro lado, no grupo o entrevistado se sente mais estimulado a exacerbar certas opiniões. Sugere, para resolver este impasse, termos sempre em mente a necessidade da relativização das opiniões.

ser consideradas homogêneas internamente. Dentro da comunidade considerada grande produtora encontramos fumicultores que se assemelhavam aos moradores da comunidade onde o fumo é menos expressivo economicamente e vice versa.

Foram bastante ricas as entrevistas com os três ex-fumicultores, pois não dependendo mais das fumageiras, eles se sentiram livres para falar sobre elas, sobre as intoxicações, as desvantagens da fumicultura, sobre os medos e os sofrimentos.

CAPÍTULO 2

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FUMICULTURA

2.1 Modernização agrícola e o início da integração

Para compreender como se deu o processo de integração dos agricultores em Santa Catarina é necessário entender um pouco sobre a “modernização da agricultura”, pois a integração não foi um fato isolado e estanque, ela esteve diretamente vinculada às transformações estruturais sofridas pela agricultura brasileira.

A modernização agrícola pode ser definida como uma série de medidas visando o aumento da produtividade no campo; caracterizou-se por transformações tecnológicas nos processos produtivos, que incluíam intensa utilização de insumos agrícolas e máquinas, cuja aquisição foi facilitada por incentivos fiscais e creditícios, fornecidos principalmente pelo Estado. Esse processo ficou conhecido no mundo todo como “revolução verde”. (MARTINE, 1987, 1990 e SILVA, 1982).

Podemos pensá-la como um projeto ambicioso que pretendia modificar substancialmente a estrutura da produção agrícola brasileira na tentativa de aproximar nossa agricultura dos patamares de rentabilidade e produtividade alcançados pelos países desenvolvidos.

No Brasil a modernização se estabeleceu não só com o auxílio de créditos agrícolas estatais para compra de insumos, máquinas agrícolas e construção de benfeitorias. Houve também grande participação da extensão rural; das agências de pesquisas nacionais e internacionais; e das

multinacionais do setor petroquímico e fumageiro. Estes se empenharam muito em difundir e possibilitar a adoção do “pacote tecnológico¹²”; para uns, era a opção de desenvolver o Brasil, para outros era a possibilidade de aumentar seu mercado (MARTINE, 1987).

Uma mostra de como foi intensa a tentativa de difundir os insumos e máquinas da “revolução verde” é que em 1975 uma determinação do governo definia uma cota de agrotóxicos obrigatória para cada financiamento solicitado ao banco; foi o chamado Plano Nacional dos Defensivos Agrícolas. Esta medida perdurou durante muitos anos. Segundo MARTINE (1987), ainda nos anos 80, o agricultor para fazer empréstimos bancários tinha que incluir no orçamento 15% de gastos com insumos químicos.

O grande impulsionador da política de modernização foi o Estado através dos créditos a juros negativos e incentivos fiscais altamente favoráveis. Para GASQUES e VILA VERDE (1990), a distribuição destes créditos não foi homogênea e justa. Variou de acordo com as regiões, com o tipo de produto e com o tamanho da propriedade. As regiões mais favorecidas foram, Sul, Sudeste e mais tarde também o Centro Oeste. Os produtos beneficiados foram os exportáveis e destinados às agroindústrias, os demais ficaram fora do leque da distribuição dos recursos. Com relação ao tamanho da propriedade, o acesso ao crédito foi inverso ao tamanho da propriedade: quanto maior o produtor mais créditos recebia.

As tabelas abaixo mostram dados sobre crédito e distribuição destes de acordo com as regiões, os produtos e os produtores.

¹² Utilizamos o termo “pacote tecnológico” em referência a maneira como foi implementada a modernização, qual seja, de cima para baixo.

Tabela 01 - Taxa de Juros do Crédito Rural e IGP-DI (inflação), 1970/80

Ano	IGP-DI	Taxa Média de Juros
1970	19,3	11,3
1971	19,5	11,3
1972	15,7	12,1
1973	15,5	12,1
1974	34,5	10,8
1975	29,4	10,8
1976	46,3	10,7
1977	38,8	11,2
1978	40,8	15,5
1979	77,2	18,0
1980	110,2	20,0

Fontes: FGV, BACEN, apud PINTO (1984).

A tabela 01 mostra que, durante o período de 1970 a 1980, o índice de inflação esteve entre 15,5% e 110,2% ao mês, e os juros sobre os créditos tiveram um movimento constante de 1970 a 1977, com índices entre 10,7% a 12,1%. O juro mais alto ocorreu em 1980, 20%, o que corresponde a 90,2% abaixo da inflação do mesmo período.

Tabela 02 – Participação percentual das regiões brasileiras na produção (P) e no crédito rural (C).

Região	1973		1974		1975		1976		1977	
	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C
Norte	1,90	0,99	1,84	0,79	2,20	0,99	2,63	1,16	2,16	1,57
Nordeste	25,6	9,75	19,41	9,53	22,41	11,2	19,3	11,8	19,4	12,54
Sudoeste	31,5	42,09	32,7	40,01	28,34	33,3	29,0	32,0	30,5	33,57
Sul	33,33	40,95	39,40	42,94	40,17	40,07	40,48	44,76	39,28	44,13
Centro/oeste	7,56	6,22	6,50	6,73	6,76	8,34	8,45	10,19	8,57	8,19

Fonte: Ministério da Agricultura (COMCRED E SUPLAN) e BC (dados Primários), Apud PINTO, (1984).

A tabela 02 aponta o favorecimento das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste no recebimento dos créditos rurais. Para as Regiões Sul e Sudeste o crédito foi sempre maior se comparado com a produção, apenas no ano de 1975, na Região Sul, a produção ultrapassa o valor dos créditos. Na Região Centro Oeste houve períodos onde a produção esteve maior e período inversos, onde o crédito assim esteve. Porém, foram variações pequenas. Já para as Regiões Norte e principalmente Nordeste a diferença entre participação no crédito e produção foi alarmante. De 1973 a 1977 o crédito agrícola foi sempre menor que a produção.

Tabela 03 - Participação percentual no valor bruto da produção (VPB) e no crédito de custeio (C).

Produto	1973		1974		1975		1976		1977	
	VBP	C	VBP	C	VBP	C	VBP	C	VBP	C
Algodão	8,25	7,60	6,07	8,67	5,48	4,71	3,90	6,54	5,62	7,25
Arroz	13,03	11,77	10,82	14,53	12,07	17,56	15,05	14,99	12,90	15,15
Café	7,54	15,26	12,23	14,52	9,63	9,60	2,50	10,76	6,58	12,23
Cana	7,74	6,64	6,93	8,91	6,58	10,72	7,85	9,68	8,17	8,28
Feijão	7,54	2,59	6,70	1,89	6,61	1,40	5,38	1,85	6,26	3,20
Mandioca	9,81	0,59	7,06	0,36	8,25	0,41	7,78	0,82	5,81	0,89
Milho	12,45	11,35	12,58	10,26	12,73	10,75	13,36	10,08	13,39	7,63
Soja	7,93	14,58	10,96	16,88	13,52	17,39	15,41	19,18	16,05	19,12
Trigo	4,33	4,40	5,31	9,62	3,30	12,44	5,91	12,07	3,47	10,05

Fonte: Ministério da Agricultura (COMCRED e SUPLAN) e Banco Central Apud, PINTO, (1984: 73)

Os dados acima mostram que, no período de 1973 a 1977, as culturas destinadas principalmente à exportação e às agroindústrias (algodão, arroz, café, cana, soja e trigo) tiveram praticamente o valor do crédito de custeio acima do valor bruto da produção. Já as culturas alimentícias como feijão, mandioca e milho receberam menor custeio se comparado com o valor bruto da produção.

Tabela04 - Tipo de Produtor agrícola e participação no Crédito Rural.

Ano	Pequenos Produtores		Médios Produtores		Grandes Produtores	
	Contratos (%)	Valor (%)	Contratos (%)	Valor (%)	Contratos (%)	Valor (%)
1966	90,05	34,13	9,51	45,80	0,44	20,27
1967	88,48	32,29	10,93	47,20	0,59	20,51
1968	87,27	31,07	12,22	43,72	0,51	19,21
1969	88,16	30,95	11,17	45,81	0,67	23,24
1970	85,91	24,57	13,25	47,16	0,84	25,27
1971	85,71	24,61	13,25	43,99	1,04	31,40
1972	83,50	20,69	14,92	14,17	1,52	37,14
1973	79,45	17,22	18,59	38,75	1,95	44,03
1974	76,61	15,12	20,88	37,43	2,51	47,45
1975	74,18	11,77	22,48	34,18	3,43	54,05
1976	73,73	11,38	22,93	35,09	3,34	53,53

Fonte: Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural (COMCRED), apud (PINTO, 1984)

Vemos que os pequenos produtores, durante o período de 1966 a 1976, sempre tiveram o maior volume de contratos de créditos, chegando a 90,05% do total de contratos em 1966, porém o valor destes contratos foi sempre menor se comparado com o dos contratos dos médios produtores, e a partir de 1970 também passou a ser menor do que o valor dos contratos dos grandes produtores.

Todo este investimento no setor agrícola impulsionou, como era esperado, a utilização de novas tecnologias, principalmente tratores de quatro rodas e insumos químicos.

A produção de tratores de quatro rodas no Brasil iniciou-se em 1960 com 37 unidades, em 1967 produziu 6.223, em 1970 produziu 10.048 e em 1975, auge da modernização, a produção anual de tratores passou para 56.928. A intensificação da produção brasileira de tratores fez baixar os preços

destas máquinas e colaborou para a rápida mecanização da atividade agrícola (Martine, 1987).

Quanto à produção e consumo de insumos químicos, os números revelam que em 1970 a produção interna de agrotóxicos era de 9.798 toneladas e o consumo era de 27.728 toneladas. Em 1980 a produção passou para 48.477 toneladas e o consumo saltou para 80.968 (Martine, 1987).

Tabela 05 - Utilização dos insumos químicos por estrato de área

Ano	Estrato de área	Utilização (%)
1980	0 a 10	45%
	10 a 100	74%
	1.000 a 10.000	90%

Fonte: MARTINE (1987).

Como no caso da utilização das máquinas agrícolas, os insumos químicos foram mais utilizados pelos estabelecimentos maiores, com culturas de exportação e para agroindústrias. A exceção fica por conta dos adubos químicos que eram mais utilizados pelos estabelecimentos com área entre 10 e 50 hectares. A explicação pode estar em dois fatores, na necessidade da utilização intensiva do solo, o que requer uma constante reposição dos nutrientes, e os baixos preços destes fertilizantes se comparados com outros produtos e com os preços dos tratores.

Mesmo com altos investimentos públicos a modernização agrícola não conseguiu atingir o meio rural brasileiro integralmente. Em 1980, 72% dos estabelecimentos não possuíam ao menos um arado de tração animal, apenas 4% dos estabelecimentos tinham máquinas para fazer plantio, 2% as tinham para colher e somente 7% dos estabelecimentos tinham algum tipo de trator. Estes dados mostram a concentração da modernização que beneficiou uma pequena parcela dos produtores.

Para PAULILO (1990) o fato das políticas agrícolas brasileiras, adotadas no período da modernização, terem tido uma distribuição desigual

não permite que se ignore o significado que elas tiveram para os pequenos agricultores, principalmente os dos Sul do país. Houve um grande número de pequenos agricultores que não conseguiram se manter no campo, mas houve também outros que se beneficiaram do crédito subsidiado. Conseguiram se capitalizar, comprando máquina, terras e construindo benfeitorias. A autora não pretende fazer uma defesa do processo excludente que foi a modernização, o que pretende é chamar a atenção para não se tomar os números como verdades absolutas, pois eles tendem a mascarar pontos importantes. Esse erro torna-se ainda mais grave quando se traz os dados nacionais para se entender o caso específico de Santa Catarina, onde a pequena produção tem peso significativo e onde o processo de modernização esteve de forma bastante presente entre as propriedades familiares.

Na Região Sul do Brasil, a empresa fumageira Souza Cruz, teve um papel preponderante na difusão e adoção dos insumos químicos e do “ideal modernizador”¹³ entre os agricultores. O crédito bancário agrícola começou a ser utilizado na Região a partir de 1965, ano em que foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), porém já em 1950, um pequeno grupo de fumicultores, ligados à Souza Cruz, recebia crédito bancário através desta empresa. O crédito fornecido, mesmo que a um pequeno grupo, possibilitava desenvolver algumas experiências “modernas” que serviriam de vitrine para outros agricultores (PAULILO, 1990).

Ligada ao Governo Estadual, a antiga ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina), criada nos anos 50, hoje EPAGR também contribuiu para difundir entre os agricultores o “ideal modernizante”. Para tal, realizaram algumas atividades, entre as mais destacadas: o Clube 4S (saber, sentir, servir e saúde) inspirado no modelo americano, que tinha por objetivo difundir entre os filhos de agricultores valores “modernizantes”; financiamentos de projetos; assim como todo um aparato de concursos de produtividade, viagens para conhecer outras regiões e “propriedades exemplares” (PAULILO, 1990).

¹³ Como “ideal modernizador” entendemos, a grosso modo, a valorização da produtividade, da competitividade, da tecnologia e do mercado.

Porém, como é de nosso conhecimento, os caminhos da modernização nem todos os agricultores conseguiram trilhar. Sabemos o quando ela excluiu os que "ficaram para trás" e tiveram que buscar outras alternativas de sobrevivência longe da terra, nas periferias das cidades. Seus efeitos foram tão perversos que alguns chamam este processo de "modernização dolorosa", numa referência aos impactos sociais negativos que a modernização desencadeou.

PAULILO (1990) aponta que esse caráter "doloroso" da modernização fez com que a integração dos agricultores catarinenses às empresas (fumageiras, ayicultoras e suinocultoras) representasse uma estratégia de permanecer no campo e participar do processo de modernização, evitando "ficarem para trás" ou correrem os ricos dos investimentos sozinhos.

É neste clima de modernização que a empresa Souza Cruz, empresa que atualmente controla 83% do mercado fumageiro interno e atua em mais de 90 países, intensificou seu trabalho em Santa Catarina com agricultores sob a forma de integração, ou seja, fornecendo os insumos e sementes, financiando parte das benfeitorias e exigindo que o agricultor vendesse toda a sua produção à empresa. No início era um pequeno grupo de agricultores que plantava fumo de forma integrada para a Souza Cruz; antes já havia plantação de fumo porém era uma plantação artesanal, destinada a fabricar fumo de rolo ou picado. Aos poucos o pequeno grupo de agricultores foi atraindo mais plantadores, que entravam na atividade seduzidos pelo bom resultado financeiro que os outros já haviam alcançado e em busca de uma possibilidade de "melhorarem de vida" (PAULILO, 1990).

Na Região Sul Catarinense a cultura do fumo entrou substituindo as lavouras de mandioca, produto de preços instáveis. De início a substituição da mandioca, que servia para a alimentação, por uma cultura nova, que não servia como alimento, enfrentou resistência. Como tática para tornar a adoção mais fácil e rápida, a Souza Cruz convenceu um grupo de agricultores a se integrarem à empresa, fornecendo-lhes empréstimos para construção da estufa e compra de insumos que eram entregues diretamente na casa do agricultor. Além disso, contratava filhos de agricultores como instrutores como forma de

convencer os demais a adotarem a cultura do fumo e os insumos que davam suporte a esta cultura (LIEDKE, 1977 e PAULILO, 1990). Estes instrutores tinham por função dar assistência técnica aos produtores e controlar o andamento da lavoura.

Em Içara, conforme depoimento de moradores antigos, o fumo foi inicialmente olhado com bastante desconfiança pelos agricultores. Era uma planta desconhecida, que não servia de alimento, que ocupava as terras da mandioca e não poderia ser comercializada no mercado como as demais lavouras, deixava assim o agricultor dependente da fumageira. O grande aliado do fumo foi o fato de que na época a fertilidade do solo na região estava baixa e o fumo foi divulgado como uma alternativa de recuperação desta fertilidade, possibilitando a volta ao plantio do milho e da mandioca.

Para o agricultor, a substituição da lavoura de mandioca por fumo significava algumas vantagens: o fumo é pago todo de uma vez, no final da safra, e seu preço é mais estável; tem sua venda garantida, não precisa procurar comprador; o ciclo de cultivo é curto, do plantio até a colheita são seis meses, os outros seis meses o agricultor pode utilizar a terra e os fertilizantes que permanecem no solo para outras culturas e, como a terra é escassa, o seu máximo aproveitamento é muito importante. Além disso, recebe créditos que permitem construção de benfeitorias que podem, mais tarde, se deixar de plantar fumo, serem utilizadas para outras atividades agrícolas; também pode aproveitar a mão-de-obra "marginal" de crianças e idosos (PAULILO, 1990).

2.2 Breve histórico do fumo

O fumo foi descoberto pelos portugueses em 1492 através da expedição de Cristóvão Colombo a Cuba. Sabe-se porém que há mais de quatro mil anos se cultiva e se usa o tabaco. Há registros de que o início se deu na América do Norte e Central, com os Povos Maias, e, a partir destes, outros povos indígenas aprenderam técnicas de cultivo e de utilização do

tabaco em seus cerimoniais. Para os indígenas, o tabaco tinha poderes sagrados, pois aproximava os homens dos seus deuses.

A partir de sua descoberta pelos europeus, em 1492, a propagação do produto pelo mundo foi um processo rápido. Os expedicionários de Colombo levaram para a Europa algumas sementes de tabaco para serem plantadas. Mais tarde, os comerciantes e tripulantes que se aventuraram nas expedições ao Novo Mundo passaram a levar também o tabaco para consumir na Europa. Em 1560, entre os franceses, divulgou-se a idéia de que o tabaco tinha efeitos benéficos à saúde e a partir daí o seu consumo passou a ser um hábito entre os europeus. Várias lojas especializadas no ramo foram abertas. Com a expansão do comércio ultramarino, entre 1650 e 1750, o consumo do tabaco ganhou novo impulso, se expandiu para além da Europa, através dos marinheiros, comerciantes, colonos e missionários que faziam uso dele - o mundo todo passa também a utilizá-lo (NARDI 1987 E DESER 1998).

Sua produção em escala comercial iniciou-se na Virgínia, na América do Norte, região de terras próprias e clima favorável a esta cultura. Rapidamente sua produção cresceu. Em 1610, produziu-se uma tonelada e, em 1775, este montante saltou para 46.000 toneladas. Simultaneamente passou-se a cultivar o tabaco em quase todas as regiões do mundo. Mas eram principalmente as colônias que produziam a maior parte do que era consumido no mundo (NARDI, 1987).

No Brasil, o surgimento do cultivo do fumo em escala comercial iniciou-se com a intenção de abastecer o comércio europeu, por volta de 1570. As primeiras lavouras surgiram na faixa litorânea, na região de Salvador e Recife. Nesta época não era considerada uma cultura importante economicamente. O tabaco era plantado em pequenas hortas, junto com outras verduras e legumes. Mais tarde, quando passa a ter maior valor comercial, o fumo vai ganhando espaço na roça, ao lado da mandioca, do milho e do feijão. Fica, assim, lado a lado na disputa com os principais produtos alimentícios. Chega a ser usado como moeda de troca entre colonos, espanhóis e índios para negociar vacas, cavalos e couro e mais tarde como escambo para aquisição de escravos africanos (NARDI, 1987).

Os primeiros consumidores do fumo no Brasil foram os extratos mais baixos da população: marinheiros, soldados, colonos pobres, mamelucos e depois os negros. Estes consumiam o tabaco na forma de cigarro de palha e cheiravam o pó. Mais tarde, no século XVII, o hábito de fumar se espalhou também entre os mais ricos, principalmente em forma de charutos e passou a simbolizar "status social" (NARDI, 1987).

As primeiras áreas a se consolidarem como produtoras de fumo foram as regiões onde os núcleos de povoamentos eram mais sólidos: Recôncavo Baiano, Sergipe e Litoral de Pernambuco (DESER, 1998).

A produção inicial era bastante simples, os colonos não conheciam técnicas de cultivo do produto. Utilizavam as técnicas aprendidas com os índios para os gêneros alimentícios, derrubada e queimada (coivara). Aos poucos foram se aperfeiçoando, passaram a utilizar o esterco do gado como adubo e criaram pequenas máquinas para fabricar o rolo (NARDI, 1987).

Neste período, de acordo com NARDI (1987), os colonos produtores de fumo podiam ser agrupados em três categorias. Uma primeira categoria era composta de agricultores pobres, moradores ou arrendatários, que produziam juntamente com o fumo outros produtos alimentícios para subsistência da família. O trabalho era exclusivamente familiar, trabalhavam homens, mulheres e crianças e cultivavam pequenas áreas de terra de fumo. Como não possuíam máquinas para beneficiá-lo, faziam os rolos à mão ou entregavam as folhas soltas a pequenos industriais, chamados "traficantes". Uma segunda categoria era formada também de agricultores pobres só que estes possuíam um maior poder aquisitivo. Geralmente possuíam algumas cabeças de gado, da qual podiam obter o esterco para adubar as lavouras de fumo e alguns possuíam escravos para o trabalho. Havia uma terceira categoria, bem menos expressiva, que era de agricultores mais capitalizados, que produziam em área maiores.

No início os agricultores tinham total liberdade para produzir a quantidade de fumo que desejassem desde que tivessem condições para isso. No entanto, à medida que esta lavoura começou a se tornar significativa comercialmente, o governo português impôs restrições na tentativa de regular o

comércio. A justificativa era de que o fumo estaria ocupando terra e trabalho que poderiam ser utilizados na produção de alimentos, tão escassos e tão necessários para o país. As restrições iniciaram-se em 1639 com a Câmara de Salvador que estabelecia multas pesadas e castigos para quem continuasse a plantar fumo. Depois desta medida, muitas outras foram tomadas, umas tiveram mais eficácia, outras menos (NARDI, 1987 E DESER 1998).

NARDI (1987) define três etapas do comércio do fumo brasileiro no período colonial. A primeira, de 1570 a 1637, foi o período inicial do cultivo. É caracterizada pelo início do comércio do fumo e da criação dos impostos aduaneiros. Foi também o período do crescimento, vindo este produto a se tornar a segunda principal mercadoria colonial, em primeiro lugar estava o açúcar. A segunda etapa, de 1674 a 1713, corresponde ao período de crise para a produção e para o comércio. Foi neste período que o cultivo do fumo foi submetido a uma administração restritiva e controladora. A terceira etapa, de 1714 a 1774, corresponde ao período de grande instabilidade do produto. As medidas adotadas no período precedente ainda estavam tendo efeitos negativos. Aos poucos a pressão para liberação do fumo foi se tornando forte e o governo foi perdendo forças na regulamentação da sua produção e comercialização.

Assim como nos demais países, no Brasil, o fumo diversificou-se, surgindo novas variedades de plantio, novos produtos e novas áreas de cultivo. No início do século XX o setor fumageiro se expandiu para todo o Brasil, o fumo passou a ser cultivado em Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

2. 3 A produção e o mercado do fumo na atualidade

Em 1997 a produção mundial de fumo ficou em 7,3¹⁴ milhões de toneladas, ao todo, foram 103 países produtores. Nos últimos anos os números da produção mundial variaram bastante. De 1988 à 1992 a produção esteve com uma alta de 3% ao ano, passando de 6,3 milhões de toneladas para 7,3 milhões em 1992. Os períodos subsequentes foram de quedas, chegando a 5,7 milhões de toneladas em 1995. Neste ponto, a produção estava menor que a demanda do mercado, os preços subiram e a produção voltou a crescer alcançando o pico de 7,3 milhões em 1997 (DESER 1998 e ABIFUMO, 1998).

Os principais países produtores de fumo são respectivamente: China, Estados Unidos, Índia e Brasil. De acordo com a tabela 06 esta ordem de classificação tem se mantido praticamente constantes desde 1995. Quanto à exportação podemos verificar, na tabela 07, que o Brasil vem mantendo a sua posição de principal exportador deste produto e que no ano de 1997 a diferença entre ele e o segundo lugar, os EUA, aumentou. Para o ano de 1999 a expectativa é que o Brasil seja responsável por 15% do total das exportações mundiais (ICEPA, 12/08/99).

¹⁴ Há diferença entre os números divulgados pelo Deser e os números divulgados pela ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria de Fumo). As diferenças talvez possam ser explicadas pelo fato de que o primeiro utiliza a produção bruta e o segundo, a produção consumida, descontadas as perdas. Nós utilizamos as duas fontes, dando preferência, quando disponíveis, aos números do Deser por considerarmos mais confiáveis, já que a ABIFUMO, por representar as indústrias, tem interesse em divulgar uma imagem positiva.

Tabela 06 – Principais países produtores de fumo (Toneladas)

Países/ano	1993	1994	1995	1996	1997
China	3.118.000	2.000.000	2.082.600	2.910.600	3.315.600
E.U.A	651.500	641.200	513.200	625.500	667.700
Índia	522.500	475.200	528.400	506.500	544.100
Brasil	509.000	365.00	323.500	367.000	497.100
Turquia	280.800	155.800	170.100	190.400	245.000
Zimbabwe	202.000	152.500	179.200	178.600	165.200

Fonte: USDA, maio de 1998, apud ICEPA, 12/08/99 .

Tabela 07 - Principais países exportadores de fumo (Toneladas)

País/ano	1995	1996	1997
Brasil	256.270	282.364	318.000
EUA	209.482	222.316	222.000
Zimbabwe	174.289	176.619	175.000

Fonte: ABIFUMO, 1998.

Segundo dados da Souza Cruz, a Região Sul do Brasil colheu nesta safra, 97/98, 403.346 toneladas de fumo, em uma área plantada de 265.812 hectares, envolvendo 170.000 produtores. Estes números colocam a região como a mais produtiva do país e do mundo – abrange 90% da produção nacional; o restante, 10%, é produzido pela Região Nordeste, mais especificamente Bahia e Alagoas.

Tabela 08 – Volume produzido na Região Sul do Brasil (Toneladas)

1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
382.641	360.480	361.802	514.532	569.512	396.915	341.304	402.159	543.203	403.346

Fonte: SOUZA CRUZ, 1998.

Tabela 09 – Área plantada de fumo na Região Sul do Brasil (Hectares)

1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98
212.667	198.741	208.334	262.455	285.775	218.345	206.392	229.470	268.909	265.812

Fonte: SOUZA CRUZ 1998.

A safra de 97/98 foi prejudicada pelo fenômeno El Niño que provocou chuvas intensas na região durante a maior parte do período de desenvolvimento do fumo. O prejuízo para o setor foi grande. A produtividade que na safra 96/97 havia batido recordes de 2.020 quilos por hectares caiu para 1.517 Kg/ha. O descontentamento entre os produtores foi grande, passaram a reivindicar 23% de reajuste na tabela de preços do fumo. As empresas não aceitaram este valor e o acordo ficou em 5% de correção para a safra 98/99. Apesar deste aumento, as expectativas não são boas para os produtores devido à tendência de aumentar o rigor na classificação do fumo por parte das fumageiras.

Em Santa Catarina o fumo é produzido por pequenas propriedades familiares. Em 1996, de acordo com o Censo Agropecuário Catarinense, foram 49.232 agricultores que se dedicaram a esta cultura, de um total de aproximadamente 234.000 existentes no estado. Destes fumicultores, cerca de 50% plantaram menos de 2 hectare, 45% plantaram de 2 a 5 hectares e o restante mais de 5 hectare.

A produção estadual está bastante polarizada em três Mesorregião, Oeste, Norte e Sul Catarinense. Destas, a que mais se destaca é a Mesorregião Sul Catarinense, onde se encontra o município estudado. No ano de 1996 ela foi responsável por 31,6% da área plantada e por 32,7% do total produzido no Estado.

TABELA 10 - Produção de fumo de acordo com as mesorregiões catarinense.

Mesorregião	1985				1996			
	Área (ha)	Partic (%)	Produção (t)	Partic (%)	Área (ha)	Partic (%)	Produção (t)	Partic (%)
Oeste Catarinense	10.807	10,4	13.154	8,1	22.277	21,9	31.383	19,2
Norte Catarinense	8.864	8,6	16.005	9,9	16.716	16,4	28.256	17,3
Grande Florianópolis	7.340	7,1	10.649	6,6	3.763	3,7	6.160	3,7
Serrana	2.362	2,3	3.181	2,0	2.386	2,3	3.660	2,2
Sul Catarinense	41.003	39,6	64.983	40,2	32.093	31,6	53.504	32,7
Vale do Itajaí	33.195	32,1	53.498	33,1	24.417	24,0	40.563	24,8

Fonte: IBGE, 1996.

No Brasil, o mercado de fumo pode ser dividido em dois setores, de acordo com o destino de sua produção: produção de cigarros para o mercado interno e externo e exportação de fumo em folhas. O mercado interno de cigarros vem nos últimos anos apresentando quedas de consumo, de 1991 a 1997 a queda ficou em aproximadamente 29%. Esta queda pode ser explicada por dois motivos: forte pressão das campanhas antitabagistas e aumento do consumo dos cigarros contrabandeados. Paralelo a esta queda do consumo interno de cigarro, verifica-se um aumento da produção brasileira de cigarros. Este incremento na produção visa satisfazer demandas dos mercados externos, através principalmente da penetração em novos mercados, como o do Leste Europeu. Este aumento da produção para atender os mercados externos vem sendo acompanhado de grandes investimentos tecnológicos no setor – modernização das fábricas existentes e construção de grandes complexos industriais como a recém construída fábrica da Souza Cruz em Santa Cruz do Sul (RS).

Tabela 11 - Consumo anual de cigarros no Brasil (bilhões)

Ano	Unidades
1991	156,4
1992	127,8
1993	119,5
1994	109,2
1995	119,7
1996	117,3
1997	110,8

Fonte: ABIFUMO, 1998

Tabela 12 - Produção de cigarros no Brasil (bilhões)

Produção (bilhões)	
Ano	Unidades
1991	176,3
1992	153,7
1993	149,2
1994	163,9
1995	174,6
1996	182,5
1997	182,8

Fonte: ABIFUMO, 1998.

Quanto à industrialização dos cigarros para o mercado interno, podemos dizer que está monopolizada em duas empresas: a Souza Cruz, que produz 83,3% dos cigarros e a Philip Morris, com 13,4%. O restante, 3,3%, encontra-se distribuídos entre a Sudam (SP), a Cabofriense (RJ) e a Ciaras (RJ) (DESER, 1998).

Com relação ao beneficiamento e exportação do fumo em folhas, apesar de haver concentração em algumas empresas, entre elas a Souza

Cruz, há maior pulverização. São 32 empresas com 77 estabelecimentos nos três Estados do Sul. Juntas a capacidade de produção chega a 600 mil toneladas por ano (DESER, 1998).

A produção brasileira está a cada ano mais voltada para o mercado externo; desde 1993 o país lidera as exportações de fumo. É este mercado que vem garantindo a estabilidade nos lucros das empresas fumageiras já que o consumo interno de cigarros, como já foi dito, vem caindo. As exportações de fumo em folha em 1997 alcançaram 322.606 toneladas, aproximadamente 13% a mais do que no ano anterior, o que resultou, no ano de 1997, em 1.098.747 bilhão de dólares de lucro para as empresas exportadoras. As exportações de cigarros no mesmo ano ficaram em 87.3 bilhões de unidades no valor de 566 milhões de dólares. Alguns fatores estão favorecendo os lucros das empresas: o aumento do preço médio do fumo em folha e de cigarros; os incentivos governamentais para exportação e para realização de novos investimentos; e a recente desvalorização do moeda nacional (início de 1999), as exportações estão tendo lucros na proporção da subida do dólar.

Na conjuntura atual, após desvalorização da moeda brasileira, o contraste entre os lucros das fumageiras e os baixos rendimentos dos agricultores salta aos olhos. Para termos uma idéia deste cenário, em 1998 o lucro líquido da Souza Cruz, que controla aproximadamente 83% do mercado interno no setor, está em ascensão desde 1994. Em 1994 esteve na ordem 105,8 milhões de Reais¹⁵ e em 1998 chegou a 480,5 milhões, representando um aumento de mais de 450%. Na proporção inversa está a renda dos produtores no mesmo período. Como podemos verificar na tabela 13, houve uma queda na renda dos agricultores entre 1993/94 e 1997/98 de 62%.

¹⁵ Valor integralmente corrigido. Boletim do Deser Abril 1999.

TABELA 13 - Evolução da renda dos produtores de fumo no período 1994/99.

Safra	Renda Bruta/ha	Custo de Produção/ha	Lucro por Hectare em R\$
1993/94	2.801,40	2.185,18	616,22
1994/95	3.207,40	2.789,18	418,22
1995/96	4.060,00	3.758,00	302,00
1996/97	4.060,00	3.601,48	458,52
1997/98	4.060,00	3.674,12	385,17

Fonte: DESER, 1999.

Para a safra 1998/99, que está sendo comercializada, as análises econômicas acentuam ainda mais a diferença entre, de um lado, o lucro das fumageiras, e, de outro, o baixo rendimento dos fumicultores. Os custos de produção, insumos químicos e mão-de-obra aumentaram sensivelmente, aliados a isto os problemas climáticos e o rigor na classificação estão levando muito agricultores a uma situação de inadimplência junto as fumageiras.

CAPÍTULO 3

FUMO E SAÚDE: UMA QUESTÃO EMINENTE

3. 1 Agrotóxicos e saúde na fumicultura

A necessidade da utilização intensiva de agrotóxicos nas lavouras de fumo deriva do fato de ser esta uma planta muito sensível e sofrer constantemente com as variações de temperatura, umidade do ar e tipo de solo em que é cultivada. Desde o início de sua plantação as mudas começam a apresentar inúmeras doenças e sofrem ataques de pragas que acompanham todo o seu desenvolvimento. De acordo com o Correio Agrícola, levantamos a existência de 26 tipos de doenças e 16 tipos de pragas. (Ver em anexo os agrotóxicos mais utilizados no fumo).

A preparação dos canteiros inicia-se com a queima dos canteiros com brometo de metila¹⁶ para evitar o crescimento de ervas espontâneas, em seguida coloca-se fertilizante. Põem-se a semente e concluída a germinação é necessário aplicar veneno a cada 2 dias. Quando as mudas atingem o tamanho ideal, cerca de 20 cm, muda-se para o canteiro definitivo que já deve estar preparado com o adubo químico e o agrotóxico. Feito isso, segue-se aplicando adubo e agrotóxico até a colheita (PAULILO, 1990).

A cultura do fumo não é a única e nem a em que mais se usa agrotóxico. Segundo informações de técnicos da EPAGRI, o cultivo do tomate, do morango e de alguns hortifrutogranjeiros necessitam de uma quantidade ainda maior desses produtos. Na cultura do fumo, todavia, o problema se

¹⁶ Apesar das fumageiras, principalmente a Souza Cruz, terem anunciado a substituição do brometo por uma nova técnica de plantio de mudas, o sistema Float, ele continua sendo utilizado correntemente.

agrava pois se somam alguns fatores que resultam num intenso desgaste para a saúde dos agricultores, tais como: utilização de agrotóxicos que possuem altas taxas de toxicidade; elevado número de aplicações destes produtos (do canteiro até a colheita); jornadas de trabalho longas, chegando a 16 horas por dia; utilização de idosos e crianças durante a colheita e a classificação; contato intenso com a lavoura “envenenada”.

Dos agrotóxicos mais utilizados nas plantações de fumo, 62,96% deles estão entre as classes I e II, ou seja, extremamente tóxicos e altamente tóxicos. Além disso, é muito utilizada a formulação em pó, que é muito leve, representando ainda mais perigo de contaminação, pois é facilmente espalhada pelo vento.

A intoxicação pode se dar de duas formas: aguda, a curto prazo, ou lenta, a longo prazo. A primeira é resultado de um contato direto com o produto nocivo, podendo ocorrer através da ingestão, aspiração ou absorção pela pele de elementos tóxicos. O agricultor pode ter sintomas leves, como tonturas e dor de cabeça. Acreditando serem sensações rotineiras e passageiras, não procura assistência médica e espera que a “indisposição” passe. A segunda forma de intoxicação se dá pelo processo de acumulação gradativo de agrotóxicos no organismo, o que em alguns casos pode levar à morte sem que o intoxicado perceba o que está ocorrendo em seu corpo. As vias de penetração mais comuns dos agrotóxicos são cutânea, respiratória, oral e através de cortes na pele, porém é a cutânea que se apresenta com mais frequência (GUIVANT, 1992, EMATER, 1990 e BULL e HATHAWAY, 1986).

A contaminação por agrotóxicos pode causar diversas doenças como: cânceres, lesões hepáticas, lesões renais, distúrbios do sistema nervoso, esterilidade masculina, reações alérgicas, mutagênese, fibrose pulmonar irreversível, hiperglicemia, hipertimia e diminuição das defesas do organismo, entre outras (MARTINE, 1987).

Mas apesar do perigo que os agrotóxicos representam para a saúde de produtores e consumidores seu uso é uma prática corrente. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do terceiro mundo, na classificação mundial

ele perde apenas para os EUA e Japão. Dados do Instituto de Economia Agrícola mostram que em 1964 foram consumidas 16.000t de agrotóxicos, em 1984 esse número passou para 61.000t e vem ano a ano aumentando¹⁷. A Região Sul do Brasil consumiu aproximadamente 47.000t, o que equivale dizer que ela foi responsável por 78% do consumo nacional desses produtos (Martine, 1987). Em 1997 as vendas no Brasil chegaram a 265.240 de produto comercial e em 1998 passaram para 306.802 toneladas (IEA .Internet, 20/09/99).

Este índice alto de consumo de agrotóxicos acaba por refletir também em elevado número de intoxicações. No terceiro mundo, 400.000 a 2 milhões de pessoas são intoxicadas por agrotóxicos a cada ano, destas, 10.000 a 40.000 morrem. No Brasil 280.000, cerca de 2% da população, são intoxicados anualmente. E acredita-se que para cada caso registrado em hospital ou ambulatório, existam muito mais (MARTINE, 1987 e BULL e HATHAWAY, 1986).

Na plantação brasileira de fumo esta constatação sempre esteve de certa forma em debate. É todavia com a pesquisa coordenada por Letícia Rodrigues da Silva, no município de Venâncio Aires-RS, em parte publicada pela Revista Atenção em 1995, que as denúncias tomam novo impulso. Neste município, grande produtor de fumo, as taxas de suicídios são superiores as taxas de países recordistas em mortes deste tipo. A pesquisa aponta para uma relação entre os casos de suicídio induzido por depressão e o uso de agrotóxico entre os plantadores de fumo e mostra que estes casos geralmente acontecem entre outubro e janeiro, meses onde se aplica mais agrotóxico e época em que ocorre a colheita do fumo, quando o desgaste provocado pelo trabalho é muito intenso.

Esta mesma reportagem mostra que pesquisas realizadas em diversos países do mundo relacionam o uso de agrotóxicos a alterações psíquicas. No Chile, México, Hungria e Tchecoslováquia foi comprovado que

¹⁷ É importante observar que a queda no consumo de agrotóxicos pode significar apenas que alguns produtos se tornaram mais concentrados e não que efetivamente esteja se utilizando menos estes produtos na agricultura.

um componente (organofosforado) presente em muitos dos agrotóxicos utilizados na plantação do fumo provoca degeneração no sistema nervoso central, depressão e perda da memória.

Os problemas causados por agrotóxicos na fumicultura não se restringem a alterações de cunho psicológico e neurológico, BULL e HATHAWAY (1986) denunciam vários casos de intoxicações graves entre os trabalhadores rurais. Um exemplo que nos chama atenção foi o caso de 20 mulheres grávidas que trabalhavam na plantação do fumo no Paraná em 1985, 12 delas tiveram aborto provocado por intoxicações.

Apesar deste quadro assustador não existe no Brasil um órgão governamental que centralize as informações sobre os casos de intoxicação. Em Santa Catarina, por exemplo, os dados sobre intoxicação de agricultores ficam por conta de uma pesquisa realizada pela EPAGRI e FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat de Medicina do Trabalho) no ano de 83, com dados ainda não tabulados e do CIT (Centro de Informações Toxicológicas) que não realiza pesquisa, apenas notifica os atendimentos que presta aos profissionais da saúde que procuram o CIT para obter informações para tratar dos intoxicados.

Esta quase ausência de dados dificulta a realização de estudos aprofundados, dificulta também a construção de um panorama nacional das intoxicações e de possíveis projetos sociais que visem reverter o problema. Mesmo reconhecendo que há complexidade em montar um banco de dados sobre o assunto, pensamos que, sem estas informações, estudar o problema das intoxicações torna-se bastante difícil.

No entanto algumas inferências podem ser feitas sobre o número de intoxicações e mortes em decorrência do uso de agrotóxicos no Brasil a partir dos dados dos CITs.

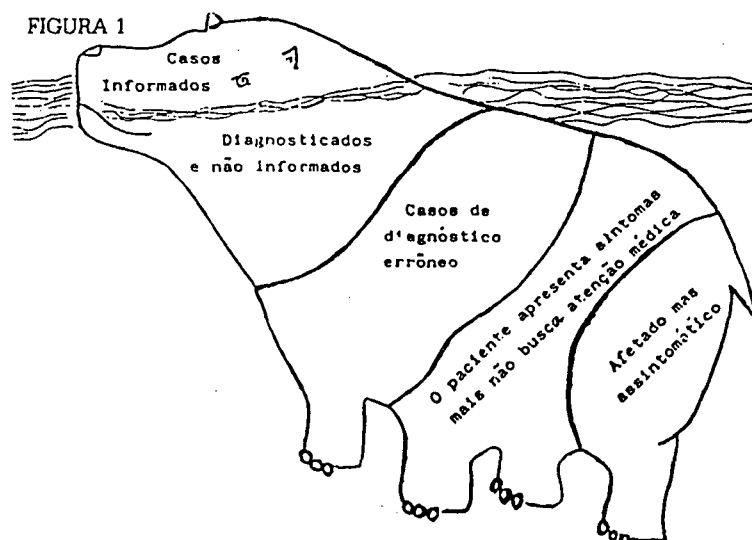
Tabela 14 - Casos de intoxicações registrados em 1985 pelos CITs, segundo o tipo de produto utilizado

Classe	Total
Agrotóxicos agrícolas	1.748
Agrotóxicos domésticos	1.379
Raticidas	520
Total	3.647

Fonte: CITs apud ROCHA et al. 1993

Embora os números acima não pareçam alarmantes o suficiente para concretizar um grave problema de saúde pública, eles o são na medida em que representam apenas uma ínfima parte dos casos ocorridos, aqueles que são devidamente registrados.

Figura 01 –Representação dos casos de intoxicações - hipopótamo



Fonte: Gilles Forget, 1989 apud ROCHA ET. AL., 1993.

Olhando a figura 01 percebemos que o grande montante das intoxicações está submerso, ou seja, não é comunicado aos CITs, ou não é diagnosticado pelo médico ou ainda não foi percebido pelo agricultor. Fazendo uma simulação da figura com dados da OMS (Organização Mundial da Saúde), de que para cada caso diagnosticado existem cerca de 50 que não o são, chegaríamos a aproximadamente 185.00 intoxicações agudas por ano no Brasil.

Mas apesar disto o fumo continua sendo plantado e o cigarro consumido. Em Santa Catarina pouco se sabe sobre programas consistentes que incentivem a substituição das lavouras de fumo por produtos com mais proveito social e que representem menos riscos à saúde dos que se envolvem em seu plantio e dos que consomem o produto final, o cigarro. Para LIEDKE (1977), como o cigarro é um produto não essencial, a taxa de imposto sobre seu preço é elevada, o que para os cofres públicos é vantajoso. Isto faz com que o governo se torne um "sócio" das empresas fumageiras e dependa destes impostos para fazer seus investimentos.

As fumageiras, cientes dos problemas derivados da produção do fumo, apregoam uma crescente preocupação em diminuir as quantidades de agrotóxicos nas lavouras, através de pesquisas que visem desenvolver plantas mais resistentes a doenças e "pragas", elaborar pesticidas mais eficazes e menos tóxicos ou criar novas técnicas de cultivos mais ecológicas. A exemplo disto a Souza Cruz divulga pesquisa realizada pelo Sindifumo apontando para a diminuição constante do número de aplicações de agrotóxicos nas lavouras. Os dados sinalizam para um consumo no passado de 110,5 kg/ha de produto comercial e 26,52kg/ha de princípio ativo em 16 aplicações. Hoje estes números estão em 9,93kg/ha de produto comercial e 6,07 de princípio ativo em 13 aplicações. A meta, segundo o Sindifumo, é seguir diminuindo as quantidades de agrotóxicos, o número de aplicações por lavoura e ir gradualmente induzindo o uso do controle biológico.

Um dos destaques, levantado pelas fumageiras, do programa de redução do uso de agrotóxicos é o sistema "float" de produção de mudas, que começou a ser utilizado na Região Sul em 1997. Este sistema dispensa o uso

do gás brometo de metila que é extremamente tóxico e que, por isto, terá sua utilização proibida a partir de 2005. Para a Souza Cruz, na safra 99/2000, nenhum de seus integrados estará mais utilizando o brometo e afirma que este produto não estará mais sendo vendido pela empresa. O mesmo diz o gerente de uma outra fumageira, a Dimon do Brasil, que começou a difundir a técnica “float” entre seus integrados há dois anos.

Para os representantes das fumageiras este sistema tem a vantagem de produzir mudas mais saudáveis e resistentes, o que implica em uma menor utilização de agrotóxicos. As sementes são plantadas em bandejas de isopor com pequenas divisórias. Dentro de cada divisória é colocada uma semente, o material utilizado como substrato é uma terra especial vendida pelas fumageiras. As bandejas são colocadas lado a lado sobre uma lâmina de água e dentro de uma estufa. Esta lâmina impede que alguns insetos cheguem até as mudas e dispensa a irrigação destas. Neste ambiente as mudas crescem mais saudáveis, mais uniformes e dão menos trabalho aos agricultores.

Em Içara não encontramos nenhum agricultor utilizando o sistema “float”. Alguns sabiam como funcionava porém estavam vendo-o com muita desconfiança. Esta desconfiança vinha do fato de que adotar o sistema “float” implicava em novos gastos, como: compra das bandejas, do plástico para fazer as estufas e do substrato que só poderia ser adquirido através da própria empresa. O outro argumento levantado por eles é que não acreditam no interesse por partes das empresas em diminuir a quantidade de agrotóxicos, pois parte dos lucros destas vem da venda que fazem destes produtos a seus integrados. Uma fumicultora argumentou sua desconfiança com relação a fumageira dizendo que

“se a empresa quisesse ela dava pra plantar mudas mais fortes. As vezes no meio da nossa lavoura dá uns pé de fumo bonito e bem grandão. É uma outra qualidade de fumo desconhecida, mas essa eles não dão. Pra cá eles só trazem fumo fraco, que pega tudo quanto é tipo de doença e bicho. Querem é vender o produto deles. (Fumicultora, 53 anos)

Um outro destaque das empresas é a campanha da “tríplice lavagens” das vasilhas dos agrotóxicos. Funciona da seguinte maneira: depois de utilizado todo o agrotóxico, a embalagem vazia é enchida com água três vezes e essa mistura é colocada dentro do pulverizador para ser aplicada na lavoura. Depois de lavadas as embalagens são guardadas e recolhidas pelas fumageira, em parceria com a prefeitura e a EPAGRI, que as levam para serem recicladas e transformadas em condutores de fiação elétrica.

A importância do processo da “tríplice lavagem” reside no fato de que com ele se evita que as embalagens vazias dos agrotóxicos fiquem jogadas na propriedade, colocando em risco a saúde dos moradores, principalmente das crianças que as utilizam para brincar ou que sejam jogadas nos rios, contaminando as águas com resíduos de agrotóxicos.

Fato curioso ocorreu durante nossa pesquisa de campo que exemplifica a inconsistência de tais campanhas. Fomos levados por um técnico para conhecer como estava funcionando a coleta das embalagens sujeitas a tríplice lavagem. Em conversar com um agricultor, tido como exemplo de agricultor responsável e ecológico, ouvimos dele o seguinte comentário:

“eu juntei dois sacos de embalagem, tem umas que estão limpas, outras eu desenterrei e estão meio sujas, eu acho que não vão... eles querem é limpa.

Um outro, quando perguntado sobre a tríplice lavagem, irritado disse

“eles querem que entregue tudo limpinho, as que estão sujas eles não querem, eu não vou lavar nada” (Fumicultor, 47 anos).

Por esses depoimentos, vê-se que a idéia de “limpeza” para os fumicultores é diferente daquela que a Souza Cruz quer passar. Para a empresa, a ênfase é estar “limpa de agrotóxicos”, para os agricultores é “limpa

de sujeira”, mesmo que para isso as embalagens sejam lavadas em tanques, rios e córregos, o que aumenta a poluição.

Cabe dizer que em Içara era a primeira vez que estava sendo realizada a coleta das embalagens e que naturalmente havia ainda muitas dúvidas e equívocos. Coloco estes dois depoimentos para demistificar um pouco o discurso das fumageiras, que muitas vezes dão a impressão de que os problemas já estão solucionados. E as embalagens antigas que não serão recolhidas permaneceram nas propriedades? E os produtos, perigosos por isto submetidos a tríplice lavagem, não são jogados no solo, no ar, não contaminam o meio ambiente, não intoxicam? A questão é que o discurso “preocupado” das fumageiras dá conta apenas das arestas do problema, questões mais profundas não são levantadas.

Confrontando os “projetos ecológicos” das fumageiras temos os dados sobre a vendas dos agrotóxicos, que de certa forma não confirmam esta preocupação. No ano de 1996 foram vendidos US\$ 30.589.000 em agrotóxicos, em 1997 este valor passou para US\$ 37.413.000 e em 1998 para US\$ 44.188.000. A tabela seguinte mostra a distribuição destes valores por tipo de produto. Embora não possamos atribuir este aumento diretamente ao consumo de uma maior quantidade de agrotóxicos, pois sabemos que neste período houve aumentos nos preços, podemos pensar que os esforços por parte das fumageiras para diminuir a sua utilização nas lavouras não tem resultado em mudanças significativas.

De acordo com o IEA (Instituto de Economia Aplicada) a diminuição do uso de agrotóxicos para o período de 1996 a 1998 ocorreu somente nas lavouras de cana-de-açúcar. Esta redução é atribuída a menor utilização de herbicidas, reflexo, de um lado, da descapitalização de alguns produtores, e, de outro, da maior utilização de mecanização.

O que podemos considerar disto é que a preocupação da Souza Cruz¹⁸ em divulgar que está tomando medidas para tornar as lavouras de fumo mais ecológica comprava a gravidade do problema.

Tabela 15– Vendas de Agrotóxicos em US\$ 1.000 na fumicultura

Fungicidas			Inseticida			Herbicida			Outros		
1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
393	1.357	1.442	16.713	21.715	27.832	1.772	2.651	3.253	11.711	11.690	11.661

Fonte: IEA. Internet, 20/09/99

3. 2 O Município de Içara e o problema das intoxicações

No município estudado, a questão das intoxicações decorrentes do uso dos agrotóxicos não se diferencia do encontrado no restante do país. Em recente pesquisa realizada conjuntamente pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Agricultura e a EPAGRI foi constatado um alto índice de intoxicações entre agricultores. Apesar de os dados não terem sido totalmente analisados, algumas informações parciais foram divulgadas. De uma amostra de 430 agricultores, a maioria fumicultores, 30% apresentaram contaminação. Os resultados foram obtidos através da coleta de uma amostra de sangue dos agricultores e examinadas através do índice de colinesterase. Cujo procedimento é analisar o índice da enzima colinesterase no sangue, e, a partir dele, identificar ou não o grau de contaminação do indivíduo. Das

¹⁸ Por ser a empresa Souza Cruz a líder no mercado, atuar em cerca de 90 países e deter quase o monopólio da produção de fumo na Região Sul do Brasil sob forma de integração, nós a tomamos como referência para a análise. Conversando com especialistas do setor e consultando os boletins, periódicos e outras publicações desta fumageira não encontramos indícios de que as outras fumageiras se comportem diferentes dela. Além disto, mesmo que desejássemos coletar material sobre outras empresas fumageiras que atuam na região estudada, a escassez destes impossibilitaria nosso trabalho.

intoxicações encontradas, 24% podem ser consideradas leves, 5% moderadas, e 1% pode ser tida como grave.

Para os responsáveis pela pesquisa os dados são tranquilizadores, pois mostram uma queda das intoxicações se comparados com dados de uma pesquisa realizada anteriormente no município, em 1994, onde os índices de contaminação eram mais elevados. No entanto, este tipo de exame é bastante controverso quanto à sua eficácia. A principal crítica é que ele adota um padrão geral de colinesterase para o indivíduo sadio (não intoxicado), detectando intoxicação quando o grau desta enzima baixa, pois os agrotóxicos tem efeito inibidor sobre ela. Porém, este tipo de exame não considera as diferenças entre os indivíduos, ou seja, uma pessoa pode estar com o grau de colinesterase baixo e isto não significar que esteja contaminada, pode ser o padrão da pessoa; outra pode estar com colinesterase considerado normal porém estar intoxicada.

A intenção da pesquisa, segundo o Secretário Municipal de Saúde, ao levantar os casos de intoxicação, é servir de subsídio para trabalhos de conscientização do uso seguro dos agrotóxicos e possibilitar o tratamento dos agricultores contaminados através do encaminhamento dos casos graves e moderados ao serviço de saúde municipal.

O problema é que não há na rede pública médico especialista em intoxicações. Quando aparece casos de intoxicação, a solução encontrada é indicar que o paciente vá para outras regiões procurar auxílio médico. Os agricultores são atendidos primeiramente no posto de saúde e se necessário são encaminhados para o Hospital Municipal. Em conversa com a Enfermeira Chefe deste Hospital, obtivemos a informação de que não há preocupação em notificar os casos de intoxicações. Os médicos atendem os intoxicados e tratam de seus sintomas, mas muitas vezes são intoxicações leves, o paciente sente tontura, indisposição ou enjôo, fica então difícil caracterizar como intoxicação por agrotóxico. O médico escreve no diagnóstico apenas "intoxicação", sem especificar se foi intoxicação por alimentos ou por agrotóxicos.

Assim, fica também impossível em Içara um diagnóstico dos casos de intoxicação por agrotóxicos. Mas o que, segundo a enfermeira, pode ser dito é que o número de agricultores que procuram o hospital se queixando de enjôo, tontura, dor de cabeça e outros sintomas nos períodos correspondente à colheita e classificação do fumo é bastante alto. E que apesar de não dispor de dados oficiais sobre estes casos, considera este um grave problema de saúde pública do Município.

3. 3 Outra ponta do problema: os custos econômicos e sociais do cigarro.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que atualmente o tabagismo é o maior problema de saúde pública do mundo. Inúmeras doenças estão a ele relacionadas, entre elas: câncer de pulmão, bronquite crônica, enfisema pulmonar, úlceras do estômago e duodeno, câncer da língua, da faringe, do esôfago, do pâncreas, da bexiga e diminuição da fertilidade. Além destas doenças há os efeitos nocivos do fumo¹⁹ sobre as crianças filhos de fumantes, como as anomalias congênitas e risco de aborto e sobre os fumantes passivos, como os distúrbios alérgicos, respiratórios e cardiocirculatório (ROSEMBERG, 1987, CHOLLAT-TRAQUET, 1998 e Organização Panamericana de Saúde OPS/OMS, 1992).

De acordo com a OMS, os efeitos maléficos do fumo à saúde estão confirmados por mais de 60 mil pesquisas que foram realizadas e publicadas por diferentes comunidades científicas, utilizando métodos diversos e abrangendo os diferentes grupos populacionais. Ainda que se reconheça as dificuldades de se estabelecer uma relação direta entre tabagismo e doenças

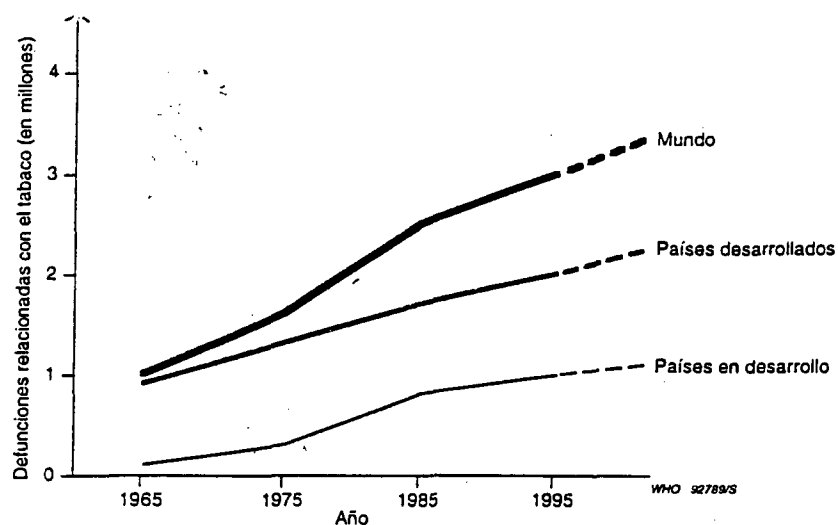
¹⁹ Utilizo fumo neste item quando quero me referir, de maneira geral, a todos os derivados do tabaco (cigarros, charutos, fumo picado e outros) que estão associados ao tabagismo.

graves, os dados alcançados dão suporte às conclusões. (Instituto Nacional de Câncer INCA/Ministério da Saúde, Internet 06/07/99).

De todos os derivados do fumo, o cigarro é o mais popular e o mais prejudicial. Os efeitos maléficos do cigarro derivam de sua composição. Ele contém mais de 60 substâncias cancerígenas e outras 1.200 substâncias já foram isolados, algumas delas aumentam a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. Há variação conforme o tipo do fumo utilizado na fabricação, a região onde ele foi produzido, o tipo de cultivo e a forma de beneficiamento realizado. Se somarmos todos os compostos já encontrados no cigarro chega a 4.000. ROSEMBERG (1987) diz que o cigarro é o maior multitóxico que o homem consome e por isto médicos questionam o fato de que um produto tão tóxico tenha sua produção e consumo liberados. Diz também que nenhum órgão de controle de alimentos ou medicamentos do mundo liberaria para consumo um produto com os componentes tóxicos que existem no cigarro.

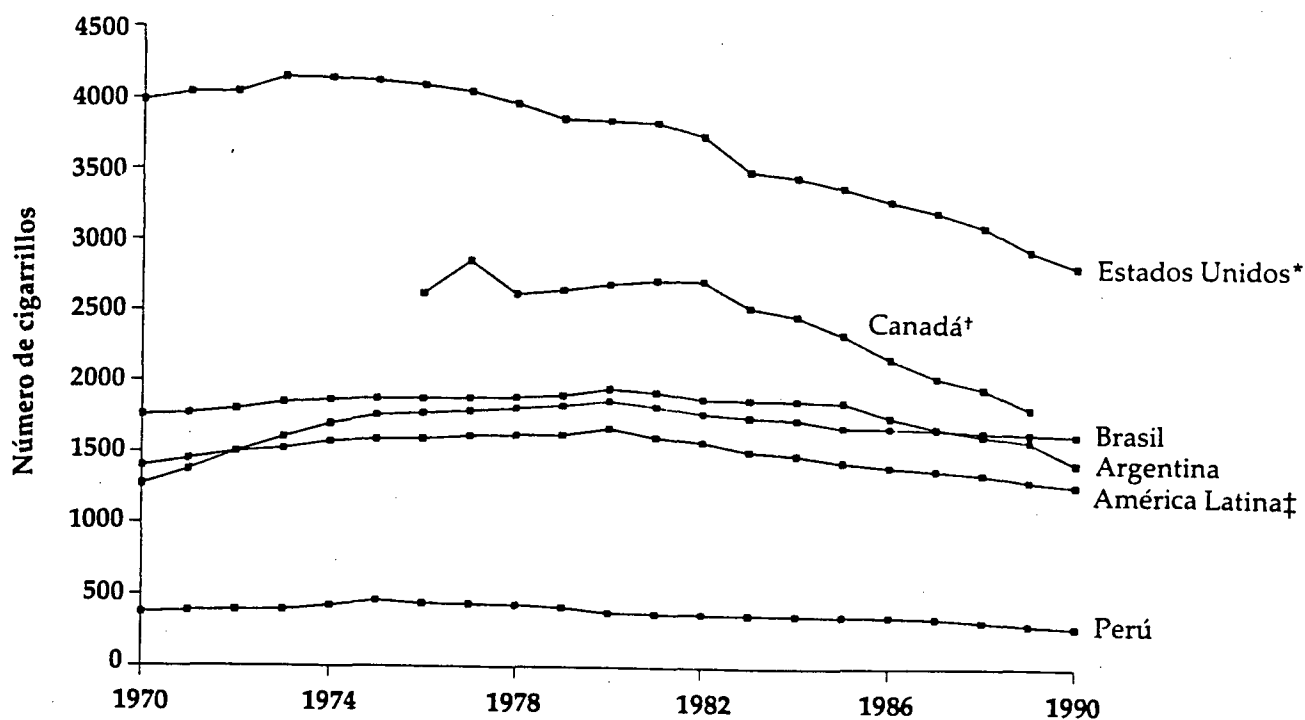
A OMS estima que nos países desenvolvidos, 30% a 40% dos homens e 20% a 40% das mulheres fumam. Estes números vêm apresentando quedas de 0,5% ao ano nos EUA e no Canadá. Nos países subdesenvolvidos 40% a 60% dos homens e 2% a 10% das mulheres fumam. As estimativas apontam que de 1990 a 1999 morrerão no mundo 3 milhões de pessoas por ano em decorrência do cigarro, destes, 2 milhões nos países desenvolvidos e 1 milhão nos países subdesenvolvidos. Ainda segundo a OMS, se esta tendência não for revertida teremos, daqui a 30 ou 40 anos, 10 milhões de mortes por ano e chegaremos ao ano 2025 com um total de 500 milhões de mortes em consequência do tabagismo. (CHOLLAT-TRAQUET 1998, OPS/OMS 1992, INCA/Ministério da Saúde. Internet, 06/06/99).

Figura 02 – Mortes relacionadas ao tabagismo no mundo



Fonte: CHOLLAT-TRAQUET, 1998.

Figura 03 - Consumo de cigarros per capita nas Américas de 1970-1990



Fuente: Centro Latinoamericano de Demografía (1990); U.S. Department of Agriculture (1990b); Maxwell (1990b).

*Personas de 18 años o más.

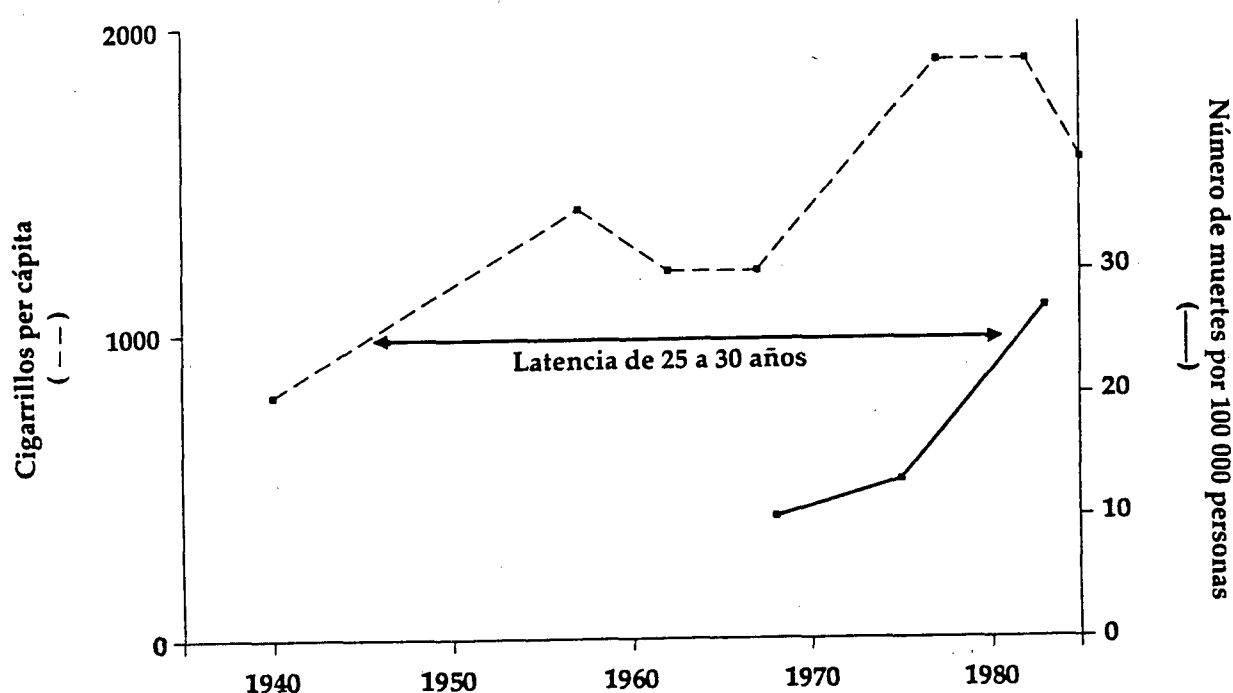
†Personas de 16 años o más.

‡Personas de 15 años o más; excluidos Belice y Puerto Rico.

Fonte: OPS/OMS, 1992

O gráfico mostra um decréscimo no consumo de cigarros. Nos EUA e Canadá se atribui o fato à adoção de políticas restritivas de controle do cigarro e às campanhas antitabagistas. Para a América Latina, a queda se deve mais à crise econômica do que aos efeitos das campanhas antitabagistas. Há o receio de que uma possível recuperação do poder aquisitivo desencadeie em aumento no consumo de cigarros (OPS/OMS, 1992).

Figura 04 - Consumo de cigarros per capita e câncer de pulmão no Rio Grande do Sul- Brasil.



Fuente: Banco Mundial (1989a).

(Apud, OPS/OMS, 1992).

Uma análise superficial dos dados pode resultar num entendimento de que, no Brasil, o problema do tabagismo é menos preocupante do que o de outros países pois o percentual de doentes é menor do que o de muitos países desenvolvidos. Se levarmos em conta o período de latência de 20 a 30 anos entre a iniciação do consumo de cigarros e o aparecimento das doenças mais graves, as perspectivas para os próximos 30 anos passam a ser alarmantes

para o Brasil, em virtude da previsão do aumento do tabagismo entre adolescentes e mulheres.

Atualmente aproximadamente 1/3 da população brasileira adulta fuma. Há distinção entre as regiões quanto ao percentual de fumantes. A Região Sul é a que apresenta o maior índice de fumantes, 42% da população e a Região Nordeste, o menor índice, 31%. Além da diferença por região, há diferença no consumo de cigarros entre os sexos. São 16,7 milhões de homens fumantes e 11, 2 milhões de mulheres. O número de mulheres fumantes vem aumentando, principalmente entre as mais jovens. Este aumento desperta preocupação, tendo em vista que as mulheres grávidas submetem seus filhos ao cigarro desde a concepção até o período da adolescência, aumentando o número de fumantes passivos (INCA/Ministério da Saúde, Internet 06/07/99).

O grande número de tabagistas no mundo tem como corolário, de um lado, um alto índice de mortes e doenças, como já foi dito, e, de outro, o movimento financeiro das empresas fumageiras e dos governos. Os dados comprovam, o setor fumageiro é bastante lucrativo, rende altos tributos aos cofres do governo. No Brasil aproximadamente 74% do preço do cigarro destina-se a impostos estatais; gera renda no meio rural; emprega trabalhadores em suas fábricas; movimentam o setor de serviços. Mas na mesma medida em que é lucrativo, ele é controverso. ROSEMBERG (1987) diz que apesar destes rendimentos que a indústria fumageira, direta ou indiretamente, propicia ao país, os prejuízos que esta mesma causa supera os possíveis rendimentos. O fato é que o cigarro, por conter substâncias altamente cancerígenas, vem provocado ao longo dos anos muitas doenças e mortes. Assim as vantagens orçamentárias da produção de cigarro serão anuladas a médio e a longo prazo pelos efeitos desastrosos na saúde da população. Se somarmos os gastos com doenças, dias perdidos de trabalho, assistência médica, pensões por inatividade e número de vidas interrompidas as "vantagens do fumo" ficam bem aquém dos prejuízos.

Em 1985 nos Estados Unidos se calculou que o custo direto total de gastos com assistência médica ligadas ao tabagismo foi superior a US\$

12.000 milhões, equivalente a 5% dos gastos total com saúde naquele ano. Outra pesquisa realizada pelo Escritório de Avaliação de Tecnologia do mesmo país mostra um gasto de US\$ 2,59 por carteira de cigarros vendidas em despesas com mortes e doenças decorrentes do tabagismo. Na Austrália, o cálculo foi feito em 1988 e mostra um gasto de US\$ 760 milhões. No Japão, pesquisa revela que os custos médicos para tratar crianças que viviam em lugares onde havia um fumante era 30% maiores do que para tratar as que viviam em residências onde não havia fumantes; US\$ 260 para o primeiro e US\$ 200 para o segundo caso (CHOLLAT-TRAQUET, 1998).

Para o Brasil os dados não são diferentes. Os cálculos da OMS referentes aos custos dos programas de combate ao fumo revelam um percentual de 0,2 a 2% do Produção Nacional Bruto (PNB) por cada “ano de vida ganho”. Já os custos para tratar cânceres pulmonares fica em 200% do PNB por habitante em cada “ano de vida ganho” (CHOLLAT-TRAQUET, 1998 e OMS, 1992).

Segundo dados da Folha de São Paulo, o Brasil arrecadou, em 1998, R\$ 2,18 bilhões em impostos sobre o cigarro²⁰ e gastou com saúde R\$ de 3,43 bilhões. O que resultou em um prejuízo de 1,25 bilhões para os cofres públicos (Folha de SP 07/02/99).

Além dos efeitos diretos sobre a saúde do homem, há os efeitos sobre o meio ambiente, como poluição da atmosfera, incêndios urbanos e rurais, e na fase da produção da matéria prima, desmatamento, erosão do solo e uso de agrotóxicos. A estatística mundial aponta o cigarro como responsável por 15 a 25% dos incêndios urbanos e como responsável por grandes áreas desmatadas. O desmatamento começa para obtenção da lenha usada nas estufas onde é feita a secagem das folhas do fumo - a proporção é de uma árvore para cada 300 cigarros fabricados²¹ - e segue durante o processo de

²⁰ Estes números diferem bastante dos apresentados pelo relatório da AFUBRA (1996/97) onde as somas dos impostos recolhidos pelo governo Brasileiro no ano de 1996 chega a 5,2 bilhões de dólares.

²¹ Cálculos mostram que para secar um hectare de fumo é necessário um hectare de mata e de cada 12 árvores derrubadas no mundo uma destina-se a secagem do fumo. (OPS/OMS, 1992)

fabricação dos cigarros e embalagens de papel (ROSEMBERG, 1987, CHOLLAT-TRAQUET, 1998 e AFUBRA Internet, 12/05/1999).

Os custos econômicos e sociais existem mas faltam dados para calculá-los. Os dados utilizados são aproximações feitas a partir de pesquisas pontuais em algumas regiões ou cidades ou a partir de pesquisa em outros países. Mas cabe lembrar que o custo para tratar doenças relacionadas ao tabagismo varia de país para país, conforme a estrutura e extensão dos serviços de saúde e previdência disponíveis. Assim, a cifra de US\$ 2,17 de custo por carteira de cigarro (20 cigarros) é um cálculo feito para os países desenvolvidos e que certamente são contestáveis pelas indústrias fumageiras como sendo absurdos para visualizar o caso brasileiro; absurdos não porque os brasileiros não adoecem, mas porque não são tratados.

Diferentemente do Brasil e poderíamos dizer da América Latina, os países desenvolvidos possuem dados aprofundados sobre a real situação dos custos sociais e econômicos do tabagismo. Certamente isto favorece a atuação das campanhas antitabágicas assim como a elaboração de propostas alternativas à produção de fumo.

CHOLLAT-TRAQUET (1998) vai buscar experiências eficazes no mundo no combate ao cigarro. Aponta dois exemplos: a substituição do cultivo do fumo em um país subdesenvolvido e a substituição do fumo em um país desenvolvido.

O primeiro exemplo de substituição ocorreu em Bangladesh. Foi elaborado com recursos locais e coordenado pela Sociedade contra o Câncer de Bangladesh. Aconteceu em uma comunidade rural de 15.000 pessoas. A intervenção baseava-se em estimular os agricultores, através dos técnicos agrícolas, a substituir as lavouras de fumo por lavouras alimentares como banana, *okra* e milho. Ao mesmo tempo tentava-se convencer as lideranças religiosas, técnicos agrícolas, professores e outras pessoas com certo prestígio social na comunidade sobre a importância de desestimular o consumo de cigarro para se ter uma boa saúde. Três anos depois da implantação do programa, os resultados mostraram-se positivos. A substituição das lavouras de fumo conduziram ao aumento expressivo da produção de *okra*, o que gerou

novos empregos. Além disso, a produção que antes era entregue aos comerciantes do fumo passou a ser comercializada pelo próprio agricultor, dando a ele mais poder de decisão sobre seu produto. Quanto ao consumo de cigarro, a avaliação mostrou uma queda significativa, bem como do hábito de mascar o fumo.

O segundo exemplo vem do Canadá. O Departamento de Agricultura deste país aproveitou a queda do consumo do cigarro em 1997 para instalar um programa de substituição das lavouras de fumo. Este programa consistia basicamente em dar incentivos fiscais aos cultivadores de fumo para que estes substituíssem estas lavouras por lavouras de tomates e para criação de empresas alternativas fora da atividade agrícola. O detalhe é que para trabalharem nestas novas empresas o indivíduo não poderia ser fumante. O projeto ainda está em andamento mas tem se mostrado frutífero.

Ao se examinar os efeitos econômicos da produção e do consumo do cigarro sobre a saúde e meio-ambiente, é preciso levar em conta as particularidades de cada país. Eles servem aqui de exemplo na medida em que mostram que há alternativas à produção de fumo, mas sabemos que os agricultores não substituirão suas lavouras se as alternativas apontadas não tiverem preços e mercados favoráveis.

Segundo estudos da OMS, no Brasil a substituição do fumo poderia ser feita pela mandioca e pela batata-doce, produtos mais lucrativos que o fumo. Diz que a diferença nos rendimentos são consequência das subvenções sociais concedidas às indústrias e do apoio das empresas fumageiras ao produtor através do sistema de integração. Fora isto, a lavoura do fumo perde em vantagem frente a outros cultivos.

Além disto, sabemos que as fumageiras ao longo dos anos têm se beneficiado das políticas governamentais para financiar os agricultores integrados. No ano de 1997, do total de recursos destinados ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) 552 milhões, 180 milhões foram utilizados para custear lavouras de fumo, ou seja, 32%. No Sul do país esta percentagem acentua-se: Santa Catarina destinou 55% do custeio do PRONAF ao fumo e o Rio Grande do Sul, 46%. Critica-se o fato de

que tal Programa, fruto da luta dos Agricultores Familiares, esteja servindo para fortalecer não a agricultura familiar e a produção de alimentos, mas sim as empresas fumageiras (DESER, 1998).

Crítica semelhante encontramos entre os fumicultores de Içara que se lamentam por terem que plantar algo que não serve de alimento. Quando perguntados se sentiam orgulho de plantar fumo nos disseram:

“o orgulho do fumo é porque ele rende, com ele dá pra se defender. Mas o cara tá sempre pensando que está se prejudicando, está comendo veneno direto. Eu penso, ah! Já plantei muita mandioca, aquela sim, é sadia. O dia em que eu parar de tocar fumo pra mim é uma grandeza”. (Fumicultor, 70 anos).

“O nosso orgulho do fumo é que ele é o nosso alimento. Ele não é alimento mas na mesma hora ele é porque a gente vende tudo e compra o que precisa pra comer”. (Fumicultora, 35 anos).

A gente planta fumo, tá beneficiando quem? Se a gente parar pra pensar tá mesmo é plantando veneno, tá plantando morte pros outros. O orgulho é que tá sendo o que defende nós, né? Tem que continuar fazer o que?. Mas o danado do cigarro tá aí, vendem tudo.(Fumicultora, 32 anos).

3. 4 O início da luta antitabágica

Foi em 1859 que surgiu a primeira advertência científica sobre os perigos do fumo para a saúde. Em 1899, nos Estados Unidos, foi fundada a Liga Antitabágica Americana que oferece clínicas para tratar os fumantes. Até

este momento havia muita polêmica em torno da veracidade das pesquisas e opiniões sobre os efeitos maléficos do fumo. Só em 1930 é que as descobertas realizadas sobre tais efeitos foram aceitas como irrefutáveis.

No Brasil a polêmica sobre os prejuízos à saúde provocados pelo fumo existia, porém em grau menor do que nos Estados Unidos e Europa, tanto que a primeira campanha antitabágica só ocorreu em 1976 em Porto Alegre.

Nos Estados Unidos as primeiras ações indenizatórias contra os fabricantes de cigarros começaram em 1954. Estas primeiras indenizações, apesar de terem representado conquistas importantes para as famílias que estavam há anos lutando na justiça contra as companhias de cigarros, não tiveram o peso econômico e político que estão tendo as indenizações atuais (ROSEMBERG, 1987 e OPS/OMS, 1992).

Até este período as discussões sobre os prejuízos causados pelo cigarro eram pontuais, tratavam casos isolados e não tinham o apoio irrestritos dos órgãos oficiais responsáveis pela saúde. A mudança se deu após a publicação em 1964 do "1º Informe Geral sobre os efeitos do cigarro a saúde", seguido de declaração da OMS em assembléia no ano de 1970, reconhecendo os perigos do tabagismo. Nesta mesma década começam, na maioria dos países, as medidas normativas para comercialização do cigarro e programas para diminuir o seu consumo (CHOLLAT-TRAQUET, 1998 e OPS/OMS, 1992).

A OMS se posicionou então, a partir de 1970, contra o cigarro e afirmou compromisso na luta antitabágica. A preocupação da OMS é evitar gastos públicos e privados com a saúde em um contexto mundial onde os recursos financeiros são escassos. Sua meta é uma sociedade sem fumo. Ela ressalta as dificuldades da luta antitabágica apontando a escassez de recursos se comparados aos gastos com propagandas de cigarros e aos altos rendimentos das indústrias fumageiras. Os ingressos brutos de uma indústria fumageira²² é igual ao produto bruto de Bangladesh, país com 115 milhões de habitantes. Além disto é preciso estar sempre reavaliando as estratégias da luta antitabágica, pois as empresas fumageiras têm uma grande capacidade

²² O autor não identifica a fumageira

adaptativa, o que permite "neutralizar" os efeitos das campanhas, seja através de novas propagandas ou de lançamentos de novos produtos (CHOLLAT-TRAQUET, 1998)

No ano passado, o movimento antitabagista americano conseguiu na justiça a maior indenização coletiva da história. Cinquenta estados americanos vão receber nos próximos 25 anos US\$ 246 bilhões. Este valor foi calculado com base nos gastos que estes governos têm dispendido para tratar doenças causadas pelo cigarro. Cada estado decidiu o modo como gastará esta verba, porém todos de uma forma direta ou indireta a usarão para combater o tabagismo, seja através de campanhas ou pesquisas contra cânceres. O acordo, fechado entre a justiça, os governos e as indústrias, permite que estas últimas aumentem em US\$ 0,25 o preço do cigarro. A justificativa governamental é que o preço mais alto inibe alguns consumidores e desta forma também se combate o cigarro. Esta posição está sendo criticada, argumentando-se que este aumento vem justamente favorecer as indústrias de cigarro, que terão mais lucros e poderão pagar as indenizações através deste novo aumento. Desta forma, quem estará pagando as indenizações serão os próprios fumantes e não os causadores dos males (Folha de SP 07/02/99).

A exemplo dos países desenvolvidos, no Brasil é possível acompanhar pelos jornais e noticiários da televisão um crescente número de pedidos de indenização individuais contra as empresas fumageiras. Até agosto de 1999 foram pelo menos três grandes indenizações noticiadas e cujos resultados haviam sido desfavoráveis às empresas. O próprio Ministério da Saúde já declarou à imprensa que está estudando, seguindo o modelo dos estados americanos citados, uma ação indenizatória de caráter coletivo contra as empresas que atuam no país.

A Adesf (Associação em Defesa dos Fumantes) está movendo na justiça uma ação contra as indústrias de cigarros. Alega que as propagandas de cigarro são enganosas e que ele causa dependência. O peculiar desta ação no Brasil, e também no mundo, é que o juiz decidiu que as indústrias de cigarros é que deverão comprovar na justiça que as propagandas de cigarros não são enganosas e que o cigarro não causa dependência. A lógica

comumente usada é justamente a contrária, o ônus da prova cabe ao acusador. Esta inversão retira as indústrias de cigarros da comodidade de apenas se defender. Antes, a dificuldade de processar as indústrias pela morte de alguém era justamente comprovar que esta pessoa havia morrido em decorrência do seu vício. As indústrias tinham a seu lado um grande aliado no argumento de que uma pessoa, durante toda a sua vida, está exposta às mais variadas situações e muitas destas induzem a doenças e que, portanto, fica impossível estabelecer uma relação direta entre morte e cigarro.

O que está mudando é o conteúdo das discussões sobre o vício do cigarro. Se, antes, as indenizações eram tratadas individualmente, como casos particulares a serem resolvidos, hoje, elas estão tomando formas coletivas. Assim, os fumantes e suas doenças não são mais problemas familiares e passam a ser questões de saúde pública. O que faz crescer cada vez mais a discussão em torno dos custos sociais e econômicos da produção do fumo e do consumo do cigarro.

3.5 A posição das Indústrias fumageiras

Analisando o material produzido pelo setor fumageiro – relatórios e boletins – percebe-se que o setor não está apático às críticas que vem recebendo, principalmente dos órgãos de saúde, ambientais e sindicais. Lançam vários programas sociais na tentativa de reverter a crescente contestação da importância econômica e social das empresas e anunciam que irão fazer *lobby* no Congresso Nacional durante tramitação de leis antitabágicas (Anuário Brasileiro de fumo, 1998).

Os programas sociais apoiados pelas fumageiras estão sendo desenvolvidos junto aos fumicultores de todo o Brasil, e mais intensamente na Região Sul do país: apoio a hortas escolares, reflorestamento e práticas agrícolas ecologicamente sustentáveis, tratamento de afluentes, incentivo à policultura, uso racional dos agrotóxicos e outros. A defesa feita pelas

fumageiras chega a comparar esta “parceria lavoura-indústria” a um programa de Reforma Agrária e Agrícola.

Por outro lado, os fabricantes também elaboram estratégias para frear a queda no consumo de cigarros e “esvaziar” as campanhas antitabagistas. O lançamento dos cigarros *Ligth*, como menos nicotina, alcatrão e monóxido de carbono fazem parte desta estratégia, uma vez que são divulgados como sendo produtos menos prejudiciais²³.

Outra estratégia do setor é o programa denominado “Convivência e Harmonia”, apoiado pela ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria de Fumo), cujo objetivo é tentar facilitar a relação entre o setor fumageiro, o público e o governo.

Nos relatórios consultados da ABIFUMO, da Souza Cruz e da AFUBRA, constatamos que as defesas seguem justificando a importância econômica e social do complexo fumageiro para o Brasil e afirmam que as campanhas antitabagistas ameaçam jogar mais pessoas na miséria das periferias das cidades caso a tendência à queda do consumo de cigarros persista. Também criticam os valores tributários pagos ao governo brasileiro contrapondo os valores cobrados nos governos vizinhos. Enquanto no Brasil o preço de cada carteira é composto por 73,55% de tributos governamentais, 8,45% de margem de lucro do varejo e 18% de margem de lucro das indústrias, nos países como Argentina, Uruguai e Paraguai os impostos são menores, 68,3%, 66,5 % e 16% respectivamente.

²³ ROSERBERG (1987) E CHOLLAT-TRAQUET (1998) afirmam que a diminuição destas substâncias em nada muda a dependência dos fumantes. O indivíduo dependente da nicotina ou do alcatrão fumará ainda mais para atingir seu nível de satisfação. Além disto, estes cigarros estimulam jovens e mulheres a fumar, pois se vende uma imagem deles de “cigarros seguros”.

Tabela 16-Distribuição dos impostos do cigarro no Brasil

Imposto	Bilhões	%
IPI	2,92	41,25
ICMS indústria	1,57	22,18
ICMS varejo	0,20	2,82
Selo de controle	0,28	4,04
COFINS	0,17	2,36
PIS	0,06	0,90
Total	5,2	73,55

Fonte: ABIFUMO, 1998.

A importância social deriva dos empregos que mantém no meio rural e urbano, diretamente na produção de fumo ou indiretamente no setor de serviços. Apontam para um total de 2,5 milhões de pessoas vinculadas atualmente ao setor: agricultores, técnicos, empregados das fábricas, vendedores e outros. Com relação ao meio ambiente as fumageiras sinalizam que, ao contrário do que vem sendo dito, a área de reflorestamento é maior do que o consumo de árvores nas estufas e fábricas de cigarros. Na safra do ano 95/96 foram consumidas 39.053.200 árvores e reflorestadas 317.763.600 árvores. Na safra de 96/97 o consumo de árvores teve um ligeiro aumento, mas a área de reflorestamento acompanhou o crescimento. Foram 41.032.000 árvores consumidas contra 322.137.500 reflorestadas. O que não é dito é que muitas das árvores utilizadas nas estufas de fumo são nativas e as árvores reflorestadas são predominantemente árvores exóticas, *pinus* e eucalipto, que atingem o ponto de corte mais rapidamente que as nativas. Sendo assim, aumentar a área coberta com reflorestamento não significa maior preservação ambiental, pois perde-se em biodiversidade na medida em que florestas nativas dificilmente serão reconstituídas.

Referente às críticas pelo uso intensivo de agrotóxicos que as lavouras de fumo necessitam afirmam que *"no mundo moderno toda a agricultura utiliza produtos agroquímicos para combater pragas, sem os quais*

as colheitas não seriam suficientes ao abastecimento da crescente população (ABIFUMO, 1998:06). E seguem justificando que a fumicultura foi a primeira a abandonar o uso de organoclorados em suas lavouras e está investindo quantias vultuosas em pesquisas para obtenção de produtos naturais para controle biológico.

Na realidade os efeitos das lavouras de fumo e do cigarro sobre a saúde são quase impossíveis de se avaliar. Se esta atividade é economicamente benéfica ou prejudicial não é uma questão simples, envolve valores éticos e políticos. Uma avaliação justa e coerente precisa levar em consideração não só as divisas que as lavouras e o fumo “produzem” para os cofres públicos e privados, mas também as consequências sociais, sanitárias e ambientais que envolvem.

A situação se torna ainda mais preocupante quando se observa que não há entre os especialistas - técnicos agrícolas, agrônomos, economistas, sociólogos e ambientalistas - um discurso que contemple a possibilidade de substituir esta lavoura por outra, sem a utilização de agrotóxicos e com proveito social. Quando se critica a lavoura de fumo por estar contaminando os rios, os solos, o lençol freático e queimando árvores, esquece-se que por mais que ocorram transformações no sentido de torná-la mais “verde”, ou seja, mais ecológica, ela sempre resultará na produção de algo intrinsecamente prejudicial à saúde humana.

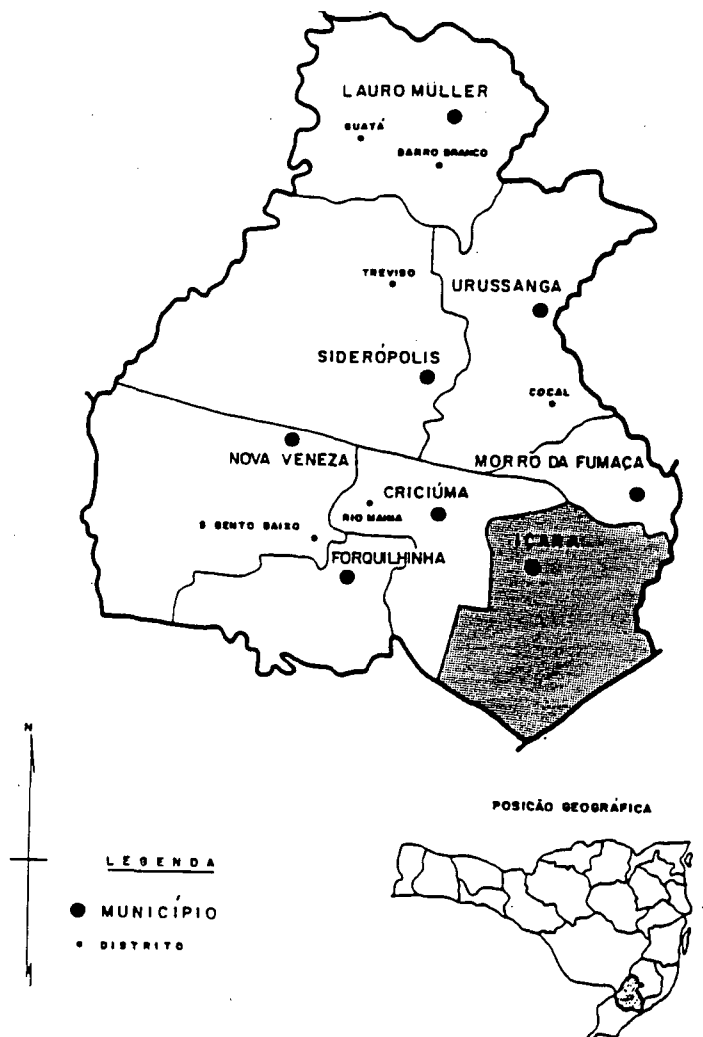
CAPÍTULO 4

CARACTERIZANDO OS FUMICULTORES E A FUMICULTURA

4. 1 Caracterizando o município de Içara

Içara é um município catarinense que está localizado na Microrregião Sul do Estado de Santa Catarina, possui uma área de 315km², e faz limites com os municípios de Criciúma, Jaguaruna, Morro da Fumaça, Araranguá e com o Oceano Atlântico.

Figura 05 - MAPA da Microrregião Sul do Estado



Possui uma população de 43.696 habitantes, destes, 11.973 (27,40%) residem no meio rural e 31.723 (72,60%) no meio urbano. Apesar de ter um baixo índice de habitantes no meio rural, se comparado com outros municípios catarinenses, Içara pode ser considerado um município bastante rural pois os limites entre o espaço rural e o urbano são tênues. Algumas localidades rurais, chamadas "linhas", podem ser avistadas do centro da cidade. Assim também como olarias e fábricas de cerâmicas próximas a estufas de fumo, o que parece confirmar a tenuidade da separação entre estes dois espaços. WANDERLEY (1997) e SILVA (1997) discutem a necessidade de criarmos outros critérios, além do espaço, para definir o que é rural e o que é urbano nos dias atuais, visto que os limites espaciais se tornaram insuficientes para servirem de critérios para tal definição.

A estrutura fundiária do município segue o padrão catarinense de pequenas propriedades. São 1.421 estabelecimentos agropecuários, destes, 89% possuem áreas de até 20 hectares e 9,2% com área entre 20 e 50 hectares. É grande também o percentual de proprietários, 76% dos informantes estão nesta condição (Censo Agropecuário Catarinense, 1996).

A agricultura do município é bastante diversificada e expressiva. Os principais produtos são: fumo, mandioca, banana, arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, batata, laranja, tomate, pimentão, melancia, maracujá, repolho e outros. Dentre estes se destacam o fumo, a mandioca e o milho. No total o setor agrícola envolve 5.941 pessoas, sendo, 4.493 membros da própria família, 136 empregados permanentes e 1.242 temporários²⁴ (IBGE, 1996).

²⁴ Encontramos uma diferença entre o total de pessoas empregadas no setor, 5.941, e a soma dos empregados não remunerados, dos empregados permanentes e temporários, 5.871. Infelizmente não identificamos de onde surge tal diferença.

Tabela 17– Produção e produtividade agrícola das principais culturas de Içara-1992.

	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtiv. (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtiv. (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtiv. (Kg/ha)
Içara	3.916	7.619	1.946	1.400	25.760	184.000	1.200	3.600	3.000
S.C	107.599	198.201	1.824	56.777	1.017.929	17.929	1.078.151	3.261.00	2.999

Fonte: Plano Básico de Desenvolvimento ecológico-econômico, 1997.

Além destas três lavouras, o mel também se destaca. Esta produção está sendo bastante incentivada no município. A intenção é transformar Içara na capital do mel, já que ela tem um grande potencial em virtude da existência de matas nativas e áreas reflorestadas com eucalipto, cujas flores são abundantes em néctar e pólen. No entanto, este tipo de atividade enfrenta atrito com os produtores de maracujá e com os produtores de fumo. O atrito com os primeiros deriva do fato de que a produtora de mel, a abelha, disputa espaço com a polinizadora do maracujá, a mamangava. Assim, na área onde são colocadas as caixas de abelhas a produção de maracujá fica comprometida. Com relação aos fumicultores o atrito relaciona-se ao uso dos agrotóxicos que estes fazem em suas lavouras. Os produtores de mel alegam que os agrotóxicos utilizados nas lavouras de fumo contaminam as abelhas. Um fato que nos foi relatado envolvendo os fumicultores ocorreu durante a “Festa do Mei” no município, cuja atividades, entre outras, era mostrar, através de desfiles, as lavouras da região. Os produtores de mel resistiram à participação dos fumicultores no desfile, alegando que a utilização de agrotóxicos contaminam o meio ambiente e envenenam as abelhas que vão até as lavouras de fumo na época de sua floração. Conversando com técnicos da região, obtivemos a informação de que este problema não existe, pois as abelhas não se utilizam da flor do fumo e, além disso, a época de floração não coincide com o período em que as abelhas estão procurando alimento.

4. 2 Perfil dos entrevistados e familiares

Dos 13 fumicultores entrevistados seis tinham menos de 40 anos, seis tinham entre 40 e 60 anos e um tinha 79 anos. Esta distribuição não foi intencional porém favoreceu o contato com gerações diferentes, que vivenciaram períodos também diferentes da fumicultura na região.

Quanto a origem étnica dos nossos entrevistados, incluindo o cônjuge, encontramos 10 de origem italiana, oito açorianos e em menor número poloneses, alemães e espanhóis. Os oito açorianos pertencem à comunidade do “Campo Mãe Luzia”, que faz divisa com a cidade de Araranguá, onde há grande número de descendentes de açorianos. Nas outras duas comunidades prevalece os de origem italiana.

O grau de escolaridade entre eles, de maneira geral, é baixo. Um estudou apenas um ano, nove tiveram quatro anos de estudo e três chegaram até a seis anos. Esta situação diz respeito tanto para os homens quanto para as mulheres. Para os filhos podemos distinguir os que pararam de estudar e que obtiveram até quatro anos de estudo, são 11 nesta situação, e os que continuam estudando ou ainda não estão em idade escolar, 13. Destes, apenas um está frequentando o 2º grau. Não verificamos a situação dos filhos que saíram da propriedade para trabalhar ou estudar na cidade. Ocasionalmente ouvimos referência a estes filhos que saíram, alguns foram trabalhar nas fábricas de cerâmicas instaladas na Microrregião e outros no comércio local.

O número de filhos residentes no domicílio gira em torno de dois a quatro por família. Três casais não têm filhos residindo na propriedade e apenas uma família tinha um número expressivo de filhos, seis. Os filhos residentes, como era de se esperar, são jovens. Dos 25 filhos, 14 têm menos de 20 anos, seis têm de 20 a 30 anos e cinco têm mais de trinta anos. Estes cinco pertencem a uma única família, todos são solteiros.

4.3 Perfil das propriedades fumicultoras

As propriedades dos fumicultores entrevistados são de pequeno porte, 11 possuem áreas inferiores a 14 hectares. Além disso, algumas propriedades se constituem de pequenos pedaços de terras descontínuos, comprados pelos agricultores ao longo de suas vidas, ou adquiridas através do recebimento de herança. Dos dois que possuem áreas maiores, um trabalhava de caminhoneiro e foi comprando aos poucos as terras que hoje arrenda, o outro, por ter todos os filhos solteiro, não realizou a partilha da terra.

Tabela 18 - Distribuição das propriedades em hectares

Tamanho – hectare	Frequência
1 – 4	3
5 – 9	6
10- 14	2
25 – 29	1
40 – 44	1
Total	13

Quanto às lavouras mais comuns entre os pesquisados temos o fumo, o feijão, o milho, a mandioca, o maracujá e o tomate. Aparece ainda batata-doce e inglesa, melancia e banana. Perguntados sobre as principais lavouras em termos de rendimento econômico, 12 dos entrevistados colocaram o fumo, sendo que o feijão é considerado a mais importante atividade em apenas um caso, mas ele aparece como a segunda fonte de renda em 12 propriedades. O milho aparece como a terceira principal fonte de renda.

Além das culturas destinadas principalmente ao mercado, os fumicultores têm hortas caseiras e pomares de laranja, de bergamota e de banana. Também é comum possuir alguns animais de criação como bois,

porcos, vacas leiteiras e galinhas. Estas últimas aparecem em todas as propriedades. Afora estes, alguns ainda possuem cabras e produzem mel.

Quanto aos equipamentos de trabalho, verificamos uma baixa utilização de equipamentos tratorizados (trator, tobata, carpideira, roçadeira, pulverizador etc). Das 13 propriedades em apenas seis encontramos trator e destes, quatro foram comprados em parceria com parentes ou vizinhos. A tobata, equipamento mais comum no meio rural, aparece em apenas seis propriedades, em duas delas foi comprada também em parceria com parentes. Os demais equipamentos movidos à tração mecânica (acoplados ao trator ou tobata) como pulverizador, trilhadeira, arado, cultivador, rotativa e semeadeira são poucos comuns. Ao contrário destes, a utilização da tração animal para realizar os trabalho nas lavouras é frequente entre estes agricultores: cinco deles fazem uso exclusivamente deste tipo de tração, os demais intercalam o trator, próprio ou alugado, com serviços de tração animal, dependendo da quantidade de trabalho, do tempo e do dinheiro que dispõem para efetivar tal serviço.

Assim como nas outras lavouras, na do fumo os equipamentos e instalações utilizados são simples: tecedeira, pulverizador costal, zorra (uma espécie de carroça sem rodas puxadas a boi) para puxar o fumo da lavoura até o paiol ou galpão. Dos 13 entrevistados apenas um possui cinco estufas e quatro galpões, os demais possuem apenas um de cada.

Quanto ao tamanho das lavouras de fumo, com exceção de um agricultor que planta 13 hectares em parceria com outros, os demais plantam menos de cinco hectares. A maioria destina entre dois a quatro hectares de suas terras para esta lavoura; o que corresponde ao necessário para uma estufa. Esta parece ser a maneira encontrada por eles para se viabilizarem economicamente, pois plantando pequena área de fumo podem se dedicar a outros tipos de culturas, principalmente alimentares. Deste modo, o rendimento proveniente da lavoura de fumo entra no orçamento como "*dinheiro pra investir na propriedade e na casa*".

4.4 O trabalho na fumicultura

O trabalho na fumicultura em Içara não difere do das demais regiões onde se planta fumo de estufa. Atualmente não se planta mais o fumo "amarelinho", somente o "virgínia", que é mais indicado para a exportação. De acordo com os entrevistados há vários tipos de fumo "virgínia" que correspondem a diferentes tipos de plantas. Não é o fumicultor que escolhe o tipo de fumo que deseja plantar, são as próprias fumageiras que fazem esta escolha, considerando as necessidades do mercado, o tipo do solo e o clima da região. Em determinados anos a orientação é produzir fumo mais encorpado, em outros, fumo mais leve; este ano prevaleceram as lavouras com menos teor de nicotina.

O trabalho inicia-se no mês de abril com a escolha por parte do fumicultor, com o auxílio ou não de um instrutor, de um pequeno pedaço de terra para produzir as mudas. Primeiro ara-se a terra, desmancha-se os torrões com rastel, aduba-se e depois divide-se em canteiros, sendo que o número de canteiros varia conforme a quantidade de mudas que se deseja produzir. Feito isto, passa-se à esterilização dos canteiros para evitar o crescimento de ervas espontâneas e o aparecimento de insetos. A esterilização é feita com o gás brometo de metila da seguinte forma: coloca-se a lata de brometo na superfície do canteiro e por baixo dela uma tábua com um prego para perfurar a lata, veda-se bem o canteiro com plástico de modo que o gás não ultrapasse a superfície vedada e martela-se a lata para deixar sair o gás. Se este escapar a terra não fica bem esterelizada e as mudas possivelmente sofrerão ataques de pragas e doenças com muita frequência. Além disso, se o gás escapar, há o perigo de intoxicação do agricultor, podendo ser fatal²⁵. Espera-se o tempo necessário para o gás agir, retira-se o plástico do canteiro e só então coloca-se a semente; isto ocorre no final do mês de maio ou início de junho. Concluída a germinação, quando a muda atinge cerca de 20cm, em torno 60 dias,

²⁵ Há casos no Paraná em que agricultores morreram em cima do canteiro que estavam esterelizando (BULL e HATHAWAY, 1986).

transplanta-se para os canteiros definitivos que já devem estar preparados, ou seja, arados, afogados, adubados e livres de ervas espontâneas. O transplante é um trabalho delicado pois as mudas são levadas para o canteiro definitivo e replantadas uma a uma, com cuidado para não quebrá-las ou danificar suas raízes. É também um trabalho cansativo porque deve ser feito em dia chuvoso e ininterruptamente para facilitar a “pega” da planta. Terminado o transplante das mudas espera-se entre 10 a 15 dias para se fazer a primeira limpeza entre os canteiros, a capina. O número de capina varia conforme a quantidade de ervas que nascem, em geral durante o ciclo três a quatro capinas são suficiente para se manter a lavoura livre de ervas espontâneas.

Do replantio até a colheita vai se aplicando os agrotóxicos conforme o andamento da lavoura. O número de aplicações durante o ciclo da planta é bastante elástico, pode chegar a mais de 13. É o próprio agricultor quem avalia se sua plantação necessita de determinada aplicação. O instrutor é chamado pelo agricultor somente quando aparece uma doença ou praga que ele desconheça e que não consiga combater. Alguns ainda preferem fazer uma mistura de agrotóxicos para “ficar mais forte” e aplicar tudo de uma só vez na lavoura. Eles alegam que trabalhar a tantos anos com uma lavoura dá a tranquilidade de conhecê-la tão bem, ou até mais, quanto os instrutores.

A colheita começa no mês de dezembro, quando as folhas da planta estão amareladas. Este trabalho é o que mais demanda mão-de-obra. Normalmente além do trabalho familiar se utiliza mão-de-obra contratada. Inicia-se a colheita passando-se entre os canteiros e retirando apenas as folhas de baixo que estiverem maduras, colocando-as na zorra. Quanto esta estiver cheia, um membro da família transporta-a até o galpão para descarregá-la, trabalho que geralmente é feito pelas crianças. No galpão estão outros membros da família, a maioria mulheres, que vão recebendo as folhas colhidas e formando montes e agrupando-os. Estes montes passam pelas tecedeiras e depois de costurados com barbantes são colocados pendurados em um estaleiro. As folhas não amadurecem todas de uma vez, e por isto deve-se passar diariamente entre os canteiros retirando apenas as folhas maduras. Se forem colhidas verdes poderão mofar e não serão aceitas pela fumageira.

A colheita é tida como uns dos momentos mais “*trabalhosos*”. A medida que vão sendo arrancadas, as folhas liberam uma resina, chamada de melaço, que adere às mãos acumulando resíduos nelas, que por sua vez, acentuam o odor dos agrotóxicos tornando-o insuportável. Alguns não conseguem suportar o forte cheiro do veneno, passam mal; desmaios e vômitos são comuns. Um outro agravante da colheita é que ela não pode ser adiada; independente do clima e da disposição da família, ela deve ser realizada no dia exato, podendo trazer prejuízos se feita fora do tempo. Há também certos horários que são mais adequados; de manhã cedo não é indicado colher pois as folhas ainda estão molhadas devido ao orvalho da noite, se assim forem colhidas poderão mofar no galpão; no período em que estão secas, o sol está forte e em pleno mês de dezembro as temperaturas são elevadas na região chegando a ultrapassar 40° graus. Desta forma, a colheita deve ser feita com rapidez aproveitando o tempo ensolarado e, ao mesmo tempo, com cuidado para não colher folhas fora do ponto de maturação. Isto acaba tornando a tarefa mais penosa pois implica em grande intensidade de trabalho.

É interessante contrapor o entendimento que os fumicultores tem da colheita como uma atividade desgastante e muito perigosa e a visão passada pelas fumageiras. Nas publicações da Souza Cruz, por exemplo, a colheita é mostrada como um momento muito tranquilo. Pessoas sorrindo carregando fumo, crianças felizes ajudando a encher a zorra de fumo, não há sinal de alerta e cuidado (ver foto em anexo).

Por ser esta uma atividade “*trabalhosa*” é muito comum contratar mão-de-obra para este serviço. Dos 13 entrevistados, 10 contratam mão-de-obra extra e os outros três não o fazem. A mão-de-obra contratada pode ser de “*empreiteiras*”, geralmente formadas por grupos de “*brasileiros*” (caboclos e negros) que não têm terra ou por contratação individual. Além destas contratações, há a troca de serviços entre parentes e vizinhos. Oito famílias costumam “*trocar serviço*” em época de colheita e classificação.

Comumente quem tem lavouras maiores também têm maiores rendimentos possibilitando a contratação de mão-de-obra. Quem tem lavouras

menores se utiliza da troca de dias de serviço na colheita. Desta maneira economiza dinheiro, já que não há pagamentos em moeda, e utiliza a força de trabalho de sua própria família nos dias em que esta se encontra ociosa. Já que não se colhe todos os dias, pois é preciso deixar que uma quantidade suficiente de folhas amadureçam para serem colhidas.

A troca de dias de trabalho é um elemento chave para a realização dos trabalhos agrícolas nas propriedades familiares. Na plantação de fumo a situação não é diferente, a troca entre vizinhos, parentes e amigos possibilita que mesmo um casal sem filhos, de idade avançada ou um casal com filhos pequenos possa desenvolver uma cultura "sacrificosa" sem que, para isto recorra à contratação de mão-de-obra. Nestes casos o tamanho da área plantada é menor, permitindo que um casal de conta da maior parte dos serviços, utilizando a troca apenas nos serviços que não podem executar sozinhos. A retribuição se dá predominantemente com o mesmo serviço, ou seja, se foi para a colheita que o vizinho veio, será para a colheita do vizinho que o "ajudado" irá. Mas isto não implica que não se possa combinar um outro tipo de trabalho, em uma outra lavoura.

SCOTT (1976) diz que apesar das diferenças históricas, econômicas e culturais parece ser possível falar em um conjunto de sentimentos compartilhados entre os camponeses. Entre estes sentimentos está o princípio da reciprocidade, como uma fórmula moral que orienta as condutas interpessoais. O princípio da reciprocidade está baseado na idéia de que eu devo ajudar os que me ajudam. Isto significa que se recebo um presente ou um serviço criei um vínculo, uma obrigação de devolver um presente ou um serviço de valor pelo menos comparável para a pessoa que me presenteou ou que me ajudou.

Depois de colhido e arrumado todo o fumo no estaleiro começa outro trabalho "sacrificoso", a secagem. Inicia-se enchendo a estufa pela parte mais alta, vai se arrumando as varas com as folhas tecidas lado a lado; terminado um andar passa-se para o andar de baixo; os andares são feitos por troncos de eucaliptos encaixados nas paredes da estufa. Cada vara pesa em torno de seis quilos, cabendo em cada estufa aproximadamente três toneladas de fumo

verde que resultará em cerca de 500 quilos de fumo seco. O número de estufadas varia conforme a quantidade plantada de fumo, podendo chegar até a 10. Carregada a estufa, acende-se o fogo e começa então o período da curagem do fumo. Inicia-se com fogo brando para evaporar a umidade das folhas, aos poucos elas vão amarelando e vai se elevando a temperatura até a secagem do talo, parte da folha mais difícil de secar. O tempo médio é de quatro dias para o fumo estar completamente curado. Segundo depoimentos, o trabalho de cuidar da estufa foi facilitado com a utilização do psicrômetro, instrumento para medir a temperatura e a umidade dentro da estufa, e do sistema que apita quanto a temperatura se eleva ou baixa bruscamente. No entanto, nem todos se utilizam destes instrumentos e, mesmo os que utilizam, disseram que ainda precisam ficar acordados atentos a intensidade do fogo.

O cuidado na secagem é a garantia de ter uma fumo mais uniforme e de melhor qualidade, possibilitando melhor classificação. Pois se o fumo tiver folhas podres, ardidas, mofadas ou com talos moles estas serão desclassificadas pelas fumageiras juntamente com as outras folhas boas que estiverem no mesmo fardo. Deste modo todo o esforço é válido para garantir que esta etapa do trabalho se concretize da melhor forma possível. De acordo com depoimentos o trabalho de cuidar da estufa é um dos serviços mais prejudiciais à saúde, porque implica *“trabalhar no quente e no frio”* simultaneamente, o que no imaginário popular é fonte de muitas doenças.

“A desvantagem é o veneno e a caloria das estufas, isto prejudica muito a saúde pois é trabalho de noite no frio e perto da estufa que está quente”. (Fumicultora, 58 anos).

“Trabalhar no forno pega muita doença. Aquela quentura sobe na gente”. (Fumicultor, 29 anos).

Para eles este choque de temperatura durante o trabalho, pois se a noite é fria, a estufa é quente, enfraquece o corpo e, por isto, deve ser feito por homens e não por mulheres, que são consideradas mais fracas para este tipo

de serviço. Costuma-se revezar esta atividade noturna entre os homens da família, já que durante o dia as mulheres e as crianças maiores podem ajudar. Dificilmente se contrata mão-de-obra para isso, por ser o trabalho cansativo e delicado, onde qualquer deslize poderia prejudicar toda a secagem, e, conseqüentemente, os rendimentos da lavoura.

Terminada a secagem, deixa-se o fumo ainda dentro da estufa para que ele esfrie lentamente. Depois de retirado, ele é levado para o galpão onde começa o processo de classificação. Na classificação é comum a contratação de mão-de-obra ou troca de serviço com vizinhos ou parentes. Para entendermos este processo é necessário dizer que a planta do fumo é dividida em quatro áreas. Na parte baixa da planta está o fumo "*baixeiro*", ele é mais leve e tem teor de nicotina baixo. Acima deste está o fumo "*meio pé*", que é mais encorpado e com teores de açúcares e nicotina mais elevados. Acima está o fumo "*alto meio pé*", que também tem teores de açúcares altos. Na ponta está o "*fumo ponteiro*", com menor concentração de açúcares e maior concentração de nicotina. As classes do fumo resultam da combinação dos quatro tipos de fumo e das quatro partes da planta, resultando em 48 classes com preços diferentes, que são estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento. São elas; de acordo a posição na planta: T (ponteira), B (meeira), C (semi-meeira) e X (baixeira); de acordo com a cor das folhas: O (laranja), L (limão), R (castanho claro); de acordo com o tipo do fumo: 1 (folhas madura, com boa elasticidade e cor intensa, fumo 2 (folhas maduras com elasticidade e cor moderada) e fumo 3 (folhas não maduras ou passadas de maduras e cor cores fracas). Ainda de acordo com algumas anormalidades: K (quando estiverem queimadas pelo sol, torradas pelo fogo, aroma não típico, G2 (quando apresentarem coloração esverdeada e estiverem maduras e G3 (quando estiverem esverdeada e imaturas).

As folhas são classificadas pelos agricultores e conforme o tipo vão sendo agrupadas no chão do galpão. Esta classificação não segue todas as classes existentes, eles separam de maneira mais grosseira, de acordo com a cor e a posição que a folha ocupa no pé. Classificadas as folhas, estas são manocadas, ou seja, agrupadas e atadas uma nas outras formando pequenos

maços homogêneos. Depois disto vão ser prensadas formando fardos de 50 quilos. Em cada fardo coloca-se o nome do produtor e o tipo de fumo. Terminado o serviço comunica-se a empresa para que esta envie o caminhão para transportar o fumo até a unidade de beneficiamento, sendo que a mais próxima situa-se em Blumenau. O transporte é feito por particulares, os chamados “puxadores”, mas quem paga o frete é a própria empresa. Chegando no posto de recebimento o fumo é reclassificado seguindo as 48 classes com a ajuda de luzes especiais. Nem sempre a classificação feita na propriedade pelo agricultor é confirmada pela empresa. Geralmente prevalece a classificação da empresa. Se o agricultor não aceitá-la poderá não entregar o fumo àquela empresa, mas terá que pagar a assistência técnica recebida durante o cultivo da planta e dificilmente conseguirá outra fumageira para comprar sua produção, além de ter que pagar o frete de volta. Além disso, para poder discordarem, ele tem que estar presente na hora da reclassificação, o que para muitos é difícil pois implica no seu afastamento da propriedade durante dois ou três dias.

4.5 A fumicultura em Içara

Os entrevistados são agricultores há bastante tempo. Apenas três deles exerceram outra profissão antes de se tornarem agricultores, foram mineiros e caminhoneiro. Os demais se consideram agricultores desde “sempre”, “nasci agricultor” ou “desde criança sou agricultora”. Começaram na agricultura plantando feijão, mandioca, milho, fumo de corda, tomate, arroz e fumo de estufa. Destes produtos o destaque era respectivamente o feijão, a mandioca, o fumo de estufa e o milho.

O fumo de estufa entrou na região, de acordo com depoimento de uma moradora antiga, através da Souza Cruz há 53 anos atrás, dado confirmado por Paulilo (1990) que situa o início da fumicultura na região por volta de 1950. O primeiro plantador foi o pai dela.

“A terra não produzia mais nada, estava fraca, plantava o milho a seca destruía, plantava mandioca e nada. Aí a turma começou a dizer , vamos plantar fumo que o fumo aduba a terra aí depois ela volta a dar as outras coisas. Aí plantamos o fumo, aí depois plantamos o aipim e tudo dava”. (Informante, 83 anos).

Dos entrevistados, nove deles começaram na agricultura plantando, entre outros produtos, o fumo. Alguns depois de adotarem este cultivo nunca mais o abandonaram, este foi o caso de cinco agricultores. Outros plantavam fumo quando solteiros, juntamente com seus pais, e, depois de casados, pararam de plantar, retornando mais tarde à fumicultura. Uma característica que é encontrada entre estes fumicultores é o fluxo de ida e volta à fumicultura, pois para apenas cinco ela foi uma atividade “*pra sempre*”, os outros oscilam na atividade conforme o preço, o clima e a mão-de-obra disponível na família.

Tabela 19 – Tempo de fumicultura depois de casado

Anos	Frequência
5 – 9	2
10 – 14	1
15 – 19	1
20 – 29	3
30 – 39	2
40 – 49	4
Total	13

Começaram na fumicultura com a Souza Cruz sete deles, três com a J. Renner e os outros três começaram com as empresas Rio Grande, Universai e Fumo Brasil. Aos poucos outras fumageiras foram entrando nestas comunidades e passou há haver uma mobilidade entre ou integrados com relação às integradoras. Dos 13 , apenas um ficou 30 anos sucessivos

"entregando" fumo a uma empresa, a Souza Cruz. Os demais passaram por no mínimo três fumageiras, ficando no máximo 10 anos sucessivos em uma única empresa.

Alguns pontos justificam esta mobilidade tanto na escolha da empresa quanto na própria decisão de plantar ou não o fumo em determinado ano. Se há dívida relativa a financiamento de estufa com uma empresa, mesmo que o contrato de crédito seja com o banco e não com a fumageira, o fumicultor se vê em débito e permanece integrado até saldar seus "compromissos". Outros trocam porque querem financiar uma nova estufa e a empresa na qual está integrado não aceita. Outros levantam a questão de que as fumageiras fazem boas propostas de classificação para atrair integrados, *"no início compensa, depois eles voltam a classificar tudo parecido e neste momento é preciso trocar novamente de fumageira"*.

Quando perguntados sobre o que mudou em suas vidas depois que começaram a plantar fumo sob forma de integração as respostas podem ser divididas principalmente em dois grupos: os que sinalizam positivamente a atividade, seis, e os que desconsideram as mudanças ocasionadas com a fumiicultura de integração, cinco. No primeiro grupo as respostas não foram excludentes, cada entrevistado elencou as mudanças que desejou considerar. As respostas mais comuns neste grupo foram: deu dinheiro e puderam melhorar um pouco de vida; compraram máquinas agrícolas; ajudou a comprar um pouco de terra; reformaram e equiparam suas casas; ajudou a melhorar a terra que estava "cansada". No segundo grupo, as respostas foram: nada mudou e não teve mudança nenhuma. Encontramos um fumicultor que não se encaixa nos dois grupos de respostas, ele disse que piorou muito com a fumiicultura, tudo o que tinha perdeu com as dívidas com a fumageira. A explicação dada por ele foi a de que, este ano, a lavoura foi muito atacada por doenças e pragas, algumas aplicações de agrotóxicos tiveram que ser repetidas várias vezes, o que fez com que baixasse a qualidade do fumo, aumentasse as despesas com a lavoura e diminuísse os rendimentos.

A decisão de plantar fumo, por parte dos entrevistados, reflete uma soma de fatores considerados vantajosos: o rendimento econômico seguro; a

facilidade de financiamento; a possibilidade de melhorar a terra; a venda garantida; a utilização de pouca quantidade de terra e o ciclo curto da planta.

Quanto as desvantagem foram apontados as seguintes: a grande utilização de agrotóxicos; o baixo rendimento; o difícil trabalho de cuidar da estufa; ser uma lavoura trabalhosa e cansativa; ter preços dos insumos altos; necessitar de muita mão-de-obra; ter uma classificação desonesta; ser uma lavoura que exige pontualidade, ou seja, os serviços nela envolvidos têm de serem feitos em dias determinados.

O descontentamento dos agricultores em relação à sua atual situação no fumo é expresso por praticamente todos os entrevistados.

“A gente acha que é bom porque não tem outro jeito. A gente tem que dizer que é bom né, foi bom pra nós.” (fumicultora, 58 anos).

“Tem que se meter a plantar pra poder viver”
(Fumicultor, 53anos).

Ou há indiferença, só não há entusiasmo.

“Ser fumicultor não é bom nem ruim”
(Fumicultor, 28 anos).

Nos depoimentos colhidos percebe-se que há atualmente um grande descontentamento com relação à condição de fumicultor. Ser fumicultor *“não é bom e nem ruim”*, a situação destes agricultores nunca é estável. Em um ano a safra pode ser boa, o preço do fumo pode subir um pouco, a classificação ser menos rígida; no outro ano tudo muda, a produção aumenta, a classificação se torna mais rígida e com isso baixa consideravelmente a renda do fumicultor. Porém esta safra 98/99 foi particularmente difícil para os fumicultores; a produtividade na região caiu em decorrência do período de estiagem que acabou afetando as lavouras, somou-se a isto o grau de

exigência na classificação, o que se refletiu em descontentamento geral. É bastante ilustrativo os depoimentos em decorrência da pergunta: "Pensa em continuar plantando fumo?"

"O que vamos fazer?". (Fumicultor, 53 anos).

"Se deixar de plantar fumo vai ser pior, fazer o quê".
(Fumicultora, 53 anos).

"Sim, pra quem tem pouca terra é o que dá pra se defender". (Fumicultor, 58 anos).

"Se o lucro aumentar... Se não, estou pensando em parar e trocar a lavoura. Eu vou me matar no meio do veneno. Se pudesse arrumar um emprego". (Fumicultor, 28 anos).

"Não sei, mas é ainda a única coisa que dá dinheiro".
(Fumicultor, 47 anos).

"Por enquanto sim. Tem vezes que dá vontade de desistir, mais vamos pra onde?". (Fumicultor, 32 ano).

"É o jeito , tenho que ficar mais dois anos para pagar a estufa" (Fumicultora, 32 anos).

Se antes o fumo podia ser considerado uma "poupança", um dinheiro que chegava inteiro no final do ano, dinheiro que permitia comprar mais um pedaço de terra, mobília nova para casa, comprar carro e investir na propriedade, hoje os rendimentos da fumicultura não são os mesmos. Os gastos na lavoura com insumos químicos estão cada vez maiores, as exigências em termos de qualidade de produto também vêm aumentando.

Reflexo desta perda de rentabilidade são as casas de alguns fumicultores. Algumas foram construídas há uns 10, na época que segundo eles o fumo “dava dinheiro”. Hoje estas casas estão velhas, sem pintura, paredes rachadas, pisos quebrados, o que já demonstrou fartura serve agora para denunciar a perda do poder aquisitivo destes trabalhadores. É comum encontrarmos na região várias estufas abandonadas, outras transformadas em galpão para guardar equipamentos de trabalho.

“Olha, compramos muito com o fumo, até casa nós fizemos aqui. Hoje só sobrou na verdade foi as dívidas com a empresa. Agora é só dívida o que sobrou. (Fumicultora, 32 anos).

4.6 O contrato de integração e a relação fumageira x fumicultor

O sistema de integração entre empresas fumicultoras e produtores está em vigor no Brasil desde 1918. Atualmente é realizado também na avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, fruticultura e entre supermercados e horticultores. Caracteriza-se pelo controle, por parte das empresas, dos processos de produção e comercialização, via controle técnico, compra total da produção e fixação do preço da matéria prima produzida (Paulilo, 1990 e Deser, 1998).

O sistema de integração na fumicultura se realiza através da assinatura de um contrato, elaborado pelas empresas. O contrato não é definitivo, pode ser alterado quando as partes envolvidas (Sindicato da fumageiras e Sindicatos dos Fumicultores) solicitarem. Este ano, segundo o Sindicato Rural de Içara, o contrato vigente tinha como principais cláusulas as seguintes:

Os compromissos dos fumicultores são:

- Construir as benfeitorias necessárias à produção e beneficiamento inicial da produção.
- Produzir a quantidade estipulada no contrato.
- Vender a produção exclusivamente e integralmente à empresa integradora no volume estimado no contrato, ficando a critério da empresa decidir pela compra ou não do excesso de produção.
- Fornecer o fumo em folha manocado, enfardado, livre de materiais estranhos e de acordo com os teores de umidade estabelecidos nas portaria do Ministério da Agricultura.
- Seguir as recomendações tecnológicas indicadas, assim como utilizar somente o volume de sementes, fertilizantes químicos e agrotóxicos estipulados pelos técnicos.
- Armazenar os agrotóxicos em local específico e chaveado.
- Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual necessários para cada tipo de agrotóxico aplicado.

Os compromissos das empresas fumageiras são:

- Comprar totalmente a produção estipulada no contrato.
- Classificar em seus entrepostos o fumo recebido.
- Fornecer quando solicitado os insumos para o cultivo, a preços de mercado.
- Fornecer transporte do fumo para os entrepostos.

Além deste contrato de compra e venda de fumo em folhas, o agricultor assina uma declaração autorizando a fumageira a encaminhar a documentação necessária junto ao banco para aquisição de crédito rural para custear instalações (galpão ou estufa) e/ou a produção. A empresa age,

portanto, como facilitadora na obtenção do crédito bancário. Assim que o crédito é aprovado e o recurso liberado para a conta bancária do produtor, geralmente o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), os recursos são transferidos para a conta da empresa integradora para cobrir as despesas que esta teve com a entrega antecipada dos insumos químicos.

A relação fumageira x fumicultor não é tranquila, há muitos pontos de tensão. O que se sobressai é a discussão em torno do preço do fumo. Apesar do preço do fumo ser tabelado no início da safra, o fumicultor não tem previsão da quantia que irá receber vendendo sua produção. O que vai definir a quantia a ser recebida pelo fumicultor é a classificação que seu fumo irá receber. Esta classificação tem critérios objetivos, que estão regulamentados pelo Ministério da Agricultura, mas a margem de flexibilidade desses parâmetros é muito grande. Quando a produção está bem, há garantia de matéria prima, a classificação é rigorosa, quando a safra apresenta quedas, as empresas são mais flexíveis e deixam passar fumo de qualidade inferior como sendo de boa qualidade.

Segundo os entrevistados o fumo já rendeu bem mais do que está rendendo atualmente. Na safra 1998/99, período da pesquisa, a maioria já tinha entregue sua produção à empresa integradora e confirmaram o baixo rendimento. Os que ainda estavam classificando e enfiando o fumo se encontravam apreensivos, tinham esperanças de que as empresas classificassem bem sua produção. Há ainda dois entrevistados que se situam nos extremos: uma fumicultora que afirma ter tido prejuízo com a atual safra ao ponto de ter ficado devendo para a empresa fumageira os insumos que utilizou e um fumicultor que disse ter tido lucro. Este último possui 5 estufas e trabalha com meeiros, o que lhe resultou em uma renda maior do que os demais fumicultores.

Os entrevistados questionam o fato de que antes, quando eles começaram na atividade, o fumo rendia mais. As companhias procuravam classificar melhor, davam mais assistência técnica para que eles continuassem na atividade. Hoje eles percebem que há um super produção e que, embora o preço do cigarro não tenha baixado, a tendência da economia de mercado é

pagar menos quando há matéria prima excedente. Eles se vêem num dilema; se plantam pouco o rendimento que já é insuficiente torna-se pior, se plantam muito contribuem para que o preço baixe ainda mais. Entretanto, eles atribuem esta queda de preço, derivada da grande oferta do produto, muito mais à ganância dos vizinhos de querer plantar sempre mais, do que propriamente uma estratégia das empresas integrados.

“Antes se plantava pouco e rendia mais. Hoje a gente planta mais pra recuperar os prejuízos e cada vez tem mais prejuízo. Se um planta menos o outro vai lá e planta mais, aí fica tudo igual. (Fumicultor, 32 anos).

“O preço está péssimo. As pessoas estão plantando muito , aí o preço baixa. Antes era 30.000, 40.000 pés, agora estão fazendo estufão pra 70.000, 80.000 pés, ai eles escolhem o fumo, um é bom o outro é ruim. Antes se não estava pagando bem ia pra outra, agora as firmas grandes estão comprando as pequenas, não tem mais concorrência, fica só no poder das grandes”. (Fumicultora, 53 anos).

“Esse ano foi muito baixo, a companhia comeu quase tudo”. (Fumicultora, 32 anos).

Há ainda, entre alguns, um sentimento de que as empresas deveriam reconhecer que devem gratidão aos seus integrados, pagando-lhes melhor. Seria uma forma de recompensa pelos anos de trabalho dedicado a elas. É como se fosse uma relação de reciprocidade, onde o papel da fumageira é “dar” e “ter pena” e não o de pagar o preço que é justo pelo trabalho.

“Esse ano não tiveram pena de ninguém. Mas não foi só a Universal, foi todas as empresas” (fumicultora, 58 anos).

A idéia de que a empresa deve ter “pena” dos seus integrados encontra similaridade com a relação patrão/empregado analisada por MARTINS (1989). Nesta, o patrão, o detentor da propriedade econômica, deve ser “bom” e não “justo”, dele deve-se esperar o “favor”.

Resultante deste baixo rendimento e deste descontentamento, para a próxima safra, apenas dois fumicultores pretendem aumentar a área plantada, cinco pretendem diminuir, cinco irão plantar a mesma quantidade e um não irá mais plantar fumo porque se sente cansado e já está aposentado.

SCOTT (1976) diz que a percepção dos camponeses acerca da situação de exploração a qual estão submetidos está ligada a falta de alternativas melhores. Assim, diz o autor, quanto pior é a próxima alternativa mais legítima será a relação atual aos olhos do camponês. Apesar de estar falando do campesinato do Sudeste da Ásia, por suposto muito diferente dos fumicultores de Içara, contribui para compreender a relação fumageira/fumicultor. Que alternativas seguras além do fumo eles têm? Qual é a próxima alternativa deles? Refletido sobre estas questões, não é de causar estranheza que os fumicultores defendam em certos momentos as empresas. Além disso, SCOTT mostra que as revoltas se dão não pela pobreza, mas quando se mudam as regras do jogo. Se pensarmos que os produtores do Sul historicamente tiveram pouca autonomia em relação à comercialização de seus produtos, como nos relata PAULILO (1990), entenderemos a legitimidade que eles parecem atribuir às fumageiras.

CAPÍTULO 5

AS ESTRATÉGIAS DEFENSIVAS NA FUMICULTURA

As estratégias defensivas são construções dos trabalhadores perante o trabalho arriscado; visam amenizar as percepções de medo e de sofrimento que estes têm de suas atividades. Elas podem ser simultaneamente consideradas como resistência e alienação: resistência, na medida em que revelam a capacidade dos sujeitos de compreender sua situação objetiva e tentar contorná-la; alienação, por serem mecanismos que tendem a submeter os trabalhadores a atividades arriscadas e sofridas, reproduzindo-as incessantemente. Entendemos que as estratégias defensivas têm esta dupla face, mas visualizamos a partir delas possibilidades de mudanças sociais que se expressam na existência do conhecimento e no descontentamento da realidade vivenciada.

Como as estratégias são coletivamente construídas, assim como o "habitus", podemos tomar os depoimentos individuais dos entrevistados como manifestações do grupo estudado. Estas estratégias fazem parte do "habitus" dos fumicultores e ajudam a delinear as percepções e as práticas destes no que tange ao trabalho, ao corpo, ao risco e à doença.

Na fumicultura há uma série de riscos que estão presentes no dia-a-dia. Alguns não são exclusivos dela, dizem respeito às atividades agrícolas em geral como: ser picado por animais peçonhentos, tropeçar em tocos de arbustos, cortar-se com enxada, foice ou facão, entre outros. Interessa-nos, particularmente, o perigo das intoxicações em virtude do uso de agrotóxicos, pois para que este se concretize não é necessário ocorrer um acidente, ele pode se dar permanente e gradativamente, podemos até dizer que esta

possibilidade faz parte da fumicultura. Desta forma, se para os outros acidentes não é necessário elaborar estratégias, para lidar com o perigo das intoxicações é. Trabalhar com agrotóxicos implica na necessidade de elaborar estratégias defensivas que assegurem um estado de tranquilidade para prosseguir no trabalho, caso contrário seria impossível permanecer nesta atividade que envolve sofrimento e riscos à saúde constantemente.

Entre os fumicultores estudados encontramos quatro tipos de estratégias defensivas: a negação dos riscos e o desafio a eles, a valorização positiva do corpo, a vergonha de adoecer e os macetes no trabalho. Como já foi dito no primeiro capítulo, as estratégias não aparecem na realidade de forma isolada umas das outras, elas se concretizam de formas diferentes mas expressam simultaneamente um conjunto de regulações para adaptar o sujeito ao seu trabalho. Desta forma, separá-las é apenas um recurso que ajuda na sua visualização e compreensão.

Porém, como perceber uma estratégia que justamente se pretende esconder para não ser descoberta enquanto estratégia? A pista para estudarmos as estratégias é, segundo Dejours, o encobrimento do medo. Onde este sentimento não aparece, embora devesse aparecer por se tratar de uma situação de perigo, há indício de construção de estratégias. Para nosso estudo, além da pista dada pelo autor, incluir entre nossos entrevistados ex-fumicultores e famílias que estavam abandonando a fumicultura foram decisões-chaves para desvelar as estratégias mais importantes existentes na fumicultura. Para os que já abandonaram há alguns anos esta lavoura, era mais fácil falar dos medos e dos riscos por que passaram, assim como da atual situação dos seus vizinhos fumicultores. Para os que ainda estão plantando fumo, mas que pretendiam num futuro próximo parar, falar do perigo, do medo e das intoxicações também é permitido, entretanto eles não poderão desmascarar as estratégias, pois ainda estão utilizando-as. Uma vez expostas, elas perdem toda a eficácia.

5 . 1 A negação dos riscos e o desafio a eles

A estratégia de desafiar e negar os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos é interpretada por muitos especialistas como resultado da falta de conhecimento dos agricultores a respeito dos reais perigos deste produtos à saúde. Este desconhecimento, portanto, levaria os agricultores a se expor de maneira imprudente aos riscos, possibilitando a ocorrência de intoxicações. A forma encontrada para reverter tal situação seria educá-los, fazendo com que os agricultores abandonassem suas práticas inseguras e passassem a adotar as medidas de segurança recomendadas, como os EPIs. (Equipamentos de Proteção Individual. Foto em anexo)

Ao nosso ver esta idéia se enfraquece quando passamos a identificar e compreender a negação dos riscos e o desafio a eles não como "falta de conhecimento" por parte dos agricultores, mas, sim, como estratégias defensiva de trabalho construídas coletivamente para encobrir e conjurar o medo e que fazem parte do *habitus* dos fumicultores.

Entendemos que o conhecimento que eles têm dos perigos não podem ser iguados aos de um cientista que manipula as substâncias e as testa em laboratórios, ou os de um estudioso que aprendeu o poder das substâncias químicas. O conhecimento dos fumicultores se concretiza nas experiências ocorridas no dia-a-dia; nas notícias que chegam de vizinhos que passaram mal e tiveram que procurar ajuda médica; nas intoxicações que ocorrem dentro de casa, com o filho, com a mulher e/ou com ele próprio. É um conhecimento não técnico aprendido na dura pedagogia do sofrimento.

Podemos definir a estratégia de negar e desafiar os riscos como elaboração dos agricultores a partir da percepção de que o trabalho com agrotóxicos é perigoso e que o risco é inerente a ele. Como eles percebem a impossibilidade de adotarem medidas de segurança absolutamente eficazes, que tenham o poder de afastar por completo os perigos das intoxicações, resolvem então, agravá-los e negá-los cotidianamente. Agravar e negar estes

riscos representa, de certa maneira, controlá-los. Desta forma se cria a impressão de que os riscos existentes na fumicultura dependem da vontade do próprio agricultor e não como elemento inerente a sua atividade.

Entre as formas de desafiar e negar os riscos entre os fumicultores encontramos exemplos de pessoas que dizem cheirar o veneno e nada sentirem; outras que fazem aplicações vestindo apenas camiseta, bermudas, chinelos de dedos; outras ainda que passam o anti-brotante despejando-o com canequinha, sem estar usando luvas; e os que se alimentam com as mão sujas de veneno. Segundo um entrevistado, há pessoas que chegam a chamar os vizinhos para mostrar que o veneno não é perigoso e cheiram o produto na frente de todos. Obtivemos depoimentos de agricultores que mesmo já tendo várias intoxicações, não mudaram suas práticas e continuam a dizer que *“veneno não faz mal pra mim”*. O *“pra mim”* mostra que o fumicultor não nega que os agrotóxicos façam mal, mas sim que ele se considera resistente a eles.

É interessante notar que, no primeiro momento, quando perguntados se consideram os agrotóxicos perigosos, os fumicultores reconhecem seu perigo. Apontam como sendo a necessidade do uso intensivo destes produtos a grande desvantagem da lavoura de fumo e afirmam a importância da utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI), do seguimento das recomendações agrônômicas e do cuidado com as embalagens. No entanto, quando perguntados que tipo proteção costumam usar se esforçam por enumerar os equipamentos, numa tentativa de não esquecer nenhum, bota, calça, luva e máscara; mas no final fazem questão de dizer que aplicam os agrotóxicos sem camisa, de chinelo de dedo e bermuda, contrariando as recomendações de segurança que conhecem. É comum expressões de riso e deboche quando se está falando de proteção. Isto porque para eles o que lhes dá proteção não são os EPIs, a proteção que eles precisam para prosseguir no seu trabalho vem da invulnerabilidade do próprio corpo, que constroem justamente pela negação dos riscos e o desafio a eles.

Se são perigosos: ah dizem que são, mas eles exageram demais, fazem mais do que é. Eu uso equipamento sim, mas só bota, máscara nem pensar. (Fumicultor, 29 anos).

Meus filhos usam sim os equipamentos de veneno. Mas eles são relaxados, não usam tudo não. As vezes vão só de chinelo e sem camisa. (Fumicultora, 53 anos).

“Sim me cuido, uso tudo que mandam. Pois sim, eu me cuido sabe com que? Lavo bem as mãos depois de botar os veneno, passo bastante sabão e pronto. Se eu for fazer tudo que eles (instrutores) mandam a gente ia ficar louco”. (Fumicultor, 28 anos).

Esta estratégia de negar o perigo de intoxicação é um recurso dos agricultores. Reconhecem o perigo mas sabem que a fumicultura é uma opção de lavoura importante na região. A mandioca, cuja cultura já foi muito expressiva, perde cada vez mais preço: o feijão e o milho têm preços muito vulneráveis, basta a safra ser boa para que seus preços caiam drasticamente. Outros produtos adaptados à região como batata-doce, batata inglesa, cenoura e repolho são difíceis de se comercializar. O fumo, como já foi tido, tem certas vantagens sobre estes produtos como preços mais estáveis, comercialização garantida, crédito para compra de insumos e aproveitamento da mão-de-obra de crianças e idosos. Assim, apesar do perigo que ele representa, muitos optam em continuar plantando para poder garantir a satisfação das demandas familiares, mesmo que isto implique em naturalizar o desgaste do corpo, o encobrimento do risco e do medo.

“Eu estou pensando em parar de tocar a lavoura. Eu vou me matar no meio do veneno, eles fazem muito mal. Se eu pudesse arrumar um outro emprego eu saía dessa”. (Fumicultor, 28 anos).

“Pensar em sair a gente pensa, mas fazer o quê? A gente acha que é bom, né. Tem que dizer que é bom, né. Já estamos tudo acostumado. (Fumicultora, 58 anos).

Há uma distinção na utilização desta estratégia entre homens e mulheres, os primeiros as utilizam muito mais do que as mulheres. Isto porque, como é geralmente o homem quem aplica os agrotóxicos, ele precisa de mais “proteção” do que elas, pois é ele quem está diariamente frente ao perigo. Esta distinção reflete um entendimento de que o corpo do homem é forte para resistir aos agrotóxicos e o da mulher é fraco.

Os homens alegam que as mulheres são fracas para carregar máquinas pesadas como o pulverizador costal. Mas mesmo entre aqueles que não utilizam pulverizador costal, que aplicam o veneno com canequinha, as mulheres são consideradas incapazes de realizar tal tarefa. O mesmo se fala das crianças maiores.

“A criança tem organismo fraco, não convém intoxicar desde novinha”...Ajudar até pode, servicinho leve, trazer folha pra costurar, separar as folhas e colher um pouquinho (Fumicultora, 53 anos)

“A criança pode ajudar na lavoura, mas não é indicado. É uma pena entrar novinha nesses venenos”. (Fumicultor, 58 anos).

“São muito perigosos. Nós já paramos, mas eu fico pensando nos filhos. Fico dizendo pra eles se cuidar”. (Fumicultora, 58 anos)

“A minha mulher nunca aplica veneno. É mulher né, máquina pesada. Depois também não adianta, ganha dinheiro aqui e leva tudo pra farmácia. Ai eu aplico”. (Fumicultor, 32 anos).

“A mulher sempre é mais fraca. A mulher não deveria nem ir na lavoura de fumo. Serviço da mulher tem de ser mais leve, coisa em baixo do rancho”. (Fumicultor 47 anos).

É importante ressaltar que “embaixo do rancho” também não é seguro; muitas pessoas passam mal durante os serviços realizados dentro do rancho (galpão) como na separação, costura e classificação das folhas de fumo. Assim como também não são totalmente seguros os serviços destinados às crianças pois o contato com os agrotóxicos se dá de forma indireta, pelas folhas.

Entendemos que, como são os homens que fazem as aplicações de agrotóxicos nas lavouras, eles não reconhecem para si o perigo de intoxicação pois estão revestidos da estratégia defensiva de negar e desafiar o perigo. Já as mulheres, que são poupada desta atividade, falam mais facilmente do perigo, das doenças, das tonturas e enjoos que já sentiram, falam também do mal que causa ao marido, aos filhos e a seus vizinhos. Além disso, elas incorporam a idéia de “que são fracas pro fumo”, o que de certa forma lhes dá legitimidade para se queixar mais dos sintomas desagradáveis que a cultura do fumo desencadeia.

“Eu sou meio fraca, às vezes fico muito tonta. Então já não vou ... os homens já são toda vida mais forte, né. Acho que mulher é mais sensível. (Fumicultora, 35 anos)”.

“ Eu acho que sou fraca, já passei muito mal. Uma vez quase morri...no trabalho é tudo igual mas pro veneno é o homem, ele é mais forte pro veneno”. (Fumicultora, 32 anos).

Ilustra bem esta situação o ocorrido durante uma entrevista. Conversando primeiramente com o marido, um senhor de 70 anos, que estava muito doente, ele nada me disse sobre intoxicações. Apenas que já estava

muito doente e que havia entregue os cuidados da lavoura de fumo para os filhos solteiros. Quis saber se havia relação entre sua doença e o fato de ter trabalhado tantos anos com os agrotóxicos. Sua mulher entrou na conversa e começou a falar do sofrimento do marido, dos desmaios, das tonturas, crises nervosas e das dores de cabeça constantes que o marido já sentiu e que os filhos vêm sentindo. O marido, como que encorajado pela decisão da mulher de falar, também começou a relatar sobre o tempo que trabalhava “*no meio dos venenos e estava me matando*”. Pergunto se o fato dos cinco filhos saberem que o pai está doente por causa dos agrotóxicos não muda as práticas dos filhos que continuam a se arriscar. A mulher diz que

“O próprio veneno que faz a pessoa não acreditar que ele faça mal. É como se fosse uma droga, a pessoa não acredita. Eles não querem usar nada, no verão ainda aplicam o veneno sem camisa. Eles acham que não faz mal. Nem querem que fale nada, se eles chegarem aqui e vê nos falando dá uma briga danada.” (Fumicultora, 70 anos)

Eu já perdi a conta de quantas vezes fui buscar eles caído no meio da lavoura. Cai um aqui e o outro lá. Mas eles não querem que diga, né. Tinha dias de cair quatro. Eles ficavam debaixo da laranjeira até voltar a si, e não contam nada aqui pra nós” (Fumicultor, 70 anos)

É de se esperar que os filhos não admitam que estão intoxicados, pois se para o pai é mais fácil fazê-lo, é porque já não precisa mais enfrentar os riscos. Os filhos são agora os chefes da casa e sabem que terão que fazer este serviço e a proteção que consideram eficaz é a estratégia de negar e desafiar os riscos.

Há um limite para as possibilidade de mascaramento. Nega-se o perigo até o possível. Quando, uma pessoa passa muito mal, desmaia, vomita ou tem crises nervosas não é mais possível negar os perigos, então se

considera justo que o doente se afaste dos venenos para não piorar a situação. Existe um padrão limite de sofrimento que é considerado natural na fumicultura, acima deste limite as opções são desistir, como fizeram os ex-fumicultores, ou negar desesperadamente a intoxicação, como fizeram os filhos do fumicultor de 70 anos. Entretanto, admitir que alguém está realmente intoxicado é expor as estratégias de defesa. A solução então é dizer que tal pessoa tinha o organismo fraco e que por isto a intoxicação se instalou. Deste modo se protege a saúde do doente e se protege a credibilidade das estratégias defensivas.

Foi interessante conversar com vizinhos desta família que admitiu ter problemas de saúde e verificar o espanto de alguns quando comentei que já haviam me dito sobre casos ocorridos de intoxicação. Senti que, para eles, a família que me contou esses fatos havia quebrado a estratégia de negar e desafiar os riscos ao admitir que todos estavam doentes. A proteção através da negação deixa de funcionar quando alguém admite que está doente. A solução é atribuir a irresponsabilidade e a imprudência do doente a causa da sua doença. O que os vizinhos dizem é que eles são uma família que “*não se cuida*”, ou seja, que não usa equipamento de proteção e que, portanto, merece estar na atual situação. Sabemos, contudo, que equipamento de proteção ninguém usa, cobram deles uma prática que ninguém adota.

“Eles não se cuidam , quem se cuida está garantido. Aqui se cuidamos, usamos máscara, macacão e bota. Cuidamos muito das embalagens pra não deixar aí jogada. O vento, também cuidamos muito. A máscara não usamos muito não, não tem perigo”. (Fumicultor, 58 anos)

Embora mais raros, há os que admitem facilmente a periculosidade e a necessidade de proteção quando estão lidando com agrotóxicos e dizem fazer uso de tais equipamentos de proteção. Embora tal postura somente é encontrada entre os que já pararam de plantar, os ex-fumicultores, e os que já estão parando de trabalhar com esta lavoura, os aposentados. Para estes, as

estratégias perderam importância pois de certa forma eles escaparam da necessidade de plantar fumo. Contudo, não poderão negar as estratégias por completo, afinal não se tem garantias para o futuro, talvez tenham que retornar à fumicultura e então novamente se servirão delas. Ademais, não é só na fumicultura que se utiliza intensamente agrotóxicos, muitos abandonam esta cultura e continuam utilizando estes produtos em suas novas lavouras, conseqüentemente, prosseguem com as estratégias.

“Tem gente aí que está com 60% do sangue cheio de veneno. Andaram fazendo teste de sangue e deu isto. Mas sei lá, continuam a plantar. Eu já plantei, fazia muita besteira que hoje os mais moços fazem, mas com a idade a gente vai se cuidando. Hoje eu me cuido muito”. (Ex-fumicultor, 61 anos).

Talvez este senhor quisesse dizer, “hoje eu posso me cuidar muito” porque já não preciso mais plantar fumo.

Um outro casal que está abandonando a fumicultura para viver da aposentadoria diz:

“Mesmo usando todo o equipamento que eles mandam usar ele (o fumo) sempre faz mal. Eu fico pensando, se eu tivesse, não tenho né, mas se tivesse um filho de 15 anos e se ele se intoxicasse, se prejudicasse com o fumo o que seria dele? Não tem direito nenhum”. (Fumicultor, 58 anos).

Na tentativa de conjurar os riscos os fumicultores fazem uma separação entre perigo e doença. Os agrotóxicos são perigosos mas não trazem doenças. A doença vêm com algumas práticas como “a quentura do forno”, “andar de pé descalço na lavoura” ou “aplicar veneno no vento”. Não negam, portanto, a periculosidade destas substâncias, mas negam, e tem que negar para prosseguir no trabalho, que causem doenças. Não podem negar a doença porque ela é visível, ela está em casa, está nos vizinhos. É

interessante esta distinção na medida em que não são desprezadas as informações técnicas. Acredita-se nas orientações dos instrutores e agrônomos de que as substâncias químicas são perigosas, seria difícil negá-lo o tempo todo. A solução então é aceitar o fato de que tais substâncias são perigosas mas retirar delas a responsabilidade sobre as doenças. Verifica-se uma dificuldade de assimilar categorias novas, como a própria noção de intoxicação, assim se traz a doença para próximo do conhecido, de categorias tradicionais como quente e frio.

“A desvantagem é o uso do veneno direto, mas o que deixa doente é trabalhar no forno direto”. (Fumicultor, 29 anos).

“O problema é o muito veneno. Tudo quanto é bicho vai no fumo. Desde quando começa a lavoura até terminar é muito veneno (...) O trabalho de perder noites de sono cuidando da estufa. Aquilo acaba com a gente. É aquela quentura da estufa e sai na friagem da noite”. (Fumicultor, 53 anos).

“O problema é andar no meio do fumo molhado de pé descalço. Tudo que é doença começa pelo pé, elas entram pelo pé”. (Fumicultor, 47 anos).

5 . 2 A valorização positiva do corpo

Boltanski (1989) diz que a percepção que os indivíduos têm de seus corpos e as práticas cotidianas que irão adotar acerca deles estão inscritas nas coerções econômicas. Para os que desenvolvem atividades que exigem intensamente seus corpos, a percepção e as práticas sobre eles caminharão no sentido da “não escuta”. Diante disso, prestar atenção no corpo pode significar ter que parar de produzir. Então, como não podem prestar atenção

em seu corpo, passam a valorizar a força física e a resistência à dor e adotar estas práticas como princípio de virilidade que guia os comportamentos dos trabalhadores.

A valorização positiva do corpo entre os fumicultores pode ser definida como a imagem positiva que estes elaboram de seu corpo exaltando a força física e a virilidade. Assim como a estratégia de desafiar e negar os riscos, a valorização positiva do corpo é elaborada coletivamente para dar confiança ao fumicultor frente a atividades perigosas.

“Não sinto nada, só o gosto do veneno na saliva quando passo o primiplus (anti-brotante), aí tomo um pouco de leite e pronto, coisinha pouca”. (Fumicultor, 28 anos).

“O serviço de veneno é tudo com homem, eu e o filho. É um serviço pra homem por ser mais pesado. Sei lá, o homem é mais forte, resiste mais. Se eu não fosse forte acho que já tinha até morrido”. (Fumicultor, 53 anos).

É compreensível a necessidade de valorizar o corpo para estas pessoas que lidam com a lavoura de fumo. No momento da pesquisa os agricultores já haviam colhido e curado todo o fumo. Alguns já haviam até entregue a produção à empresa. Outros estavam classificando e enfardando as folhas. Pudemos então acompanhar um pouco este processo, que é considerado por eles como trabalho “leve”, ou seja, trabalho de mulher. Ao entrarmos no galpão onde estavam as pessoas classificando e monocando o fumo, sentímos um odor muito forte resultante da mistura de vários tipos de agrotóxicos que são passados durante o ciclo da planta e do próprio cheiro da nicotina. Com esta mistura de odores que estava no ar sentímos dores de cabeça e um sensação de salivação intensa. Tínhamos a impressão de que o cheiro ficava por horas impregnado nas narinas e na boca. Ao perguntarmos se trabalhar o dia inteiro nestas condições não os incomodava, alguns diziam que já estavam acostumados e que havia serviços piores, que maltratavam

ainda mais o corpo. Para estes, o problema da classificação é a monotonia e a demora do serviço e não as sensações doentias que ela causa. Estas são costumeiras e não convém nem reclamar. É comum tomarem muito leite e chá para aliviar estes sintomas e continuarem na atividade. Os que se sentem muito mal, os seja, os que desmaiam, vão para casa “descansar do veneno” para poderem voltar ao trabalho no dia seguinte.

Há também a idéia de que o corpo vai aos poucos se acostumando com o cheiro dos venenos, ao mesmo tempo em que eles vão se adaptando às constantes tonturas, enjôos e dores de cabeças. Estas sensações em certos períodos, como a colheita e a aplicação do anti-brotante, são tão constantes que seria impossível terminar o trabalho caso optassem por descansar ou procurar auxílio médico cada vez que as sentissem. Vão assim naturalizando o desgaste para prosseguir o trabalho, domesticando todos os sintomas que atrapalham o correr natural da vida, qual seja, trabalhar.

5.3 A vergonha de adoecer

A vergonha de adoecer é entendida como a tentativa dos fumicultores de encobrir a intoxicação até o limite do possível, admitindo-a somente quando já não é mais possível escondê-la, ou seja, quando o corpo não suporta mais prosseguir na atividade.

A construção desta estratégia defensiva resulta da concepção de que o corpo é um instrumento de trabalho e, conseqüentemente, único instrumento de subsistência. Dele se pode exigir todo o esforço para poder se tirar o máximo de proveito, e a doença passa então a representar uma grande ameaça a saúde e a capacidade produtiva, e portanto, um acontecimento vergonhoso na vida de um trabalhador.

SOUZA e VERAS (1982) propõem pensarmos a questão da doença através de três dimensões: estar doente, sentir-se doente e poder ficar doente.

1. Estar doente - é a instauração do processo patológico da doença verificado e confirmado pelo médico.
2. Sentir-se doente - é a percepção da doença pelo próprio doente sem ter consultado médicos.
3. Pode ficar doente - é ter condições econômicas de procurar tratamento médico.

Os fumicultores “sentem-se doentes”, porém “não podem ficar doentes”. A necessidade de continuar trabalhando e a falta de recursos para procurar tratamento de saúde os obriga a permanecerem trabalhando enquanto é possível resistir. Quando o pai sente-se “fraco” para a lida do fumo, tem os filhos para substituí-lo, há também a possibilidade de contratar os “empreiteiros” para fazer as tarefas mais pesadas e desgastantes. Assim, a condição de “estar doente” só aparece em dois casos extremos: quando não se precisa mais plantar fumo, seja por recebimento de aposentadoria ou por mudança de ramo ou quando o corpo não pode mais suportar o peso do trabalho. Nestes dois casos é possível admitir estar doente e confirmar com os médicos esta condição.

“Eu já estou velho, estou acabado minha filha. Não é vergonha dizer mas eu já não posso mais. Já trabalhei muito, mas hoje já não posso”. (Fumicultor, 70 anos).

“Eu estou com a idade de 61 anos de idade, tenho que me cuidar. Não espero mais saúde, quem é novo sim. A gente nem reclama, guarda tudo pra si. O homem vai perdendo as forças”. (Ex-fumicultor, 61 anos).

A facilidade com que os mais velhos falam das doenças contrasta com o silêncio dos mais novos. Mesmo na presença de outros membros da família, alguns destes jovens não admitiam que já haviam passado mal durante período de aplicação de agrotóxicos ou da colheita do fumo.

Justificavam desmaios e vômitos como aversão ao cheiro do produto, ou como um acontecimento insignificante, *“uma coisa que me deu”*.

“Eu sei lá. Acho que às vezes o veneno pega a gente meio fraco, né. Ai já viu. Mas é exagero. Foi poucas vezes que caí. (Fumicultor, 28 anos).

“Eu não sinto nada. Ela (a mulher) fica me dizendo ‘usa luva’. Uma vez eu passei mal. Mas não há de ser nada (...) Eu sou forte porque nunca me aconteceu nada”. (Fumicultor, 29 anos).

“ Os filhos tão aí tudo doente, tem dias que não comem nada, nada, nada. Passam só com tablete de amendoim. Diz que é só falta de apetite. Eles não querem que diga que tão envenenado. Até vieram fazer o exame do veneno e eles não quiseram fazer”²⁶ (Fumicultora, 70 anos).

Como necessitam prosseguir no trabalho, apesar dos prejuízos que ocasiona à saúde, os fumicultores constroem a domesticação dos sintomas, e vão vivendo e se acostumando com eles, como algo natural e inevitável. Assim, tanto os sintomas de intoxicações (vômitos, dores de cabeça, enjoos, crises nervosas e outros), como os sintomas de desgaste físico derivados do próprio trabalho agrícola, vão fazendo parte da vida dos fumicultores como um estado normal do corpo.

A vergonha de adoecer está associada à fraqueza do corpo e a falta de virilidade. O corpo fraco não produz, não resiste às doenças. Principalmente para os que estão, como eles mesmos dizem, *“fazendo a frente dos trabalho”*. “Fazer a frente” significa ser o primeiro a começar o serviço, ser também o que mais trabalha e, conseqüentemente, o que mais resiste em perceber os sintomas. Quem “faz a frente”, o chefe da propriedade em

²⁶ O exame a que ela se refere é o teste de colinesterase realizado pela EPAGRI e pela Prefeitura Municipal de Içara.

exercício, deve ser o exemplo do homem que sempre tem disposição e saúde para trabalhar.

Não existe intoxicação para os fumicultores, existe, sim, fraqueza do corpo. Doença é algo grave, que impossibilita o corpo de prosseguir no trabalho, que corta dramaticamente a vida deles e que não há nada o que se possa fazer para evitá-la. A fraqueza é diferente. A ela pode se resistir, se acostumar e então continuar trabalhando. Para eles desmaiar na lavoura quando se está aplicando um determinado agrotóxico, sentir fortes dores de cabeça durante semanas e enjoos, ter crises nervosas e outros acontecimentos não é sintoma de doença é, sim, fraqueza do corpo. É como se fosse um lapso que não poderia e não deveria acontecer, pois a presença da fraqueza quebra a sequência natural do trabalho e da vida. A esta fraqueza, que vem da falta de vitaminas no organismo, associa-se à falta de capacidade de resistir a doença, ou seja à falta de virilidade. Fraqueza leva à intoxicação.

“Eu não sei bem porque acontece. Mas pra mim é porque a gente se pega meio fraco e aí o veneno faz mal”.
(Fumicultor, 32 anos).

Além disso, como disse BOLTANSKI, há entre as camadas populares uma certa dificuldade em compreender doenças desconhecidas, doenças que não podem ser “mostradas”. Como os fumicultores poderão acreditar que estão intoxicados e doentes se os sintomas que sentem são sintomas comuns de seu dia-a-dia, sintomas que podem suportar pois já estão acostumados? Assim como estes sintomas vêm, eles vão embora. Para alguns basta tomar leite e se deitar um pouco para que a indisposição passe.

“Olha não tem coisa melhor, toma um pouco de leite ou um chá forte e deita. Acho que o calor da cama corta o efeito de veneno”. (Fumicultor, 48 anos).

5 . 4 Os “macetes” no trabalho

Os “macetes ” são, de acordo com Dejours, saberes construídos pelos trabalhadores para lidar com situações desconfortáveis de sua atividade. A partir da percepção de que há perigo, espaços vazios e excessos, o trabalhador elabora formas diferentes de efetuar as suas atividade, muitas vezes contradizendo as recomendações dos peritos. Estes macetes fornecem aos trabalhadores um certo grau de tranquilidade por que afastam os riscos, ao mesmo tempo em que trazem satisfação, pois para executá-los é preciso ter conhecimento sobre a atividade que se está realizando e mobilizar a criatividade.

Na fumicultura acreditamos que os “macetes” sirvam mais para afastar os riscos do que para mobilizar a criatividade. Isto porque a natureza do trabalho operário em linha de montagem do qual o autor fala difere do trabalho familiar desenvolvido pelos fumicultores. No primeiro, por se tratar de um trabalho altamente repetitivo, programado e calculado, não permitindo brechas de inventabilidade, a necessidade de liberar a criatividade para evitar o desgaste mental é maior. Na fumicultura, a própria dinâmica do trabalho permite cotidianamente que o agricultor realize mais livremente suas atividades, fazendo com que ele não se sinta tolhido em seu potencial criativo. Portanto, entendemos que os “macetes” são para os fumicultores muito mais formas criadas para ter a sensação de evitar os riscos do que para liberar a criatividade e evitar o desgaste mental do trabalho alienado.

Cabe dizer que os “macetes” nem sempre correspondem à maneira correta de executar uma atividade. Muitas vezes eles apenas dão a sensação de proteção, porém na realidade estão agravando os riscos.

Entre os fumicultores os “macetes” encontrados foram: misturar diferentes agrotóxicos, trabalhar horas seguidas com agrotóxicos, lavar as mãos com sabão e tomar chás e leite.

A técnica de misturar diferentes tipos de agrotóxicos é justificada pelos fumicultores como a maneira encontrada de trabalhar o menos possível

com os produtos, evitando os riscos e economizando tempo de serviço. A mistura mais comum é a feita entre o *antak* e o *primeplus*, um serve para evitar que os brotos da planta nasçam, o outro combate o pulgão. Coloca-se os dois produtos no pulverizador e se aplica tudo de uma só vez. A justificativa é que misturando os dois produtos, considerados por alguns como os mais forte, só precisa pulverizar uma vez ao invés de duas se forem colocados separados. Para eles essa medida diminui o trabalho e diminui os riscos de intoxicação.

"Eu pego o primeplus e o antak, que são os piores que tem na lavoura. Aquilo quando passa perto de um pé de laranja, a 200 metros ele seca o pé todinho. Faço a mistura e passo tudo de uma vez só. Ai é melhor porque eu vou só uma vez na lavoura, a gente evita né". (Fumicultor, 47 anos).

"Às vezes ele (marido) mistura. Mistura o veneno do broto e o primeplus pra não ter que ir no meio dos venenos duas, três vezes. Misturando fica mais forte". (Fumicultora, 32 anos).

Além de fazer esta mistura para diminuir o número de aplicações evitando assim maior tempo de contato com os produtos, foram citadas as misturas feitas para deixar "o veneno mais forte". Neste caso o que está em jogo não é tanto a necessidade de evitar os perigos de intoxicações mas sim a garantia do sucesso da lavoura. Acreditam que quanto mais forte o produto maior a segurança em termos de rentabilidade. Diante disto é preferível gastar um pouco mais e colocar no pulverizador até três inseticidas, aumentando o espectro de atuação, do que colocar apenas um, deixando a lavoura "menos protegida".

Entendemos que este macete é importante para os fumicultores quando levamos em conta a quantidade de aplicações que a cultura do fumo requer. A Souza Cruz aponta para uma média de 13 aplicações durante o ciclo da planta. Este número pode variar bastante, dependendo do clima, do solo e dos cuidados com a lavoura. Embora não tenhamos levantado entre nossos

entrevistados o número de aplicações, deduzimos que em algumas propriedades este número é bem mais alto.

“Tem vezes que a gente aplica um veneno, uma, duas, três vezes e não faz efeito. Olha tem lavoura que a gente não tira nem o que botou ali. Tudo quanto é imundice vem pro fumo, eu nunca vi. Parece que a empresa tá fazendo planta mais fraca só pra gente gastar com veneno (...) Olha tem safra que eles tem que botar veneno mais de 20 vezes”. (Fumicultora, 53 anos)

A desconfiança na empresa, de certa forma, legítima ainda mais a construção e utilização dos macetes. Seria como ser mais “esperto” que os instrutores, não se deixando enganar por eles.

Além de fazer estas misturas para escapar dos agrotóxicos e dos riscos econômicos, há o macete de trabalhar horas seguidas nas aplicações. Como já foi dito, o número de horas recomendadas para lidar com os agrotóxicos depende da classe toxicológica a qual ele pertence, quanto mais tóxico for menor deverá ser o tempo de contato durante as aplicações. Desta forma, dependendo do produto que estiver sendo aplicado na lavoura, o trabalho não poderá ser feito todo em um dia, o fumicultor deverá voltar um ou mais dias para concluí-lo. Para os fumicultores o risco é menor se o trabalho for realizado todo em um só dia, ter que voltar à lavoura para continuar a fazer as aplicações é pior do que trabalhar o dia inteiro com um produto. Voltar no outro dia significa ter que entrar no meio da lavoura “envenenada”, ter que preparar novamente a mistura, sentir novamente enjoos e tonturas. Então, é preferível tirar o máximo de proveito do corpo, sujeitando-o ao cheiro e ao cansaço e concluir o trabalho.

Eles mandam ir de manhã e voltar quando tá com sol forte, mas se agente não começar bem cedinho não dá conta. O pior é que bem cedinho pega tudo molhado, e fumo molhado é coisa ruim, mas se não for assim (...) eu prefiro começar e

terminar, quanto mais a gente puder se livrar, a coisa é melhor”.
(Fumicultor, 48 anos).

Este macete por vezes acaba agravando a situação. Para poder dar conta do trabalho começa-se a fazer as aplicações de manhã bem cedo e só se cessa no final da tarde. O desgaste do corpo é tão grande que a possibilidade de acontecer acidentes cresce muito.

Os fumicultores consideram que os procedimentos de lavar bem as mãos com sabão depois de aplicar agrotóxico, tomar bastante leite antes e depois de vir da lavoura ou durante a classificação do fumo corta os efeitos dos agrotóxicos evitando que a intoxicação aconteça. Para eles é mais fácil ter estes procedimentos do que utilizar os EPIs que são pesados, esquentam, dificultam os movimentos e que põem em evidência a existência dos riscos.

Desta maneira, nos espaços vazios, na falta de informação e na necessidade de negar e desafiar os riscos, os fumicultores criam macetes para adaptarem-se à lavoura de fumo. Ou seja, elaboram as percepções que orientam suas práticas em consonância com a necessidade de negar e resistir para poder prosseguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como foi implementado o processo de modernização da agricultura brasileira favoreceu a "decisão" dos agricultores familiares de se integrarem às empresas fumageiras como meio de participar deste processo. Desta maneira, integrados às fumageiras, eles conseguiam créditos para investir na propriedade. Uma das consequências da expansão da fumicultura no município de Içara foi a gradativa substituição das culturas alimentares, principalmente da mandioca que já estava com preços desfavoráveis, pelas lavouras de fumo.

Por um lado esta lavoura trazia de imediato algumas vantagens para os agricultores como: preço pago todo de uma vez, preço mais estável, venda garantida, ciclo de cultivo curto, recebimento de créditos, aproveitamentos dos fertilizantes que permanecem no solo para outras culturas na entre-safra, e utilização de toda a mão-de-obra familiar, inclusive de crianças e idosos.

Por outro lado, trouxe desvantagens que são apontadas pelos fumicultores: a grande utilização de agrotóxicos; o difícil trabalho de cuidar da estufa; ser uma lavoura trabalhosa e cansativa; altos preços dos insumos; necessidade de muita mão-de-obra; classificação duvidosa por parte das empresas; ser uma lavoura que exige pontualidade, ou seja, os serviços nela envolvidos têm de serem feitos em dias determinados. Além disso, o que antes era considerado vantajoso, como o preço da matéria prima, passa também a ser motivo de preocupação. Os fumicultores ressentem-se do baixo rendimento que a fumicultura atualmente lhes proporciona, na safra 97/98 ficou em média R\$ 385,17 por hectare. Sentem-se abandonados pelas fumageiras e pelo Governo e preocupados com o futuro. Quando pensam na saúde a preocupação aumenta.

Se antes, apesar dos sintomas desagradáveis que sentiam durante as aplicações de agrotóxicos ou durante a classificação das folhas, como enjoos, desmaios, salivação intensa e nervosismo, o fumo compensava porque rendia, hoje só lhes resta "*as dívidas com a empresa*" e o corpo cansado e adoecido.

Como forma encontrada de lidar com este conjunto de situações desfavoráveis, os fumicultores se utilizam de estratégias defensivas, construídas coletivamente, que visam amenizar as percepções de medo e de sofrimento que eles têm de suas atividades. Identificamos as seguintes estratégias entre eles: a negação dos riscos e o desafio a eles, a valorização positiva do corpo, a vergonha de adoecer e os macetes no trabalho.

Não é possível negar, a atividade fumicultora no Sul do Brasil é importante. O fumo no ano de 1997 envolveu no Sul do Brasil 170 mil produtores, em uma área plantada de 265.812 hectares. Em Santa Catarina dos 235.973 estabelecimentos rurais existentes aproximadamente 49 mil plantam fumo e utilizam uma área em torno de 101.000 hectares. A fumicultura emprega (diretamente e indiretamente) milhares de pessoas entre agricultores, técnicos, empregados das fábricas, vendedores de insumos e outros. Fornece aos cofres públicos uma soma vultuosa através do pagamento dos impostos sobre o cigarro. Mas isto não justifica que se deva deixar de levantar questões polêmicas e tentar avaliar as consequências sociais do setor fumageiro para o Brasil.

Devemos pensar no número de mortes e doenças por intoxicação em decorrência do uso dos agrotóxicos nas lavouras; na contaminação das águas, do solo; na queima de milhares de árvores para abastecer as estufas de secagem de fumo e para fabricar embalagens de cigarro; nos alimentos que deixam de ser produzidos dando lugar às lavouras de fumo; no uso do trabalho infantil; na produção do cigarro, que mata no mundo 3 bilhões de pessoas por ano.

É possível entender a cultura do fumo com algo rentável apesar dos efeitos acima referidos? Levando-se em conta os dados obtidos podemos dizer que tal rentabilidade é artificialmente construída. Ao longo dos anos o setor

fumageiro tem se beneficiado das políticas governamentais para financiar os agricultores integrados. A exemplo disto temos o PRONAF, cuja criação foi fruto de longas negociações entre agricultores familiares e o Governo, e que está sendo parcialmente absorvido pelas fumageiras. No ano de 1997, do total de recursos destinados ao PRONAF, 552 milhões, 180 milhões foram utilizados para custear lavouras de fumo.

Entendemos que a "lucratividade" do setor fumageiro é apenas aparente. Uma vez que estes rendimentos que a indústria fumageira, direta ou indiretamente, propicia ao país são neutralizado pelos prejuízos que ela própria causa. Assim as vantagens orçamentárias recebidas com esta produção serão anuladas a médio e a longo prazo pelos efeitos desastrosos na saúde da população. Somando todos os gastos com doenças, dias perdidos de trabalho, assistência médica, pensões por inatividade e número de vidas interrompidas, as ditas "vantagens do fumo" convertem-se em desvantagens.

Portanto, consideramos vital a discussão de tais questões, a fim de romper com o discurso hegemônico, fortemente empregado pelas fumageiras, de que a agricultura familiar do Sul do Brasil se viabiliza graças a fumicultura.

A justificativa de que a fumicultura faz parte da tradição agrícola do Sul do Brasil é "meia-verdade". A lida do fumo é muito difícil. Ninguém escolheria esta lavoura não fosse os rendimentos que ela proporciona frente a outras culturas. Os fumicultores começaram a plantar fumo pelas vantagens financeiras oferecidas e parariam de plantá-lo imediatamente se uma outra lhes fosse apresentada. Mas para que possa surgir novas alternativas é preciso desmitificar a adequação do fumo à pequena propriedade do Sul do País e investir em pesquisas públicas que apontem outras possibilidade aos fumicultores.

As entidades representativas que trabalham com os agricultores apontam para a solução do problema no sentido de democratizar a relação fumageira- fumicultor, tornando o processo de integração mais transparente. Será que não podemos pensar em uma solução que passe pela substituição do fumo por plantio de alimentos?

Se pretendermos ter no futuro, próximo ou distante, uma sociedade melhor para os que trabalham, temos que pensar em transformações sociais profundas e não apenas em tentar "humanizar" o processo de integração na fumicultura. Pois, por mais alterações que ele sofra, sempre resultará na produção de algo prejudicial à saúde humana e verdadeiramente rentável somente para as indústrias integradoras.

BIBLIOGRAFIA

ABIFUMO. Anuário Brasileiro da Indústria de fumo, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo - Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo. Ed: UNICAMP/Hucitec, 1992.

AFUBRA. Internet, 12/05/99.

ALMEIDA, Antenor Ferrari - A praga da dominação. Porto Alegre. Ed: Mercado Aberto, 1985.

BECKER, Howards - Método de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo. Ed: Hucitec, 1993

BOLTANSKI, Luc - As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro. Ed: Graal, 3ª Ed, 1989.

BOURDIEU, Pierre - Estruturas, habitus, prácticas. In: El sentido práctico. Espanha. Ed: Taurus Humanidades, 1990.

----- Razões práticas. Sobre a teoria da ação. São Paulo. Ed: Papyrus, 1996.

BRUSEKE, Franz Josej - Risco social, risco ambiental, risco individual. NAEA 64 (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia) Universidade do Pará, 1996.

BULL, David e Hathaway, David - Pragas e Venenos: Agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo. Petrópolis. Ed: Vozes, 1986.

CHAUÍ, Marilena - Sensação e percepção. In: Convite à filosofia. São Paulo. Ed: Ática, 1992.

CHAYANOV, A - Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: A Questão Agrária. SILVA, J.G. e STOLCKE, V. (orgs) São Paulo. Ed: Brasiliense, 1981.

CHOLLAT-TRAQUET, Claire - Avaluación de las actividades de lucha contra el tabaco. Experiencias y principios orientadores. Ginebra. Ed: OMS, 1998.

CORREIO AGRÍCOLA -Número 2 ano 82. Brasília, 1982.

DEJOURS, Christophe - Por um novo conceito de saúde. In: Revista Brasileira de saúde Ocupacional. N 54, vol 14, abril/maio/junho, 1986. P 07 – 11.

----- A loucura do trabalho. São Paulo. Ed: Cortez/Oboré, 1992.

DEJOURS, Cristophe et all - Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo. Ed: Atlas, 1994.

DESER - Boletim. Departamento de Estudos Rurais da CUT, 1998.

----- - Boletim. Departamento de Estudos Rurais da CUT, Abril 1999

DIÁRIO CATARINENSE - Suplemento Especial. Cultura do Fumo um mercado sempre promissor, 26 de julho de 1996.

DO CARMO, Paulo Sérgio - A ideologia do trabalho. São Paulo. Ed: Moderna, 1992 (Coleção Polêmica)

EMATER/PE (Empresa Brasileira de Extensão Rural do Estado de Pernambuco - Aspectos toxicológicos dos agrotóxicos. Recife, 1990

FOLHA DE SÃO PAULO - 07/02/1999.

GASQUES, José Garcia e VILA VERDE, Carlos M - Prioridades e orientações dos gastos públicos em agricultura no Brasil. In: Textos para discussão do IPEA, n 365, Brasília, janeiro de 1995.

GOMEZ-MINAYO, Carlos e Thedim-Costa, Sonia - A construção do campo da saúde do trabalhador: percursos e dilemas. In: Cadernos de Saúde Pública. Ed; Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/ Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP. Vol 13, suplemento 2, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho e Jovchelovitch (Orgs) - Textos em representações sociais. Rio de Janeiro. Ed: Vozes, 1995.

GUIVANT, Júlia - O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um Estudo de Sociologia Ambiental no Município de Santo Amaro da Imperatriz, SC. Tese de Doutorado/UNICAMP, 1992.

----- Parâmetros teóricos para a análise da difusão e adoção de práticas agrícolas sustentáveis. In: As Ciências Sociais e a questão ambiental. Rumo à interdisciplinariedade. VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (orgs) Ed: APED/UFPa/NEEA, 1993. p 277-298.

----- Percepção dos olericultores da grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional n 82, vol 22, abril/maio/junho, 1994.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1995-96

ICEPA - Síntese anual da Agricultura de Santa Catarina, 1996.

----- - Informe Conjuntural 12/08/99

IEA - Internet - 20/09/99

INCA - Internet - 06/07/99

KIRCHHOF, Ana Lúcia - Tendências temáticas sobre a relação trabalho e saúde: a contribuição dos estudos acadêmicos brasileiros (1990-1994). Tese de Doutorado/UFSC, Departamento de Enfermagem, 1997.

LAMARCHE, Hugues - (Org.) A agricultura familiar - comparação internacional. São Paulo. Ed: UNICAMP, 1993.

LAURELL, Asa Cristina e Noriega, Mariano - Processo de produção e saúde. Trabalho e desgaste operário. São Paulo. Ed: Hucitec, 1989.

LIEDKE, Élide Rubini - Capitalismo e camponeses. Relações entre indústria e agricultura na produção de fumo no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado/UnB, 1977.

MARTINE, George e Garcia, Ronaldo C. - Os Impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo. Ed: Caetes/HUCITEC, 1987.

MARTINE, George - Fases e faces da modernização agrícola brasileira. In: Planejamento e Políticas Públicas. IPEA. V. 1 n. 1, junho, 1990.

MEDINA, João Paulo S - O brasileiro e seu corpo. Educação e política do corpo. Campinas. Ed: Papyrus, 1987.

MINAYO, Maria Célia - O desafio do conhecimentos. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo. Ed: Hucitec/Abrasco, 1996.

NARDI, Henrique Caetano - As formações discursivas e as relações entre a medicina do trabalho e a saúde do trabalhador: uma proposta de análise. In: Saúde, Revista do NIPESC/ UFRGS, vol 1, Porto alegre, 1996.

NARDI, Jean Baptiste - O fumo no Brasil colônia. nº 121. São Paulo, Ed: Brasiliense, 1987 (coleção tudo é história).

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS) e ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS)- Tabaquismo y salud en las Americas. Informe de cirujana geral. Ed: OPS/OMS, 1992.

ORTIZ, Renato e Florestan, Fernandes (orgs) - Pierre Bourdieu. Col. Sociologia. São Paulo. Ed: Ática, 1994.

PAULILO, Maria Ignez - O peso do trabalho leve. In: Ciência Hoje, v. 5, n. 28, jan/fev, 1987.

----- Produtores e agroindústria: consensos e dissensos. O Caso de Santa Catarina. Florianópolis, Ed: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PIDSE - Programa Integrado de desenvolvimento sócio-econômico. Diagnóstico municipal de Içara, 1990. Secretaria do Estado de Coordenação geral e Planejamento/ Secretaria do Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo/ Centro de Apoio a Pequena e Média Empresa.

PINTO, Luis Carlos Guedes - Grupos de interesse e crédito rural no Brasil. In: Revista de Economia Rural, 19, Brasília, 1984. Pg 65-83.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO -
Secretaria da Agricultura Municipal de Içara, 1997.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO rural sustentável - Prefeitura de
Içara, 1998.

PORTO, Firpo de Souza e FREITAS, Carlos Machado - Análise de riscos
tecnológicos ambientais: perspectivas para o campo da saúde do
trabalhador. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol 13, suplemento 2, 1997.
Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/ Escola Nacional
de Saúde Pública - ENSP.

PRIM, Lorena de Fátima - Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e
limites na construção da cidadania. O Movimento de Cooperação Agrícola
no Oeste Catarinense. Dissertação de Mestrado/UFSC, 1996.

REVISTA ATENÇÃO - ano 2 nº 6, 1996.

RUSCHEL, Vanderci B - Grupos financeiros e participação no setor
agropecuário. Trabalho de conclusão de curso, Departamento de Ciências
Sociais/UFSC, 1997.

SANTOS, Adelino Neto dos - A cartografia como instrumento para educação
ambiental e participação comunitária no município de Atalanta -SC.
Dissertação de Mestrado/UFSC, 1997.

SCOTT, C. James - The moral economy of the peasant, Yale University Press,
1976.

SEIFERTH, Giralda - Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. In: Revista do Museu Paulista. Nova Série, v. XXIX, São Paulo, 1984.

SILVA, José Graziano da - A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Ed: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

----- - Uma agenda de pesquisa ainda para esse final de século. Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1997. mimeo

SILVA, Lenyra Rique da - A paisagem do fumo em Tubarão. Trabalho de Professora Titular, Departamento de Geociências, UFSC, 1992.

SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (orgs) - Elementos para uma teoria marxista da subjetividade. São Paulo. Ed: Vértice, 1989 (Enciclopédia Aberta de Psique)

SOUZA CRUZ - A pequena propriedade no ano 2000. Análise e sugestão para a viabilidade. s/d.

----- O produtor de fumo - números 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100

----- Relatório de Atividades 1998.

SOUZA, Lúcia Ribeiro e VERAS, Renato - Ideologia e saúde. In: Saúde e trabalho no Brasil. IBASE. Petrópolis. Ed: Vozes, 1982.

SPINK, Mary Jane (org) - O conhecimento no cotidiano. As representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo. Ed: Brasiliense, 1993.

ROCHA, Lys Esther - Isto é trabalho de gente. Vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo. Ed: Vozes, 1993

ROSEMBERG, José - Tabagismo. Sério problema de saúde pública. São Paulo. Ed: ALMED, 1987.

VOLPATO, Terezinha Gascho - A piritita humana. Os mineiros de Criciúma. Florianópolis. Ed: UFSC/Assembléia Legislativa de SC, 1984.

----- Os trabalhadores do carvão. A vida e a luta dos mineiros de Criciúma. Tese de doutorado/USP, 1989.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel - O lugar dos rural no Brasil moderno. Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1997. mimeo

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, K - O trabalho da terra. A lógica e o simbólico da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

Agrotóxicos Comumente Utilizados na Cultura do Fumo

Dr. Armando Zoccola Filho
Médico do Trabalho

ACEFATO

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: O,S- Dimetil-Acetilfosforamidotoato

NOME COMERCIAL: Orthene, Cefanol, Acefato-Fersol

GRUPO QUÍMICO: Organofosforado

CLASSE TOXICOLÓGICA: III

USO: Inseticida Sistêmico

FORMULAÇÃO: Pó Molhável

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Os organofosforados são absorvidos pelo organismo através de todas as vias possíveis, incluindo a pele, trato gastrointestinal, via respiratória e as membranas mucosas.
- Atuam como **inibidores de colinesterase**, impedindo a ação desta enzima sobre a acetilcolina.
- A intoxicação pela via digestiva, assume importância nos problemas acidentais com crianças, homicídios e suicídios.
- A intoxicação por esta via, também tem sido observada nos indivíduos que durante a aplicação dos inseticidas, inadvertidamente fumam durante o serviço, levam as mãos à boca ou se alimentam sem lavar as mãos.

As principais alterações clínicas são:

- **Síndrome muscarínica:** miose, visão turva, sialorréia, sudorese, broncoespasmo com aumento das secreções brônquicas, tosse, vômito, cólicas, diarreia, tenesmo, disúria, dispnéia, colapso respiratório.
- **Síndrome nicotínica:** fasciculação muscular, câimbras, dores musculares, hipertensão arterial passageira.
- **Síndrome neurológica:** ansiedade, ataxia, confusão mental, convulsões, colapso, depressão dos centros cardio-respiratórios e coma.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- **Remoção do agente tóxico**
- Retirar o intoxicado do local de exposição, se for o caso.
- Banho de água fria e sabão e troca das roupas em casos de absorção dérmica.
- Provocar os vômitos ou fazer a lavagem gástrica quando da ingestão. A lavagem gástrica pode ser efetuada com solução de bicarbonato de sódio a 5%, adicionada de carvão ativo.
- Administrar substâncias laxativas, como o sulfato de magnésio ou o dulcolax (diacetoxi-difenil-piridil-metano), laxativo que atua exclusivamente por contacto com a mucosa intestinal. Não administrar laxantes oleosos, leite e alimentos ou produtos oleosos.

Vias aéreas e respiração

- Verificar se a boca contém muco ou vômito e removê-los.
- Eliminar obstruções mecânicas, corrigindo a posição da língua, por exemplo (dentaduras).
- Observar se a respiração é espontânea, caso contrário aplicar respiração artificial e oxigenoterapia.

Circulação

- Se o paciente estiver em choque, afrouxar a roupa, colocar as pernas mais altas que o corpo e cobri-lo para aquecer.
- Medidas de ressuscitação cardiovascular.

Tratamento específico das intoxicações

- Administrar sulfato de atropina na dose de 0,5 mg por via intra-venosa ou 1,0 mg via intra-muscular.
- A tintura de beladona (1 a 2 ml em água, com intervalos de 30 minutos) pode ser utilizada quando não se tem sulfato de atropina disponível.
- Durante o quadro agudo de intoxicação devem-se repetir as injeções de atropina à razão de 0,5 mg (IV) cada 10 minutos até o desaparecimento dos sintomas ou atropinização do indivíduo.

Em casos graves: 4 a 6 mg de atropina IV ou IM, repetindo as injeções na dosagem de 2 mg cada 5 a 10 minutos.

- Um discreto grau de atropinização deve ser mantido em todos os casos durante cerca de 24 a 48 horas, com doses de 1 a 2 mg a cada 60 minutos.
- Derivados das oximas (contrathion) é empregado nos intervalos de administração da atropina, através da via venosa na dose de 400 mg dissolvida em 20 ml de água destilada ou solução fisiológica, no ritmo de 1 ml por minuto.
- **Contra-indicação:** morfina, aminofilina e tranquilizantes.

BROMETO DE METILA

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: Brometo de Metila

NOME COMERCIAL: Bromex, Bromo-Fersol, Bromo-Flora, Brometila

GRUPO QUÍMICO: Brometo Orgânico

CLASSE TOXICOLÓGICA: I

USO: Fumigante

FORMULAÇÃO: Gás liquefeito com 98% de brometo de metila e 2% de cloropicrina (gás lacrimogênio e de odor intenso).

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Acarreta depressão do sistema nervoso central e lesões dos túbulos renais. O quadro clínico típico, se caracteriza por: edema pulmonar, insuficiência circulatória e perturbações nervosas.
- Os sinais de intoxicação se caracterizam por: cianose, hálito com odor adocicado, cefaléia, náuseas, vômitos, vertigens, confusão mental, convulsões epileptiformes, uremia, oligúria e anúria.
- Em contacto com a pele, pode ocorrer formação de vesículas.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Não há antídotos específicos.
- O B.A.L. (Demetal) é indicado por alguns autores no período latente, antes de surgirem os sintomas.
- Instituir terapêutica para a acidose, para o edema pulmonar e para o bronco-espasmo (adrenalina a 1:1.000, por

- via subcutânea).
- Na ocorrência de náuseas e vômitos, administrar, por via intravenosa, soro glicosado, com o objetivo de controlar o vômito e a desidratação, até que a eliminação da urina volte ao normal. Se o vômito não ceder, administrar um narcótico (Dilaudid ou Pantopon). No caso de comprometimento pulmonar manter o paciente em atmosfera de oxigênio, ou de mistura de oxigênio e CO₂.
 - Manter o paciente aquecido, em repouso e sob observação por 24 a 48 horas após a remissão dos sintomas.

*INFORMAÇÕES SOBRE CLOROPICRINA

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: Tricloronitrometano, nitrocloroformio
Gás de alerta, utilizado em mistura com o Brometo de Metila.

- É um líquido incolor, que com o tempo se torna amarelado. Não é inflamável e se volatiliza vagarosamente.
- É praticamente insolúvel em água, mas se dissolve na maioria dos solventes orgânicos.
- É intensamente irritante aos olhos, pele e aos pulmões, sendo fatal em uma atmosfera de 1ppm.
- Em caso de contaminação da pele e olhos, lavar imediatamente com água corrente por 15 minutos.
- Em presença de irritação pulmonar, administrar broncodilatadores, descongestionantes e codeína para a tosse. A sedação pode ser necessária.

CARBOSULFAN

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: 2,3-dihidro-2,2-dimetil-7-benzofuranil (dibutil-amino)tio metil-carbamato

NOME COMERCIAL: Marshal

GRUPO QUÍMICO: Carbamato

CLASSE TOXICOLÓGICA: III

USO: Inseticida sistêmico, para pragas de solo

FORMULAÇÃO: Granulado

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

Atuam como inibidores diretos da colinesterase, sendo rapidamente reversível. Possui dose clínica, bem mais afastada da dose letal, comparando com os inseticidas fosforados orgânicos.

As principais alterações clínicas são:

- **Síndrome muscarínica:** miose, visão borrada, sialorréia, sudorese, broncoespasmo com aumento de secreções brônquicas, tosse, vômito, cólicas, diarreia, tenesmo, disúria, dispnéia, colapso respiratório.
- **Síndrome nicotínica:** fasciculação muscular, câimbras, dores musculares, hipertensão arterial passageira.
- **Síndrome neurológica:** ansiedade, ataxia, confusão mental, convulsões, colapso, depressão dos centros cardio-respiratórios, coma.
- A dosagem do teor de colinesterase sanguínea por técnica que evite a reativação espontânea, poderá indicar o grau de intoxicação das pessoas expostas.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Todos os métodos utilizados para o tratamento de intoxicações por inseticidas organofosforados são úteis, excetuando-se o emprego dos derivados de OXIMAS que não tem demonstrado bons resultados.

- O sulfato de atropina; por via intramuscular ou endovenosa, deve ser utilizado até a melhora do quadro clínico ou aparecimento de sinais de intoxicação atropínica.
- O Contrathion e compostos semelhantes (PAM e TOXIGONIN) não são indicados, pois os mesmos não reativam a colinesterase bloqueada por carbamatos, podendo até aumentar sua ação.
- Dose de ataque: 0,5 a 1,0 mg EV ou 1 mg IM
- Dose de manutenção: 0,5 mg EV a cada 10 minutos
- Um discreto grau de atropinização deve ser mantido por 24 horas, com doses de 1 a 2 mg/hora, após ter cessado a fase crítica.

CLORPIRIFÓS

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: 0,0-dietil 0-(3,5,6-tricloro-2-piridinil)fosforotioato

NOME COMERCIAL: Lorsban

GRUPO QUÍMICO: Organofosforado

CLASSE TOXICOLÓGICA: II

USO: Inseticida

FORMULAÇÃO: Concentrado Emulsionável

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Os organofosforados são absorvidos pelo organismo através de todas as vias possíveis, incluindo a pele, trato gastrointestinal, via respiratória e as membranas mucosas.
- Atuam como inibidores de colinesterase, impedindo a ação desta enzima sobre a acetilcolina.
- A intoxicação pela via digestiva, assume importância nos problemas acidentais com crianças, homicídios e suicídios.
- A intoxicação por esta via, também tem sido observada nos indivíduos que durante a aplicação dos inseticidas, inadvertidamente fumam durante o serviço, levam as mãos à boca ou se alimentam sem lavar as mãos.

As principais alterações clínicas são:

- **Síndrome muscarínica:** miose, visão turva, sialorréia, sudorese, broncoespasmo com aumento das secreções brônquicas, tosse, vômito, cólicas, diarreia, tenesmo, disúria, dispnéia, colapso respiratório.
- **Síndrome nicotínica:** fasciculação muscular, câimbras, dores musculares, hipertensão arterial passageira.
- **Síndrome neurológica:** ansiedade, ataxia, confusão mental, convulsões, colapso, depressão dos centros cardio-respiratórios e coma.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- **Remoção do agente tóxico**
- Retirar o intoxicado do local de exposição, se for o caso.
- Banho de água fria e sabão e troca das roupas em casos de absorção dérmica.
- Provocar os vômitos ou fazer a lavagem gástrica quando da ingestão. A lavagem gástrica pode ser efetuada com solução de bicarbonato de sódio a 5%, adicionada de carvão ativo.
- Administrar substâncias laxativas, como o sulfato de magnésio ou o dulcolax (diacetoxi-difenil-piridil-metano), laxativo que atua exclusivamente por contacto com a mucosa intestinal. Não administrar laxantes oleosos, leite e alimentos ou produtos oleosos.

Vias aéreas e respiração

- Verificar se a boca contém muco ou vômito e removê-los.
- Eliminar obstruções mecânicas, corrigindo a posição da língua, por exemplo (dentaduras).

- Observar se a respiração é espontânea, caso contrário aplicar respiração artificial e oxigenoterapia.

Circulação

- Se o paciente estiver em choque, afrouxar a roupa, colocar as pernas mais altas que o corpo e cobri-lo para aquecer.
- Medidas de ressuscitação cardio-vascular.

Tratamento específico das intoxicações.

- Sulfato de atropina pelas vias intramuscular ou intravenosa (eventualmente por via oral): 1 a 6mg cada 5 a 30 minutos até atropinização leve.
- Um discreto grau de atropinização deve ser mantido em todos os casos durante cerca de 24 a 48 horas, com doses de 1 a 2 mg a cada 60 minutos.
- Derivados das oximas (contrathion) é empregado nos intervalos de administração da atropina, através da via venosa na dose de 400 mg dissolvida em 20 ml de água destilada ou solução fisiológica, no ritmo de 1 ml por minuto, administrando-se 1 a 2g/dia nos três primeiros dias.
- **Contra-indicação:** morfina, aminofilina e traquilizantes

DISULFOTON

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: 0,0-dietil-S-2 (etiltio) -etil-fosforoditioato

NOME COMERCIAL: Solvirex GR 100

GRUPO QUÍMICO: Organofosforados

CLASSE TOXICOLÓGICA: III

USO: Inseticida de solo

FORMULAÇÃO: Granulado

TOXICOLOGIA/ PATOLOGIA

- Os organofosforados são absorvidos pelo organismo através de todas as vias possíveis, incluindo a pele, trato gastrointestinal, via respiratória e as membranas mucosas.
- Atuam como inibidores da colinesterase, impedindo a ação desta enzima sobre a acetilcolina.
- A intoxicação pela via digestiva, assume importância nos problemas acidentais com crianças, homicídios e suicídios.
- A intoxicação por esta via, também tem sido observada nos indivíduos que durante a aplicação dos inseticidas, inadvertidamente fumam durante o serviço, levam as mãos à boca ou se alimentam sem lavar as mãos.

As principais alterações clínicas são:

Envenenamento leve a moderado

- Náusea, vômito e dor abdominal
- Contração da pupila, visão turva
- Salivação, lacrimejamento e transpiração
- Diminuição do pulso

Envenenamento severo

- Fasciculação muscular
- Diarréia severa
- Dificuldade respiratória, cianose
- Coma, convulsões generalizadas
- Parada cardíaca

RECOMENDAÇÕES/ TRATAMENTO

Remoção do agente tóxico

- Em caso de ingestão provocar o vômito ou fazer lavagem gástrica com carvão ativado.
- Banho de água fria e sabão e troca de roupas em casos de absorção dérmica.

Vias aéreas e respiração

- Verificar se a boca contém muco ou vômito e removê-los.
- Eliminar obstruções mecânicas, corrigindo a posição da língua.

- Caso necessário: respiração artificial e oxigenoterapia.

Circulação

- Se o paciente estiver em choque, afrouxar a roupa, colocar as pernas mais altas que o corpo e cobri-lo para aquecer.
- Medidas de ressuscitação cardiovascular.

Tratamento específico

- Antídoto - Sulfato de atropina.
- Oximas como pralidoxima (Contrathion) IV.
- Drogas beta bloqueadoras em casos severos.
- Bicarbonato de sódio para corrigir a acidose.
- Diazepan contra fasciculação muscular e convulsões.
- Evitar morfina, barbitúricos, e outros depressores respiratórios.
- Manter o paciente sob vigilância por cerca de 5 dias.

FLUMETRALIN

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: N-(2-cloro-6-fluorobenzil)-N-etil-alfa-alfa-alfa-trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidina

NOME COMERCIAL: Primeplus BR

GRUPO QUÍMICO: Dinitroanilina

CLASSE TOXICOLÓGICA: IV

USO: Antibrotante de ação sistêmica local

FORMULAÇÃO: Concentrado Emulsionável

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Os sintomas de intoxicação observados em laboratórios naqueles animais submetidos a altas doses do produto foram: tremores e redução no consumo de alimentos.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Remover a vítima da zona de perigo e retirar roupas contaminadas.
- Lavar a pele e mucosas contaminadas com água corrente.
- Em caso de ingestão, não provocar vômito.
- Dar muita água.
- Em caso de inalação - oxigênio e respiração artificial, que não seja boca a boca.
- Não há antídoto específico. Tratamento sintomático.

MANCOZEB

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: Etileno-bis-ditiocarbamato de manganês e zinco

NOME COMERCIAL: Dithane, Manzate

GRUPO QUÍMICO: Ditiocarbamato

CLASSE TOXICOLÓGICA: III

USO: Fungicida de contacto

FORMULAÇÃO: Pó molhável

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- É um produto irritante de mucosas, causando faringite, rinite, laringite, traqueobronquite e conjuntivite.
- Em contato prolongado com a pele pode causar dermatite.
- Apresentam baixa toxicidade.
- Não são inibidores da colinesterase.
- As intoxicações ocorrem através das vias oral e respiratória, podendo ser também absorvido pela pele.
- Os efeitos sobre o Sistema Nervoso Central incluem mudanças comportamentais e convulsões.
- Venenoso se o intoxicado ingerir bebida alcoólica.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Em caso de contato com a pele, são providências fundamentais a retirada de todo o vestuário e lavagem com bastante água e sabão.
- Esvaziamento estomacal com carvão ativado. Para irritação cutânea-mucosa, tratamento sintomático. No caso de risco de colapso, oxigenoterapia e vasoconstritores por via parenteral.

METALAXIL

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: Metil D, L, N - (2,6 - dimetilfenil) - n - (2' - metoxiacetil)-alaninato

NOME COMERCIAL: Ridomil 50 GR

GRUPO QUÍMICO: Alaninatos

CLASSE TOXICOLÓGICA: IV

USO: Fungicida

FORMULAÇÃO: Granulado

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Sintomas não específicos.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Nenhum antídoto específico, tratamento sintomático.

METALDEÍDO

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: Homopolímero de acetaldeído

NOME COMERCIAL: Lesmix, Papalesma, Matalesma

GRUPO QUÍMICO: Derivado da Polimerização do acetaldeído

CLASSE TOXICOLÓGICA: III

USO: Moluscicida

FORMULAÇÕES: Iscas

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- A via de absorção, geralmente é por via oral.

- As principais alterações clínicas encontradas nos casos iniciais de intoxicação são: náuseas, salivação, vômitos e dores abdominais, podendo evoluir para parestesias nas pernas, hipereflexia, hipertonia muscular, convulsões, hipertermia, sonolência, colapso e coma.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Irritante da pele e dos olhos. Caso isto ocorra, lavar as partes atingidas com água corrente por 15 minutos. Lavagem gástrica cuidadosa com carvão mineral e bicarbonato de sódio.
- Seguindo-se laxante à base de sulfato de sódio (não usar laxantes oleosos).
- Tratamento sintomático.

THIABENDAZOLA

CARACTERÍSTICAS

NOME QUÍMICO: 2-(4-tiazolil)-benzimidazola

NOME COMERCIAL: Tecto

CLASSE TOXICOLÓGICA: IV

GRUPO QUÍMICO: Benzimidazois

USO: Fungicida Sistêmico

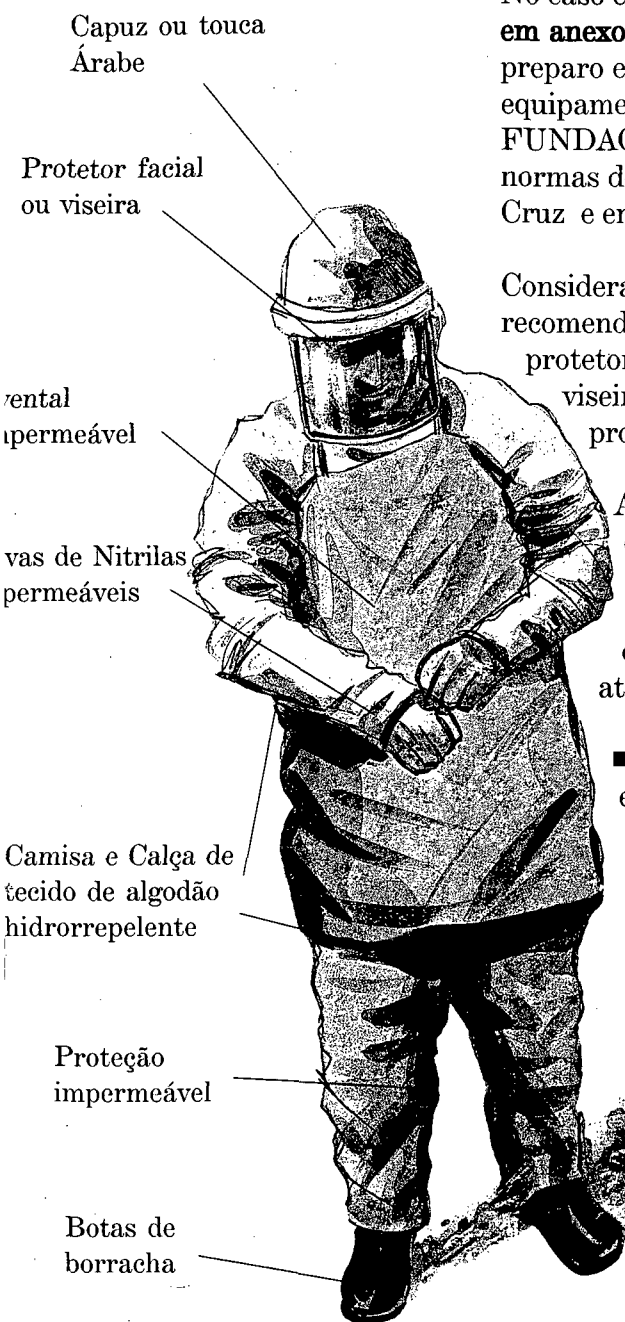
FORMULAÇÃO: Pó molhável.

TOXICOLOGIA/PATOLOGIA

- Via de absorção oral, sendo utilizado como anti-helmíntico no homem, sendo tolerado em dose de até 250 mg/dia em até 24 semanas, sem apresentar importantes efeitos colaterais.

RECOMENDAÇÕES/TRATAMENTO

- Em caso de ingestão acidental: medidas de esvaziamento gástrico e sintomáticos, ingerir suspensão aquosa de terra fuller ou argila de boa absorção.
- Os efeitos colaterais possivelmente relacionados com o produto são: sonolência, aumento da frequência urinária, aumento do apetite e flatulência.



EPI completo sinônimo de segurança

No caso específico da cultura do fumo é recomendado o EPI do desenho **em anexo**, que foi adaptado em função da real exposição durante o preparo e aplicação de agrotóxicos com pulverizador costal manual. Este equipamento de proteção foi inicialmente desenvolvido pela **FUNDACENTRO**, órgão do Ministério do Trabalho responsável pelas normas de higiene e segurança do trabalhador, e aperfeiçoado pela Souza Cruz e empresas fabricantes de EPIs para uso na cultura do fumo.

Considerando o porte da cultura do fumo, o tipo de produtos recomendados e a forma de aplicação dos agrotóxicos, o uso de máscaras protetoras (respiradores) não é necessário, porém é importante o uso da viseira (protetor facial) e do avental durante o preparo da calda de produtos líquidos e do capuz para produtos de formulação em pó.

Alguns cuidados devem ser tomados com os EPIs para melhor eficiência:

- Se durante a aplicação alguma parte do corpo entrar em contato com o produto, parar a aplicação e lavar as partes atingidas;
- As calças devem cobrir os canos das botas para evitar a entrada do produto;
- Os EPIs devem ser usados durante o preparo da calda e aplicação e em situações em que haja risco de contato com o produto;
- Os EPIs usados devem ser lavados tão logo acabe o serviço. Lave em separado da roupa da família e em local seguro;
- Os EPIs devem ser guardados em local apropriado, fora do depósito de agrotóxicos;
- Os EPIs têm um período de vida útil que deve ser seguido conforme as recomendações do fabricante, pois EPIs em más condições com furos ou rasgos oferecem riscos ao usuário.

Verificar no rótulo/bula a indicação do uso de máscara protetora.

QUEM PODE APLICAR AGROTÓXICOS

Apenas trabalhadores saudáveis, bem alimentados, instruídos sobre os riscos da aplicação e devidamente protegidos com EPIs podem executar esta tarefa.

Menores de idade, idosos, mulheres gestantes ou amamentando, doentes ou alcoólatras **NÃO** podem executar esse serviço.